

**MARINHA DO BRASIL  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS MARÍTIMOS**

**JÉSSICA LEITE DOS SANTOS**

**A RELAÇÃO ENTRE AS MARINHAS DA CHINA E DO BRASIL A PARTIR DE UMA  
ABORDAGEM PROSPECTIVA:  
Cenários Prospectivos holísticos e participativos para tomadas de decisão conscientes no  
contexto brasileiro**

**RIO DE JANEIRO**

**2020**

JÉSSICA LEITE DOS SANTOS

**A RELAÇÃO ENTRE AS MARINHAS DA CHINA E DO BRASIL A PARTIR DE UMA  
ABORDAGEM PROSPECTIVA:  
Cenários Prospectivos holísticos e participativos para tomadas de decisão conscientes no  
contexto brasileiro**

Trabalho de Conclusão de Mestrado apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.

Área de concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabrina Evangelista Medeiros

Rio de Janeiro, RJ

2020

S237r Santos, Jéssica Leite dos

A relação entre as Marinhas da China e do Brasil a partir de uma abordagem prospectiva: cenários prospectivos holísticos e participativos para tomadas de decisão conscientes no contexto brasileiro. / Jéssica Leite dos Santos. - Rio de Janeiro, 2020.

151 f.. : il.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2020.

Orientadora: Sabrina Evangelista Medeiros

Bibliografia: f.123-130

1. Relações internacionais. 2. Brasil - relações econômicas exteriores – China. 3. China - relações econômicas exteriores - Brasil. 4. Brasil. Marinha – Prospectiva. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.

CDD 327.81051

Ficha catalográfica elaborada pela  
bibliotecária Cremilda Santos – CRB7/3200

Biblioteca da Escola de Guerra Naval

JÉSSICA LEITE DOS SANTOS

**A RELAÇÃO ENTRE AS MARINHAS DA CHINA E DO BRASIL A PARTIR DE  
UMA ABORDAGEM PROSPECTIVA:  
Cenários Prospectivos holísticos e participativos para tomadas de decisão conscientes no  
contexto brasileiro**

Trabalho de Conclusão de Mestrado apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.  
Área de concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Aprovada em 31 de março de 2020.

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabrina Medeiros Evangelista – PPGEM/Escola de Guerra Naval  
Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ.

---

Prof. Dr. Claudio Rodrigues Corrêa – PPGEM/Escola de Guerra Naval  
Doutor em Administração pela UFRJ - Instituto COPPEAD de Administração.

---

Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto – Escola Superior de Guerra  
Doutor em *Politics and International Studies* pela University of Cambridge.

---

Prof. Dr.<sup>a</sup>. Adriana Erthal Abdenur – Instituto Igarapé  
Doutora em Sociologia pela *Princeton University*.

## DEDICATÓRIA

Somos parte de tudo que vivemos, hoje, ontem e antes, somos fruto de tudo que vive, de tudo que nos toca e de tudo que conosco troca. Sou o que sou nesta existência devido aos tantos outros que aqui habitam, mas, hoje, mais ainda, devido aos que me trouxeram à Terra neste momento e me mantêm rodeada de Amor e Luz. Por isso e por tanto mais, dedico mais esta realização a minha mãe Sandra Regina, a meu pai José Cláudio e a meu irmão Leonardo.

Meus passos são mais firmes porque caminho lado a lado aos seus.

Eu os amo além da vida!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que nos guia, Ele que em tantas formas se apresenta e de tantas formas se faz presente na minha vida. Cada amanhecer só é possível em doçura e regeneração porque dEle viemos e a Ele retornaremos. Frente a Ele e ao Amor que nos é casa, agradeço aos meus pais e a meu irmão, meu alicerce, minha acolhida e minha missão.

Agradeço as minhas avós, por terem ensinado aos meus pais o valor do estudo e da família e por não terem nunca deixado de sorrir e seguir mesmo em meio às amarguras da vida.

Agradeço as minhas tias, a meus tios, a meus primos e primas, pelo olhar de carinho e incentivo a cada passo que dou nesta existência.

Agradeço aos amigos queridos que sempre souberam me fazer lembrar que posso tudo que desejo e trabalho para ter.

Agradeço aos professores, da graduação e do mestrado, que se fizeram amigos e me confiaram e confiam a graça de poder ser tudo que eu quero e posso ser enquanto profissional.

Agradeço aos amigos de mestrado, aos amigos de LSC e aos amigos de Arranjos Metodológicos, pelos conhecimentos trocados e parceria nestes dois anos.

Agradeço aos peritos, que com cordialidade e prontidão, contribuíram de forma valiosíssima para a construção deste trabalho. Sem a disponibilidade dos senhores não teria conseguido concretizar meus objetivos iniciais! Gratidão!

Agradeço à casa pela qual me formo mestre, à cada funcionário, que se fizeram anjos tantas vezes.

Agradeço, por fim, à vida, por me permitir ter tantos motivos para ser grata e seguir evoluindo enquanto Ser.

Assim sigo minha missão!

## RESUMO

Brasil e China seguem sendo parceiros comerciais de relevância mútua e sua relação vem condensando em suas diversas facetas os preceitos da não intervenção, do conhecimento mútuo e do desenvolvimento conjunto. Na área de Defesa, apesar de existirem arcabouços administrativo e normativo que permitem sua evolução, as pontes, janelas e portas de oportunidades criadas são pouco exploradas e conhecidas pelo próprio Estado e seus agentes, assim como pelos cidadãos no geral. Frente a este contexto, o presente trabalho teve como objetivos levantar o debate acerca das potencialidades e oportunidades trazidas pelas dinâmicas de interação entre as Marinhas da República Popular da China e do Brasil e oferecer um produto que possa ser utilizado para respaldar tomadas de decisão conscientes sob e sobre o tema. Com o emprego do método de Cenários Prospectivos foi possível desenhar o atual quadro da relação, levantar suas principais variáveis, prospectá-las e, ao fim, desenvolver narrativas de cenários de futuro que podem ser empregados para o conhecimento e planejamento de atores de interesse. Foram elaborados quatro cenários sob o recorte temporal da atualidade até o ano de 2039, ano apontado como relevante em documentos estratégicos chinês e brasileiro.

**Palavras-chave: Relação sino-brasileira. Marinha do Brasil. Marinha chinesa. Cenários Prospectivos. Métodos participativos. Tomada de decisão.**

## ABSTRACT

The Sino-Brazilian relationship encompass not only the mutually relevant commercial front but equally the precepts of non-intervention, mutual knowledge and joint development in its various facets. Although there are administrative and regulatory frameworks that allow its Evolution, the opportunities and cooperative structures on the area of Defence has been underutilized, remaining unknown for part of the State itself and its agents, as well as by citizens in general. Considering this context, the present study aimed to raise the debate on Chinese and Brazilian Navies relationship's potentialities and opportunities and offer a research product applicable to support conscious decision-making under and on the topic. Employing the Prospective Scenarios method, it was possible to draw the current picture of the relationship, identifying its main variables, prospecting them and, in the end, developing prospective scenarios narratives useful for knowledge and planning activities of actors of interest's. Four scenarios were elaborated under the time frame from now until the year 2039, a relevant year in Chinese and Brazilian strategic documents.

**Keywords: Sino-brazilian relationship. Brazilian Navy. PLA Navy. Prospective Scenarios. Participatory Methods. Decision-Making.**

## **LISTA DE QUADROS, FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS**

**FIGURA 1.** Estrutura do PLA após reforma. P. 28.

**QUADRO 1.** Lista de convidados para participar do Delphi 1. P. 77-78.

**TABELA 1.** Grau de relevância das principais variáveis da relação entre as Marinhas da China e do Brasil. P. 82.

**QUADRO 2.** Novos convidados para Delphi 2. P. 84.

**QUADRO 3.** Probabilidade isolada das principais hipóteses das variáveis de estudo. P. 91-94.

**QUADRO 4.** Matriz de Impactos Cruzados: Probabilidades isoladas e condicionais positivas das hipóteses selecionadas no Delphi 3. P. 94.

**QUADRO 5.** Probabilidades isoladas e limites das condicionais das hipóteses selecionadas no Delphi 3. P. 96-97.

**QUADRO 6.** Matriz de impactos cruzados: Probabilidades isoladas e condicionais verificadas. P. 97-98.

**QUADRO 7.** Variação Entre probabilidade simples e probabilidade condicional positiva. P. 98.

**QUADRO 8.** Motricidade e Dependência das hipóteses de estudo. P. 100.

**GRÁFICO 1.** Matriz de Motricidade e Dependência das hipóteses de estudo. P. 100.

**FIGURA 2.** Matriz influência e dependência, Durance & Godet, 2011, p. 65. P. 101.

**QUADRO 9.** Classificação e uso das hipóteses em cada cenário. P. 104.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
PARTE I. O atual quadro da relação entre as Marinhas da China e do Brasil e a aplicabilidade da metodologia de Cenários Prospectivos para a concretização de seu melhor potencial .....	17
<b>CAPÍTULO 1. A RELAÇÃO ENTRE AS FORÇAS NAVAIS DA CHINA E DO BRASIL: o quadro atual e suas particularidades</b> .....	18
1.1. Histórico geral da relação sino-brasileira .....	19
1.2. A relação sino-brasileira em tema de Defesa e sua faceta naval .....	24
1.2.1. A Marinha da China e sua atuação internacional .....	27
1.2.2. Principais atores e agentes .....	32
1.2.3. Áreas temáticas, práticas e sua incidência .....	33
<b>CAPÍTULO 2. CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA O DIRECIONAMENTO DA ATUAÇÃO INTERNACIONAL DA MARINHA BRASILEIRA</b> .....	39
2.1. A atuação internacional da Marinha do Brasil e seu teor estratégico.....	40
2.1.1. Diplomacia de Defesa e Diplomacia naval: definições de interesse .....	41
2.1. 2. Previsões nacionais para a atuação internacional de não guerra da Marinha do Brasil	47
2.2. A metodologia de cenários prospectivos: histórico, características e atributos .....	52
2.2.1. Breve histórico.....	52
2.2.2. Características e atributos .....	53
2.3. Cenários como condutores de práticas internacionais assertivas no âmbito da MB .....	62
PARTE II. Os Cenários Prospectivos para a tomada de decisão sob e sobre a relação entre as Marinhas da China e do Brasil: a execução do método e o produto final .....	66
<b>CAPÍTULO 3. METODOLOGIA: Método desenvolvido para o estudo da relação entre as Marinhas da China e do Brasil</b> .....	67
3.1. A seleção de ferramentas .....	67
3.2. As ferramentas que compõem o arranjo .....	69
3.3. A delimitação das fases da pesquisa com base em Durance e Godet.....	71

3.4. Análise contextual e seleção de variáveis.....	72
3.5. Identificação das duas variáveis-chave.....	73
3.5.1. O Delphi 1 .....	74
3.5.1.1. Seleção de peritos .....	74
3.5.2. O grau de relevância das 9 variáveis principais e as variáveis-chave identificadas.....	81
3.6. Levantamento das hipóteses de futuro.....	84
3.7. Levantamento da probabilidade de ocorrência das hipóteses e dos impactos que uma exerce sobre a outra.....	89
3.8. A análise de Impactos Cruzados.....	95
3.8.1. Matriz de Motricidade e Dependência.....	99
3.9. Elaboração dos cenários .....	102
3.9.1. Análise Morfológica.....	103
3.9.2. Escolha do formato dos cenários .....	104
CAPÍTULO 4. OLHARES AO FUTURO: quatro cenários possíveis para 2039.....	106
4.1. Cenário “A renovação que procede aos finais de ciclo” .....	107
4.2. Cenário “Ao Sul um Atlântico em comum” .....	110
4.3. Cenário “Dois lados de uma mesma moeda” .....	113
4.4. Cenário “Entre parcerias desgastadas e caminhos desalinhados” .....	116
CONCLUSÃO.....	119
REFERÊNCIAS .....	123
APÊNDICE A. Lista de práticas de intercâmbio e cooperação entre as Marinhas do PLA da china e do brasil e outras .....	131
APÊNDICE B – Infográfico sobre a relação entre as Marinha da China e do Brasil .....	135
APÊNDICE C – E-mail convite para contribuição com o TCM e acesso ao Delphi1 .....	136
APÊNDICE D – Questionários Delphi 1 .....	139
APÊNDICE E. E-mail envio Delphi 2 a peritos.....	146
APÊNDICE F – Questionário Delphi 2.....	148
APÊNDICE G – E-mail enviado aos peritos para acesso ao Questionário do Delphi 3. ....	151

## APRESENTAÇÃO

Brasil e China apresentam arcabouço institucional e normativo que permite a suas Forças Navais interagirem e cooperarem diretamente entre si sob os auspícios dos Ministério de Defesa. No entanto, a pouca exploração do tema, tanto no âmbito da academia quanto nos entremeios estatais, somada ao apego dos brasileiros aos estereótipos acerca da República Popular da China (RPC) (PRETO, 2011), acaba por limitar a visibilidade, a disseminação do que vem sendo feito e o conhecimento acerca das potencialidades identificáveis na relação sino-brasileira em questão.

O teor estratégico do fenômeno observado enquanto ferramenta à atuação internacional do Estado e à persecução dos objetivos do mesmo aponta para a necessidade de um maior empenho na exploração da relação, tanto em termos de aprofundamento por parte dos Estados quanto em termos de pesquisa científica, acadêmica. Este movimento, em especial quanto à pesquisa, pode dar respaldo para que sejam desenvolvidos processos decisórios governamentais mais conscientes e inovadores, que tenham conhecimento suficiente para aproveitar de forma efetiva as janelas de oportunidade criadas pelos países no decorrer do tempo.

Destaca-se como papel da academia o endereçamento de demandas de outros setores, o aprofundamento e oferecimento de conhecimentos acerca das mesmas e a construção de olhares inovadores que somem ao desenvolvimento e evolução da sociedade em suas diversas vertentes. Sob este contexto, temas pouco explorados, mas, de grande potencial aos interesses do Estado, como é o caso da relação entre as Marinhas da China e do Brasil, podem receber contribuições relevantes da academia enquanto setor crítico e inovador da sociedade.

Através da construção de uma abordagem metodológica condizente com as demandas dos atores envolvidos e que considere não apenas os preceitos teóricos, mas, também as dinâmicas observadas no mundo prático, o acadêmico torna-se capaz de interagir e mesmo influenciar positivamente para a evolução de seu objeto de estudo. Não obstante as lentes que cada pesquisador coloca em suas buscas, o ímpeto de dialogar com e solucionar questões do mundo prático é bem vindo e atende à função desses enquanto membros da academia.

Ao comprometer-se com o rigor científico e a criatividade na construção do arranjo de ferramentas que irá utilizar, o pesquisador pode clarear obscuridades e abrir novas questões, as quais podem ter impactos diretos sobre tomadas de decisão de diversos setores.

Temas de Defesa são em sua natureza estratégicos, e a atuação das Forças em tema de relações internacionais bilaterais não foge a esta característica, conforme indicam as espécies normativas e práticas levantadas nos capítulos primeiro e segundo. Considerando a relação

entre as Marinhas da China e do Brasil, debruçar-se sobre suas variáveis e particularidades torna-se providência válida a uma renovação nos olhares do Estado frente a essa capacidade pouco explorada. Uma vez que esse fenômeno seja observado a partir de óticas mais detalhistas o seu aproveitamento pode levar a benefícios diversos aos países.

Tratando-se de Brasil, a conscientização não apenas quanto à relação, mas, também, quanto a seu próprio potencial e o de seu parceiro, pode levar à construção de planos de Estado que direcionem as instituições de Defesa a uma atuação com metas claras frente às necessidades internas. Tratar-se-ia de saber o que se quer da China, o que se pode ter e como se deve agir a fim de alcançar objetivos que venham a ser traçados.

Partindo de uma realidade social na qual a diplomacia é por vezes vista isoladamente como competência dos diplomatas e do Ministério de Relações Exteriores, a autora sempre demonstrou inquietação quanto a esta visão, que ignora os tantos outros meios de intercâmbio entre os países, muitas vezes, sólidos e ricos em possibilidades tanto quanto os tradicionalmente observados, estudados e explorados. A diplomacia de defesa, ou a atuação internacional dos atores e agentes do setor governamental de Defesa, é um destes meios negligenciados no Brasil.

Em consonância com o exposto acima, o presente trabalho é um esforço para trazer ao debate a relevância e potencial da relação entre as Marinhas da China e do Brasil na busca por objetivos estratégicos brasileiros e para instrumentalizar os tomadores de decisão e outros atores de interesse brasileiros, de modo que tenham acesso a um maior conhecimento acerca da relação e suas possibilidades. Para atingir estes objetivos, optou-se por executar uma pesquisa voltada à elaboração de cenários prospectivos de interesse que traçam caminhos que vão dos dias atuais até o ano de 2039. O uso do método de Cenários permite não apenas fazer-se atento às possibilidades e riscos que podem surgir no longo prazo, mas, também, conseguir levantar e catalogar, de forma sistematizada, o atual contexto sob o qual este objeto se encontra.

Foram traçados objetivos geral e específicos que nortearam todo o processo de pesquisa, de seu início até a escrita final do texto apresentado, eles seguem abaixo:

- Objetivo geral: contribuir para o alargamento das telas mentais dos tomadores de decisão do Brasil através do levantamento e tratamento sistematizado de dados, informações e conhecimentos acerca do presente e do futuro da relação entre Marinhas da China e do Brasil;
- Objetivos específicos:
  - 1º. Levantar histórico da relação;
  - 2º. Levantar de forma sistematizada as variáveis que compõem a atual relação;

- 3°. Identificar desdobramentos futuros das dinâmicas que a envolvem;
- 4°. Narrar futuros possíveis com linguagem condizente e conteúdo de interesse aos tomadores de decisão brasileiros.

Tratando-se de um trabalho sob uma pesquisa prospectiva, o recorte temporal é de longo prazo e vai até o ano de 2039. Escolheu-se este ano devido ao destaque que recebe na Estratégia marítima brasileira e no Plano de Modernização da Marinha da República Popular da China (RPC). Foi elaborado um arranjo de ferramentas (arranjo metodológico) que tem como abordagens metodológicas primordiais a participação e a expertise de pessoas de interesse ao tema estudado. Esta última escolha metodológica tem, em resumo, como principais justificativas a possibilidade de levar aos tomadores de decisão os conhecimentos e percepções de agentes da área, tornar possível o levantamento de informações de um tema pouco explorado e contribuir para a construção de um conhecimento que vai além da teoria.

Ao final do processo de pesquisa, chegou-se a quatro cenários prospectivos que buscaram trazer de forma clara e objetiva contextos possíveis para o futuro que são de interesse aos decisores brasileiros sob e sobre a relação estudada, destinatários principais deste Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM).

O trabalho foi desenvolvido sob o Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, Marinha do Brasil, na área temática de Segurança, Defesa e Estratégia Marítima. Toda sua construção foi pautada na busca por ser um trabalho acadêmico, científico, que, em sua estrutura, execução e produto final, vai além da Academia e dialoga, diretamente, com a casa sob a qual foi executado. Estando sob um programa voltado ao aspecto profissional da produção de conhecimento científico (mestrado profissional), ele apresenta potencial para a instrução e auxílio a tomadas de decisão de alto nível hierárquico.

No que se refere à estrutura formal do TCM, a parte 1 tem por fim explicar o atual contexto da relação e troca sino-brasileira em tema de Defesa e, em específico, da relação entre as Marinhas sob esta (capítulo primeiro) e debater a relevância do estudo de Cenários prospectivos para a tomada de decisão sob e sobre este último relacionamento, objeto de pesquisa (capítulo segundo). A parte 2 traz, em si, a principal contribuição almejada com a execução do estudo, no capítulo terceiro é relatada e explicada a metodologia empregada no desenvolvimento do trabalho e, no capítulo quarto, são apresentados os cenários prospectivos desenvolvidos para respaldar a tomada de decisão brasileira no tema em questão.

## INTRODUÇÃO

O início da relação entre China e do Brasil data de antes dos quase cinquenta anos de relações diplomáticas entre a República Brasileira e a República Popular da China (RPC). Existem indícios e documentos apontando que ocorreram ensaios de aproximação entre eles antes do Brasil ser independente e logo após a sua autonomia (OURO PRETO, 2011), podendo ser observadas trocas referentes aos setores marítimos e de Marinha (BRASIL, CHINA, 1881). Em meio a uma história repleta de momentos de altos e baixos níveis de intercâmbio e rica em frentes de diálogos abertas, hoje, os países conseguem manter um relacionamento descrito por muitos como maduro e pacífico (ALTEMANI, 2012).

Além da relevância comercial que um tem para o outro, sendo a RPC o principal parceiro comercial do Brasil atualmente, observa-se trocas constantes em temas e áreas diversas. A primeira parceria estratégica estabelecida entre o Estado chinês e um país estrangeiro foi com aquele e a cada dia mais brasileiros e chineses se interessam um pela cultura e oportunidades que o outro tem a oferecer, em termos de comércio e em termos de desenvolvimento profissional e acadêmico igualmente.

Toda esta dinâmica observada atualmente somada ao arcabouço institucional que os parceiros vêm criando e consolidando conjuntamente, com planos de ação e comitês conjuntos de gerência da relação, por exemplo – em 2004 criaram a Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)<sup>1</sup> -, indica para uma tendência de cada vez mais intercâmbio e harmonização de pautas entre os países. A linha de um relacionamento baseado na cooperação, na não intervenção em assuntos internos e no diálogo constante, tem se apresentado como uma fórmula de sucesso para estes atores que, mesmo estando a uma distância física considerável, encontram-se, a cada dia mais, identificando e criando interseções de interesses e oportunidades benéficas para objetivos comuns e não comuns entre eles.

O setor de Defesa está entre os que detêm, sob a relação sino-brasileira, dinâmicas e práticas que indicam a solidez ou laços existentes entre os países. Em 2009 foi oficialmente estabelecido o Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação Brasil-China entre os Ministérios da Defesa (MD) dos países (CCIC)<sup>2</sup>, ele passou a ser responsável pelos intercâmbios e diálogos para esta área e, desde sua criação, tem sido responsável por manter pontes e janelas de oportunidade à cooperação abertas, apesar de pouco exploradas pelos agentes e atores às quais

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5172?IdEnvolvido=58&page=5&tipoPesquisa=2>  
(Acesso: 19 maio 2019).

<sup>2</sup> Também chamado de Comitê Conjunto de Defesa Brasil-China (JDC).

se direcionam. O CCIC foi responsável pela elaboração e, hoje, acompanhamento do Acordo quadro de Cooperação em matéria de Defesa (BRASIL, REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2011), ele estabelece em forma e conteúdo frentes possíveis de intercâmbio e cooperação entre os setores de Defesa, o que inclui as Forças Armadas, sejam atuando sob as diretrizes do Ministério da Defesa ou no gozo dos limites de sua independência institucional.

Ao debruçar-se sobre a relação e dinâmicas travadas entre as Marinhas da China e do Brasil, o estudo em questão visa dar a devida atenção a este arcabouço criado pelos países para o setor de Defesa e apresentar um produto passível de ser aplicado para ajudar que o mesmo seja aproveitado em suas melhores potencialidades.

As Marinhas supracitadas detêm uma frente internacional atuante e que as permite estar em contato direto e frequente com suas congêneres estrangeiras. Existem ordenamentos nacionais a cada um dos países que preveem marinhas com atividades híbridas que abarcam atividades não limitadas ao uso do poder militar. As forças navais em questão, podem e acabam atuando, também, como agentes que buscam objetivos estatais por meios pacíficos e em tempos de paz. Aproximando-se das características e funções dos diplomatas, os militares, muitas vezes, deixam as armas de lado e se concentram na fala e nas ações de aprendizado mútuo e desenvolvimento conjunto.

Observar e estudar estas dinâmicas faz-se fundamental e ter instrumentos para aproveitar as oportunidades criadas por elas é igualmente relevante. A elaboração de cenários prospectivos é providência que atende à demanda em questão. Voltada à gerar produtos que possam dar respaldo a tomadas de decisão conscientes, a metodologia de estudos de futuro e, em especial, a de Cenários Prospectivos, propõe um estudo que visa levantar as principais variáveis de um objeto e mapear sua evolução e efeitos recíprocos no médio ou longo prazo para que sejam identificados possíveis desenrolar às mesmas.

Este esforço produz a descrição de narrativas de contextos futuros possíveis sob os quais os demandantes da pesquisa podem vir a atuar no vir a ser. Independentemente de os cenários elaborados se tornarem realidade ou não, o estudo contribui na formação de agentes com pensamento estratégico e amplo sobre temáticas e questões de interesse. Uma vez que estejam atentos às particularidades de um ambiente ou objeto, podem se preparar melhor para oportunidades e riscos. O demandante se torna mais preparado e mais consciente para as tomadas de decisão que, feitas hoje, terão efeitos no futuro.

Considerados os objetivos do presente trabalho e sua natureza que dialoga diretamente com os agentes de setores fora da academia, a autora optou por empregar Cenários Prospectivos

para o espraçamento e aproveitamento das potencialidades da relação entre as Marinhas da China e do Brasil, tendo como remetentes de seu produto final os tomadores de decisão brasileiros sob e sobre o tema e objeto estudados. O método empregado referiu-se a arranjo de ferramentas desenvolvido especialmente para este Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM), no qual contém as seguintes ferramentas: Revisão de literatura; Análise documental; *Environmental Scanning*; Árvore de relevância; Delphi; Impactos Cruzados; Análise Morfológica; e Descrição de cenários futuros.

O foco da abordagem metodológica se deu na participação e na expertise de agentes que atuam ou têm experiências e conhecimentos na área. Estes, os peritos, foram primordiais fontes das informações que tornaram possível o desenvolvimento das atividades e procedimentos de pesquisa. Esta abordagem permitiu que se chegasse a um resultado mais amplo do que se chegaria em uma pesquisa solitária e, uma vez mesclada com ferramentas semiquantitativas e critérios determinados, fez com que se apresentasse um processo reproduzível e refutável como todo saber científico deve ser aos olhos da comunidade acadêmica.

Unindo a capacidade dos Cenários de estudar passado, presente e futuro, a pesquisa realizada empregou o método para desenhar o atual quadro da relação estudada e traçou futuros possíveis para emprego no desenvolvimento da mesma. Este processo de pesquisa e produto final são apresentados no presente TCM no formato de quatro capítulos, divididos em duas partes. Na primeira traz-se a atual conjuntura do relacionamento objeto de pesquisa e debate-se sobre as características, aplicabilidade e benefícios do uso da metodologia de Cenários para o desenvolvimento da mesma. A segunda parte é um relato sobre a metodologia empregada e a execução do processo de pesquisa que resultou, por fim, na descrição de cenários prospectivos. Foram criados quatro cenários, um mais provável, um ideal, um de tendência e um de rupturas, eles constam no quarto e último capítulo e estão sob a forma de telegramas diplomáticos, meio de comunicação entre postos brasileiros no exterior e os órgãos da capital do Brasil. O recorte temporal empregado foi da atualidade até o ano de 2039, um caminho longo aos que fadigam na caminhada, mas, curto aos que pensam estrategicamente os seus passos.

Nesta estrutura e sob as aspirações acima expostas, o trabalho segue com a singela pretensão de trazer aos olhos interessados novos conhecimentos e oportunidades ao pensamento e atuação inovadores.

PARTE I. O atual quadro da relação entre as Marinhas da China e do Brasil e a aplicabilidade da metodologia de Cenários Prospectivos para a concretização de seu melhor potencial

## CAPÍTULO 1. A RELAÇÃO ENTRE AS FORÇAS NAVAIS DA CHINA E DO BRASIL: o quadro atual e suas particularidades

A China e o Brasil são países que em muito se distinguem, mas, que em tantos outros pontos se aproximam, o que permite a existência de um diálogo bilateral frequente e repleto de nuances. Ao se tratar de um país com uma história milenar e outro que caminha rumo aos seus 600 anos, pode-se imaginar que, ao primeiro, caberia, inevitavelmente, apenas ensinar, porém, a troca que existe entre essas duas sociedades têm se dado em via de mão dupla.

Cada dia mais, as dinâmicas envolvendo os países em sua relação de bilateralidade apontam para um fortalecimento de laços, aumento da diversidade temática e incremento na relevância mútua da mesma. O número de brasileiros interessados em aprender mandarim, aprofundar conhecimentos sobre a China e mesmo em fazer intercâmbios e trabalhar no país vem aumentando significativamente. Na China, o interesse pelo Brasil vem se intensificando em mesmo ritmo, o aumento no número de pessoas buscando aprender a língua portuguesa<sup>3</sup>, por exemplo, tem chamado a atenção de especialistas, esta procura soma à qualidade e espraiamento das oportunidades de troca e negócios.

Sobre as interseções entre os países e a concretude da relação, Xia Lin afirma o seguinte:

China e Brasil, os dois maiores países em desenvolvimento dos hemisférios Oriental e Ocidental, respectivamente, têm vários interesses em comum. Os principais são promover a governança global, ampliar as vozes dos países em desenvolvimento nas questões internacionais, defender o multilateralismo e, ao mesmo tempo, conter o unilateralismo, criar e melhorar um mecanismo de cooperação internacional e regional, e defender a autoridade das Nações Unidas (ONU). Existe, portanto, uma base sólida, um imenso potencial e um futuro brilhante que apontam para um desenvolvimento ainda maior das relações econômicas e comerciais entre os dois países.  
(LIN, 2019, p. 35)

Cada um com seu sistema político, cada um com seus *ethos*, China e Brasil constroem, a cada dia, uma relação com capacidade de atender a diversas demandas e objetivos comuns ou não a eles em meio a seus processos de desenvolvimento e busca por projeção internacional.

Frente a esta diversidade intercambial, a área da Defesa tem figurado como ativa em meio às temáticas abordadas e interações concretizadas, porém, a mesma, recai sobre o paradoxo do pouco aproveitamento das estruturas institucionais criadas para que a relação se

---

<sup>3</sup> Fonte: Valor Econômico. Na China, cada vez mais gente aprende a falar português. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/10/16/na-china-cada-vez-mais-gente-aprende-a-falar-portugues.ghtml> (Acesso: fevereiro 2020).

desenvolva neste setor. Por mais que se observe todo um arcabouço e contexto propícios à intensificação dos intercâmbios entre as forças armadas dos países, seus ministérios de defesa e instituições, a realidade aponta para um déficit de aproveitamento das oportunidades.

Neste capítulo será explanado como a área supracitada da relação sino-brasileira tem se desenvolvido e quais são as potencialidades que apresenta, em especial, no que refere à relação entre as Marinhas brasileira e chinesa.

### 1.1. Histórico geral da relação sino-brasileira

O início da relação entre o Brasil e a China remonta ao período colonial desse. Há registros de que João VI organizou uma missão técnica chinesa para o território, hoje, brasileiro com o intuito de criar e desenvolver o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em mesma época teria sido recebido grupo de chineses para a implementação do plantio e cultura do chá. Após estes episódios, os governantes da terra Brasil tiveram novo interesse em imigrar mão de obra chinesa no decorrer do século XIX, porém, o intuito só veio a se concretizar durante o século XX, após aproximação que deu fruto, em 1909, a uma Convenção de Arbitramento entre os países (OURO PRETO, 2011, p. 23-24).

Registra-se como primeiro acordo entre os então Impérios do Brasil e da China o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 1881, sob o qual acordaram, dentre outros pontos, paz perpétua e amizade constante entre eles, o acesso e proteção aos chamados súditos da outra parte em seus países, autorização para troca de agentes diplomáticos, abertura e autorização ao comércio entre impérios e entre os súditos dos mesmos, autorização para navios de guerra da contraparte ficarem em seus portos, sem custos de entrada e saída, questões de aplicabilidade de leis a imigrantes. Destaca-se a presença e atenção dada às questões de direito portuário e extraterritorialidade da lei neste documento bilateral, além do registro de prática de diplomacia naval ao acordarem acolhida a navios de guerra do Império amigo<sup>4</sup>.

Nos anos de 1940 a aproximação tímida entre os países gera alguns acordos, sendo eles os seguintes: Tratado de Amizade entre o Brasil e a China, 1943<sup>5</sup>; Convênio Cultural entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da China, 1946<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup>Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/181?IdEnvolvido=58&TipoAcordo=BL&page=13&tipoPesquisa=2> (Acesso: fevereiro de 2020).

<sup>5</sup> Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/687> (Acesso: fevereiro de 2020).

<sup>6</sup> Disponível em:

O Tratado de Amizade de 1943 é substituto do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 1881. Aquele se apresenta como mais sucinto e passa a usar o termo Direito Internacional, indicando, de modo geral, a previsão da aplicabilidade de seu conteúdo e preceitos à relação bilateral.

O Convênio Cultural de 1946 corolaria o interesse dos países em aprofundar suas relações para além das questões comerciais. Ele pode ser entendido como um indicativo concreto da busca pelo conhecimento mútuo entre as duas nações e pela construção conjunta de saberes. Dentre as previsões do documento encontram-se o intercâmbio de profissionais, técnicos e alunos, a produção conjunta de publicações e a criação de cursos sobre o outro país em suas instituições de ensino.

Em mesma época ocorre fato significativo para o relacionamento Brasil-China. Com o advento da Revolução chinesa de 1949, o Brasil reconhece o governo de Taiwan como oficial, mudando sua posição apenas em 1974, quando, então, estabelece relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC), passando a reconhecer a mesma como governo oficial do país China.

No decorrer do governo militar brasileiro de 1964 a 1988, as trocas entre os países foram singelas, porém Biato Júnior destaca que a RPC, desde o início do laço diplomático, concebe a importância da relação e sua estabilidade em uma perspectiva de longo prazo. Esta reconheceria o protagonismo regional do país e as semelhanças de suas bandeiras no plano internacional e daria interesse em compreender e acompanhar as dinâmicas políticas internas brasileiras. (BIATO JUNIOR, 2010, p. 36-37). A abertura chinesa ao relacionamento em questão seria um dos fatores determinantes para o não afastamento definitivo entre os países mesmo nas fases de menor interação.

Henrique Altemani (2012) advoga que o fato da República Popular da China da década de 70 optar por ter a abordagem do Terceiro Mundo como sua frente de atuação e base de sua abertura e busca por espaço na sociedade internacional, explicaria, de modo geral, a aproximação chinesa com os países sob esta nomenclatura. Sobre o tema, Altemani coloca o seguinte:

Com o processo de reconhecimento internacional da República Popular da China, no início da década de 1970, a política externa chinesa buscava um lugar próprio na política mundial, que demonstrasse que seus objetivos correspondiam única e

exclusivamente ao que a China era, e que não eram decorrentes de alianças estratégicas e/ou ideológicas.

Deng Xiaoping, em 1972, anunciava o fim do ‘Campo Socialista’ e identificava a China como pertencente do Terceiro Mundo. A identificação com o Terceiro Mundo e as consequências da abertura ao comércio internacional reposicionaram a China no sistema internacional e enfatizaram a dimensão econômica como forma de reforçar relações exteriores. Estrategicamente, a cooperação simbolizou o método mais convincente de conquistar parceiros na luta pela soberania e igualdade. E, na consideração de que a falta de soberania e de igualdade se apresentava como um elemento decisivo de uma ordem internacional injusta, a solidariedade com o Terceiro Mundo se transformou no meio mais apropriado para os esforços da China de definição de sua posição internacional. (ALTEMANI, 2012, p. 84)

Sobre a postura do Brasil, o autor acima citado afirma que o estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC corolaria e materializa a ideia de uma política externa brasileira pragmática, baseada na não intervenção em interesses interno, respeito à autodeterminação dos povos e na diversidade de parceiros. Biato Jr, afirma que o país, ao contrário da China, detinha uma visão imediatista da relação bilateral, não a concebendo de forma estratégica apesar dos esforços para seu fortalecimento nas décadas de noventa e seguintes (2010, p. 37). Amado Cervo e Clodoaldo Bueno pontuam que este alargamento de intercâmbio e cooperação brasileiros para o continente asiático encontrava seus objetivos básicos situados no “comércio, pela exportação de produtos primários e manufaturados” (CERVO, BUENO, 2011, p. 455).

Na década de oitenta, especificamente em 1984, Brasil e China celebraram acordo para o estabelecimento de Adidâncias das Forças Armadas nas suas respectivas embaixadas<sup>7</sup>. Essas seriam representações das forças singulares e em 1985 a China já havia destinado um militar para ocupar o cargo – adido militar - na sua embaixada em Brasília. Deste período, com continuidade para os anos 90, destacam-se, também, as diversas visitas técnicas chinesas aos setores de hidreletricidade brasileiros, demonstrando interesse da RPC nos processos e práticas de desenvolvimento interno do país (BIATO JUNIOR, 2010, p. 37).

A década de noventa foi marcada por um aprofundamento na relevância atribuída pela RPC e pelo Brasil a sua relação bilateral. Em 1993 os países acordaram em elevar sua relação a parceria estratégica. Hao Su afirma que a “parceria estratégica” é o mais alto nível de cooperação que a política chinesa vislumbra com outros países. Neste sentido, Su ensina:

O quarto nível, a ‘parceria estratégica’, é o mais alto nível do quadro de parceria construído na diplomacia chinesa. Como mencionado acima, as relações entre

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/3244?IdEnvolvido=58&page=10&tipoPesquisa=2> (Acesso: 19 maio 2019).

grandes potências decidem a estrutura da política internacional, assim a manutenção de boas relações entre grandes potências ajuda a formar uma estável estratégia internacional. Esse nível de parceria é da maior importância na construção do quadro de relações exteriores da China no pós-guerra Fria. O estabelecimento de parcerias estratégicas começou com a confirmação de uma parceria estratégica entre China e o Brasil durante a visita do presidente Jiang Zemin ao Brasil em novembro de 1993. Estabelecer uma parceria estratégica entre a China e o Brasil, ambos grandes nações em desenvolvimento, simboliza a maturidade das relações bilaterais, pois o significado da ‘Cooperação Sul-Sul’ entre o Brasil e a China tinha ultrapassado em muito a categoria das relações bilaterais.

(SU, 2009, p. 39, apud ALTEMANI, 2012, p. 94)

Esse foi um primeiro passo rumo a uma nova fase. Apenas nos anos 2000, no entanto, em especial, com a política externa inaugurada pelo Governo de Lula da Silva (2003-2010), que a relação recebeu uma atenção especial que a levou a uma constante considerável em sua intensidade, frequência e concretude.

No ano de 2004 foi observada a ocorrência de fato que iria mudar a condução da cooperação e interação entre os atores. Brasil e China criaram a Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) que passou a coordenar os caminhos a serem tomados. Já sob os auspícios da COSBAN, em 2010 foi elaborado e assinado o primeiro Plano de Ação Conjunta sino-brasileiro, hoje, na versão atualizada em 2015, documento norteador dos laços e entrelaces entre os Governos.

No ano de 2009, foi oficialmente estabelecido o Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação Brasil-China entre os Ministérios da Defesa (MD) dos países (CCIC)<sup>8</sup>, marco específico deste setor da relação. As reuniões da CCIC estão previstas para serem anuais e se dão entre representantes dos MD's., elas têm como objetivos principais elaborar a pauta de interação e cooperação para o ano seguinte e avaliar a execução de pauta criada no ano anterior. O CCIC passa a coordenar as interações sob o tema, foi responsável pela elaboração do Acordo de Cooperação em matéria de Defesa (BRASIL, REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2011), acordo quadro<sup>9</sup> celebrado em 12 de abril de 2011, e, hoje, é encarregado do acompanhamento da execução do mesmo.

O acordo supracitado materializa os objetivos e anseios gerais dos países no nicho em questão e indica as janelas possíveis e previstas para uma maior aproximação entre as Forças Armadas dos dois Estados. Através dele são listadas temáticas sob as quais pode haver cooperação e as práticas que podem ser estabelecidas tendo em vista a concretização deste

<sup>8</sup> Também chamado de Comitê Conjunto de Defesa Brasil-China (JDC).

<sup>9</sup> A Ata da reunião II do CCIC classifica o Acordo citado como acordo quadro (MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, 2011).

*animus cooperandi*. Cabe ressalva quanto à entrada em vigor do acordo, a qual estaria pendente devido a negociações acerca de modificações sugeridas no processo de internalização do Brasil<sup>10</sup>.

A criação deste arcabouço para as interações em tema de Defesa trouxe maior dinamismo e norte às mesmas, o que acaba permitindo com que ela se desenvolva de forma coordenada e estratégica, tendo em vista objetivos, metas, resultados e *modus operandis* mais bem delimitados do que a anteriormente.

Atualmente, a relação geral entre RPC e Brasil pode ser entendida como madura e diversificada, tendo demonstrado independência significativa às mudanças políticas internas aos países e a crises internacionais. Tratando da estabilidade da relação e de novas oportunidades para a mesma, o Xia Lin se referência à entrevista dada pelo então embaixador chinês Yang Wanming na qual comenta a relação sino-brasileira e suas possibilidades. Destaca-se o trecho que segue:

Antes da abertura desse evento, o embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming, disse numa entrevista exclusiva à Agência de Notícias Xinhua que o relacionamento China-Brasil tem experimentado um desenvolvimento sólido, estável e rápido graças aos incansáveis esforços realizados ao longo de várias gerações, que lançaram uma base sólida para futuros desenvolvimentos das relações bilaterais e para um futuro aprofundamento da cooperação prática em várias áreas. O embaixador Yang acredita que os dois países podem aplicar seu potencial de cooperação tanto nos campos da ciência e tecnologia, como na área de satélites, IA, Internet das Coisas e 5G, bem como na agropecuária, no turismo e nos esportes. Os dois lados, portanto, podem explorar novos polos de crescimento e levar as relações bilaterais a um nível mais alto.

(LIN, 2019, p. 37)

Em meio a movimentos midiáticos de alarde acerca do perigo chinês à ordem internacional, verifica-se, na prática, uma nação aberta ao diálogo e à cooperação que vem construindo junto ao Brasil pontes e laços propícios ao desenvolvimento e projeção de ambos. Sob as diversas frentes de interação identificamos as Marinhas como atores atuantes na construção deste quadro da bilateralidade sino-brasileira, detendo meios e oportunidades para a concretização de suas funções político-militares no plano internacional.

---

<sup>10</sup> Fonte: MARCONDES, BARBOSA, 2018.

Cabendo aos decisores a empreitada de aprofundar esta atuação das forças navais da RPC e do Brasil, sobre o arcabouço necessário a ela, observa-se que em nada impede esta evolução, pelo contrário, a torna possível. Aos olhares conscientes acerca da relação caberá, por fim, o melhor aproveitamento do que existe e do que pode vir a existir, em prol dos interesses correlatos. Aos agentes envolvidos, que sejam claras as janelas, portas e pontes construídas e os terrenos sobre os quais estas se firmam.

## 1.2. A relação sino-brasileira em tema de Defesa e sua faceta naval

As dinâmicas do setor de Defesa voltadas ao plano internacional são oportunidades para a obtenção de objetivos de projeção pacífica de poder, cooperação para o desenvolvimento e reconhecimento internacional, ganho de legitimidade e diversificação de pautas e parceiros, tudo sem o uso do poder explícito – ou força em seu sentido corriqueiro. Considerando esta sua relevância para a obtenção de interesses nacionais internos e externos, Brasil e China conduzem seus intercâmbios no setor em meio às janelas, portas e pontes de diálogo disponibilizadas pelo mesmo.

Sob este contexto encontramos a relação direta entre as Marinhas da China e do Brasil, como caso concreto da tradição naval mundial ou da diplomacia de defesa, elas mantêm dinâmicas próprias de interação entre si e certa autonomia no desenvolvimento da mesma, não obstante o fato de estarem sob a supervisão dos respectivos Ministérios de Defesa. Frente no arcabouço criado para o setor de Defesa, identifica-se a possibilidade de existência e o potencial de aprofundamento que esta interação apresenta.

Com base no que foi tratado no tópico anterior (1.1.), pode-se indicar como marcos da relação sino-brasileira em Defesa a celebração do acordo de troca de adidâncias militares de 1984, a criação do CCIC em 2009 e a assinatura do acordo de cooperação em 2011.

Apesar do Acordo de 1984 ser um dos primeiros a serem celebrados entre o Brasil e a República Popular da China, os registros indicam que as interações no militar e de defesa no geral apresentaram-se como tímidas até os anos 2000, o qual, de modo geral, apresenta crescimento significativo nas dinâmicas de interação e aprofundamento da relação sino-brasileira.

Ainda na década de 80, em 1988, o Acordo de Cooperação que culminou no programa de construção de satélites sino-brasileiros (CBERS)<sup>11</sup>, pode ser identificado como relevante documento e passo rumo à construção conjunta de conhecimentos e produtos de interesse militar e de defesa. As trocas travadas e benefícios alcançados com o emprego dos satélites, para além de questões técnicas, foram capazes de aumentar a confiança mútua e a construção de janelas de oportunidade para a intensificação de outras áreas sob a relação.

Na década de 90, para além do estabelecimento da parceria estratégica em 1993, destacam-se dois fatores que podem ser indicados como possibilitadores de uma maior aproximação entre China e Brasil em tema de Defesa, são eles os seguintes: a promulgação da primeira Política de Defesa Nacional (PDN) brasileira em 1996 e a criação em 1999 do Ministério da Defesa do Brasil, o qual passou a concentrar as demandas e dinâmicas do país nesta área. Estes esforços para instrumentalização do setor no âmbito governamental, ambos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), contribuíram para que o Brasil começasse a traçar e monitorar, de forma ordenada, objetivos, meios e ferramentas para a dinamização do setor e seu melhor aproveitamento e desenvolvimento, tudo de modo a integrar este aos outros setores da sociedade brasileira. Sobre este momento histórico Tamires Souza, ao referenciar obra de Raphael Lima, afirma que.

A política de defesa, sobretudo com a criação do Ministério da Defesa, durante a administração de Cardoso, impulsionou a busca das prioridades do Brasil perante o cenário internacional, com suas relações bi e multilaterais na América Latina e África. O Ministério da Defesa passou a ganhar corpo e expressão no âmbito doméstico e na formulação de política externa, apesar da permanente resistência interna.

(LIMA, 2015, p. 163<sup>12</sup>. Apud SOUZA, 2016, P. 13).

Acerca da relevância do fato acima para as interações internacionais no âmbito militar, João Paulo Alsina Jr coloca o seguinte:

A relação informal existente até então entre o Itamaraty e as forças singulares, quase sempre para o tratamento de questões pontuais que dissessem respeito às duas burocracias, foi balizada de maneira abrangente por intermédio da PDN. Pela

<sup>11</sup> Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/3511?IdEnvolvido=58&TipoAcordo=BL&page=10&tipoPesquisa=2>.

<sup>12</sup> LIMA, Raphael Camargo. A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma Grande Estratégia inconclusa. 2015. 257 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/128080>.

primeira vez, formulou-se conjuntamente um documento declaratório sobre defesa em que o vínculo institucional entre a diplomacia e as Forças Armadas é claramente articulado a partir de uma base comum de entendimentos. A embasar a redação da PDN, estava a percepção de FHC de que se deveria romper definitivamente com as perspectivas que fundamentaram o preparo militar (especialmente do Exército) no passado, atribuindo prioridade ao papel castrense no respaldo às iniciativas de política externa do País. Não é à toa que o texto da PDN faz inúmeras referências à articulação entre política externa e política de defesa.

(ALSINA JR., 2003, p. 75)

A elaboração da PDN, portanto, veio enfatizar e alavancar o papel das Forças Armadas na busca por interesses nacionais também no plano internacional e de forma pacífica. O estabelecimento desta visão abriria portas para que as forças singulares intensificassem e aprofundassem interações com suas congêneres estrangeiras e outras instituições de interesse.

Fato na história recente da RPC que também exerce influência no contexto da relação sino-brasileira em tema de Defesa é a criação em 1950 de um escritório de assuntos internacionais no Ministério de Defesa Nacional do país, o que possibilitou o desenvolvimento da diplomacia de defesa, levando ao alargamento e aprofundamento das relações e interações entre as forças singulares chinesas e seus pares estrangeiros. (SILVA, 2018, p. 61)

Com o estabelecimento do CCIC em 2009, muda-se o quadro e qualidade de registros da relação entre os Ministérios de Defesa do Brasil e da China e das Forças de Defesa sob os mesmos. O Comitê passa a concentrar as demandas e determinações acerca do tema Defesa no recorte da relação China-Brasil, concebendo a ela nortes com melhor delimitação e o fortalecimento da confiança recíproca para aprofundar e evoluir dos debates e realizações nesta área.

Conforme tratado no tópico anterior, como produto dos trabalhos do CCIC, é assinado em 2011 o Acordo de Cooperação em matéria de Defesa de 2011 (Acordo quadro de 2011). Através dele são estabelecidas áreas e formas de cooperação sob e com as quais os ministérios e as forças de defesa dos países signatários podem materializar o animus de cooperação nesta área.

Frente ao arcabouço existente para a relação entre RPC e Brasil e, especificamente, para a área de Defesa da mesma, as interações entre as suas Marinhas seriam um nicho de dinâmicas travadas e possíveis sob esta. Tendo como documentos norteadores específicos o Acordo quadro de 2011 e as diretrizes da CCIC, as forças navais chinesa e brasileira contam com um arcabouço institucional que as permite manter entre elas interações dos mais diversos tipos, podendo agir com liberdade que não fira o papel e posição dos ministérios de Defesa.

Os subtópicos que seguem explanam sobre as práticas possíveis e observadas entre as Marinhas da RPC e do Brasil, desenvolvendo, antes, a ideia de que a Marinha chinesa, assim como a brasileira, tem destinação nacional não apenas à guerra, mas, também, à atuação pacífica no âmbito internacional. Entender esta faceta das forças estudadas permite vislumbrá-las para além de suas naturezas militares e instigar olhares que identifiquem a potencialidade de seus relacionamentos bilaterais pautados, também, em interações não coercitivas.

### 1.2.1. A Marinha da China e sua atuação internacional

A atual Marinha Chinesa é herdeira de uma história de glórias e marcos que perpassam as eras da civilização chinesa e da própria história marítima. Em meio às inconstâncias políticas que a região e o território enfrentaram, após períodos de reclusão, hoje, a China, sob o governo do PCC em sua RPC, volta a aspirar por e investir no seu potencial naval. Contando com um plano de modernização que visa a excelência tecnológica e de pessoal, a Marinha chinesa caminha ao passo de se transformar em uma força com alta capacidade de combate ao mesmo passo que busca construir relações cooperativas com os mais variados parceiros de interesse. Frente a um arcabouço institucional e normativo que a concede uma diversidade de meios e frentes de atuação, esta Marinha atua para além do uso da força e das especificidades do mundo da caserna.

Não obstante a natureza militar das Forças Armadas, a RPC prevê que as suas forças exerçam papel significativo não apenas para a Defesa do país, mas, também, para a projeção do mesmo no plano internacional e para seu desenvolvimento. Elas são subordinadas diretamente ao Partido Comunista Chinês (PCC), conforme prevê o artigo 19 da Lei de Defesa do país (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 1997), e são administradas pela Comissão Militar Central (CMC), a qual é presidida por Xi Jinping.

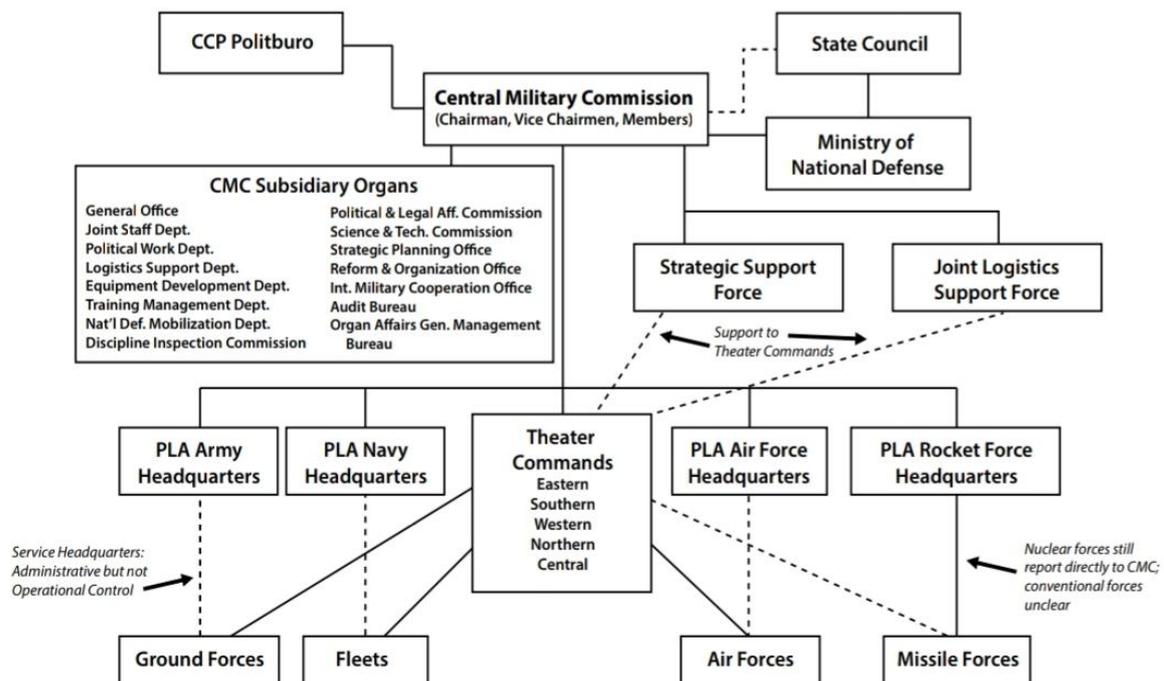
A organização das Forças Armadas da China diverge da apresentada pelo Brasil. O artigo 22 da Lei acima citada indica que ela é composta pelo Exército de Libertação Popular (ELP), pela Força Policial Armada Popular e pela Milícia<sup>13</sup>. O presente trabalho se aterá apenas ao ELP e, em específico, a seu grupamento naval, a *Chinese People's Liberation Army Navy (PLA Navy)*, que será chamada, em certos momentos, de Marinha da China ou Marinha do

---

<sup>13</sup> “Article 22 The armed forces of the People’s Republic of China are composed of the active and reserve forces of the Chinese People’s Liberation Army, the Chinese People’s Armed Police Force and the Militia.” (REPÚBLICA POPULAR A CHINA, 1997)

Exército de Libertação Popular. Salienta-se que as Forças sob o ELPC são as que serão consideradas como congêneres às Forças Singulares brasileiras, uma vez observadas as semelhanças na natureza das mesmas.

Acerca da estrutura do PLA após o processo de reforma formalizado pelo PCC no ano de 2016<sup>14</sup>, organograma produzido por Phillip C. Saunders e Joel Wuthnow em artigo sobre a reorganização da força oferecem visão geral dos atores que a compõem e suas inter-relações, o mesmo consta na figura abaixo (figura 1).



**Figura 1.** Estrutura do PLA após reforma.

Fonte: SAUNDERS e WUTHNOW, 2017. p. 10.

<sup>14</sup> “In late 2015 and early 2016, the PLA sought to correct these problems by enacting a series of major structural reforms. These changes, part of a broader set of national defense reforms being pursued under the leadership of President Xi Jinping, represent the most ambitious, wide reaching, and important restructuring of the PLA since 1949.” (p. 4)

“The first specific announcement tied to the reforms was made at a military parade in Beijing in September 2015, when Xi stated that the PLA’s size would be reduced by 300,000 by the end of 2017, bringing total personnel down from 2.3 to 2 million.<sup>24</sup> This was followed by the CMC’s adoption of a detailed reform plan at a meeting held in November 2015.<sup>25</sup> This decision was formalized in a document approved by the CMC and issued on January 1, 2016, titled Opinions on Deepening Reforms on National Defense and Armed Forces. This document provided a comprehensive and authoritative blueprint of the overall military reform program.<sup>26</sup> It clarified that the major structural reforms (discussed below) would be only the first stage in a 5-year process of reform. Later reforms would address deficiencies in force structure and force composition, the professional military education (PME) system, the military legal system, and other areas. The official completion date for the current reforms is 2020.” (p. 9)

(SAUNDERS e WUTHNOW, 2017)

“The political significance of these reforms is profound. The effect of overhauling the PLA’s ‘head’ and ‘nerve’ system is more political than administrative and operational and is now institutionalised in the new CMC system with a new personnel line-up, a new managerial structure, and altered bureaucratic procedures in place to implement Xi’s orders. Thus, the CMC’s authority in the daily management of PLA affairs has been maximised and so has Xi’s own, with his CMC chair becoming a symbol of the ultimate power.” (JI, 2018, p. 3)

Conforme se observa na figura acima, a PLA é formada por quatro grupamentos, sendo três similares aos tradicionais Marinha, Exército e Aeronáutica e um, a *Rocket Force*. Sucessora da chamada Segunda Força de Artilharia, essa é a força de mísseis do PLA, tendo teor estratégico e somando à dissuasão e soberania chinesas, dá respaldo às outras três instituições<sup>15</sup>.

Retomando análise da lei chinesa para a Defesa, cabe destaque das previsões acerca das funções gerais basilares às forças, as quais são expostas através do seguinte trecho:

The armed forces of the People's Republic of China belong to the people. Their tasks are to consolidate national defence, resist aggression, defend the motherland, safeguard the people's peaceful labour, participate in national construction and serve the people whole-heartedly.  
(REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 1997, artigo 17)<sup>16</sup>

Na Estratégia Militar da China datada de 2015 são apresentados de forma mais detalhada a missão, os objetivos e as metas das Forças Armadas do país. Sobre o papel desempenhado por elas afirma-se que

China's armed forces will effectively perform their missions in the new historical period, resolutely uphold the leadership of the CPC and the socialist system with Chinese characteristics, safeguard China's sovereignty, security and development interests, safeguard the important period of strategic opportunities for China's development, maintain regional and world peace, and strive to provide a strong guarantee for completing the building of a moderately prosperous society in all respects and achieving the great rejuvenation of the Chinese nation.<sup>17</sup>  
(REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2015)

No que se refere a metas e tarefas principais que devem ser observadas pelas Forças, cabe destaque para o presente debate as tarefas estratégicas estabelecidas pelo documento supracitado que preveem a atuação internacional das mesmas. São, essas, as tarefas que seguem em negrito:

<sup>15</sup> Respalda-se na colocação de Xi Jinping em cerimônia oficial para a Força, aquela é citada em SAUNDERS e WUTHNOW, 2017, p. 14 conforme segue:

“Xi used the same three-part formula to describe the Rocket Force's duties as he did when addressing the SAF in 2012, stating that the force is the ‘core strength of China's strategic deterrence, the strategic support for the country's status as a major power, and an important cornerstone safeguarding national security.’”

<sup>16</sup>Tradução livre: As forças armadas da República Popular da China pertencem ao povo. Suas tarefas são consolidar a defesa nacional, resistir a agressão, defender a pátria, salvaguardar o trabalho pacífico do povo, participar da construção da Nação e servir o povo com dedicação máxima.

<sup>17</sup> Tradução livre: As Forças Armadas irão executar suas missões no novo período histórico de forma efetiva, defender a liderança do PCC e o sistema socialista com características chinesas resolutamente, salvaguardar a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento da China, salvaguardar o importante período de oportunidades estratégicas para o desenvolvimento pátrio, manter a paz regional e mundial, e empenhar-se no provimento de garantia robusta à complementação do processo de construção de uma sociedade moderadamente próspera, em todos os aspectos, e ao alcance do grande rejuvenescimento da nação Chinesa.

China's armed forces mainly shoulder the following strategic tasks:

- To deal with a wide range of emergencies and military threats, and effectively safeguard the sovereignty and security of China's territorial land, air and sea;
- To resolutely safeguard the unification of the motherland;
- **To safeguard China's security and interests in new domains;**
- **To safeguard the security of China's overseas interests;**
- To maintain strategic deterrence and carry out nuclear counterattack;
- **To participate in regional and international security cooperation and maintain regional and world peace;**
- To strengthen efforts in operations against infiltration, separatism and terrorism so as to maintain China's political security and social stability; and
- To perform such tasks as emergency rescue and disaster relief, rights and interests protection, guard duties, and support for national economic and social development.<sup>18</sup>

(REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2015)

Sobre a postura e direcionamento da atuação da Marinha chinesa cabe ressaltar a propensão dos preceitos internos a indicar uma postura cooperativa por parte da mesma, traço salientado no seguinte trecho da Estratégia Militar:

In line with the strategic requirement of offshore waters defense and open seas protection, the PLA Navy (PLAN) will gradually shift its focus from "offshore waters defense" to the combination of "offshore waters defense" with "open seas protection," and build a combined, multi-functional and efficient marine combat force structure. The PLAN will enhance its capabilities for strategic deterrence and counterattack, maritime maneuvers, joint operations at sea, comprehensive defense and comprehensive support.<sup>19</sup>

(REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2015)

---

<sup>18</sup> Tradução livre: As forças armadas da China assumem primordialmente as seguintes tarefas estratégicas:

- Lidar com uma ampla gama de emergências e ameaças militares, e salvaguardar, efetivamente, a soberania e a segurança da terra, do ar e do mar da China;
- Resguardar a unidade da pátria resolutamente;
- Salvaguardar a segurança e os interesses da China em novos domínios;
- Salvaguardar a segurança dos interesses exteriores da China;
- Manter dissuasão estratégica e realizar contra-ataque nuclear;
- Participar da cooperação regional e internacional em tema de segurança e manter a paz regional e mundial;
- Fortalecer os esforços nas operações contra a infiltração, o separatismo e o terrorismo, a fim de manter a segurança política e a estabilidade social da China; e
- Desempenhar tarefas como resgate de emergência e socorro em caso de catástrofes, proteção de direitos e interesses, deveres de guarda e apoio ao desenvolvimento econômico e social nacional.

<sup>19</sup> Tradução livre: Em consonância com o requerimento estratégico de defesa das águas não costeiras e de proteção do alto mar, a Marinha do ELP vai gradualmente mudar seu foco de "defesa das águas não costeiras" para a combinação de "defesa das águas não-costeiras" com "proteção do alto mar", e construirá uma estrutura de força de combate marítimo que seja concisa, multifuncional e eficiente. A *PLA Navy* aumentará suas capacidades para dissuasão estratégica e contra-ataque, manobras marítimas, operações conjuntas no mar, defesa abrangente e apoio abrangente.

Cabe comentário sobre o uso do termo "offshore waters". Considerando o contexto sob o qual foi empregado, pode-se concluir que ele refere-se às águas sob jurisdição do país, no caso, da China, seriam essas as que correspondem ao mar territorial, à ZEE e à Zona contígua. O exposto trata-se de conclusão passível análise mais apurada sobre o tema.

No tópico que trata da cooperação militar e em tema de segurança, a Estratégia Chinesa salienta a atuação internacional das Forças e estabelece a diretriz de atuação cooperativa e pacífica na construção de um ambiente internacional pacífico e baseado na colaboratividade. Recomenda-se a leitura de todo o tópico, numerado como VI, porém, destacam-se trechos expostos abaixo, os quais, dentre outros elementos, indicam formas e áreas para intercâmbio internacional entre instituições militares:

Pursuing a security concept featuring common, comprehensive, cooperative and sustainable security, China's armed forces will continue to develop military-to-military relations that are non-aligned, non-confrontational and not directed against any third party. They will strive to establish fair and effective collective security mechanisms and military confidence-building measures (CBMs), expand military and security cooperation, and create a security environment favorable to China's peaceful development.

(...)

In the spirit of neighborhood diplomacy of friendship, sincerity, reciprocity and inclusiveness, China's armed forces will further develop relations with their counterparts in neighboring countries. Also, **they will work to raise the level of military relations with** European counterparts, continue the traditional friendly military ties with their African, **Latin American** and Southern Pacific counterparts.

(...)

Pushing ahead with pragmatic military cooperation. On the basis of mutual respect, equality, mutual benefit and all-win cooperation, China's armed forces will continue to carry out pragmatic cooperation with their counterparts in various countries of the world. In response to the changing situation, China's armed forces will constantly explore new fields, new contents and new models of cooperation with other militaries, so as to jointly deal with a diverse range of security threats and challenges. Extensive dialogues and exchanges will be conducted with foreign militaries on defense policy, services and arms building, institutional education, logistics and other subjects to promote mutual understanding, mutual trust and mutual learning. The Chinese military will also strengthen cooperation with related countries in personnel training, material assistance, equipment and technology, so as to strengthen mutual support and enhance respective defensive capabilities. Bilateral and multilateral joint exercises and training, involving various services and arms, will be conducted at multiple levels and in various domains to enhance joint operational capabilities. The Chinese military will work to extend the subjects of such training and exercises from non-traditional to traditional security areas. It will actively participate in international maritime security dialogues and cooperation, and jointly deal with traditional and non-traditional maritime security threats.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Tradução livre: Buscando um conceito que enderece a segurança comum, abrangente, cooperativo e sustentável, as forças armadas chinesas continuarão a desenvolver relações militares-militares que sejam não alinhadas, não sejam de confronto e não sejam dirigidas contra terceiros. Eles se esforçarão para estabelecer mecanismos coletivos de segurança justos e eficazes e medidas de fortalecimento da confiança (CBMs), expandir a cooperação militar e em tema de segurança e criar um contexto quanto à segurança que seja favorável ao desenvolvimento pacífico da China.

(...)

No espírito da diplomacia de vizinhança amigável, sincera, recíproca e inclusiva, as forças armadas chinesas desenvolverão ainda mais as relações com os seus homólogos nos países vizinhos. Além disso, eles trabalharão para elevar o nível das relações militares com seus congêneres europeus, continuando com os tradicionais laços militares amistosos com seus pares africanos, latino-americanos e do Pacífico Sul.

(...)

(REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2015, Tópico VI) (grifo nosso)

Frente aos documentos levantados, em primazia a Estratégia Militar de 2015, restam indicadas previsões de uma China que atribui a suas Forças de Defesa um papel que vai além da atuação em suas fronteiras e que perpassa não apenas questões militares e de combate, mas, também, políticas. Observa-se a existência de mandamentos internos que determinam que a PLA atue no plano internacional de forma não coerciva e na busca por interesses nacionais. Este arcabouço inclui em seus preceitos a construção de relações cooperativas e de diálogo com congêneres estrangeiros da Força, fenômeno sob o qual se enquadraria a relação com as instituições de Defesa do Brasil.

O intercâmbio da Marinha brasileira com sua congênera chinesa apresenta-se como uma oportunidade ao aprendizado e desenvolvimento conjuntos, frente a um quadro que possibilita às mesmas atuarem em prol de seus países para além de sua natureza de guerra.

#### 1.2.2. Principais atores e agentes

Ao tratarmos da relação entre as Marinhas da China e do Brasil os atores que são levantados como primordiais são os seguintes: Presidência e Partido Comunista Chinês, Ministérios de Defesa e seu pessoal, Ministérios de Relações Exteriores e diplomatas, adidos militares, de defesa e das forças navais e suas equipes, militares no geral, professores e pesquisadores de instituições de pesquisa das Marinhas, Centros de pesquisa e Escolas de formação das Marinhas.

O presente estudo salienta que os atores com ligação mais estreita com o objeto e que foram tratados como pontos focais na pesquisa são justamente os militares, em suas diferentes

---

Avançar com a cooperação militar pragmática. Com base no respeito mútuo, na igualdade, no benefício mútuo e na cooperação em que todos ganham, as forças armadas chinesas continuarão a cooperar pragmaticamente com seus pares em vários países do mundo. Em resposta à situação cambiante, as forças armadas chinesas explorarão constantemente novos campos, novos conteúdos e novos modelos de cooperação com outras forças armadas, de modo a lidar conjuntamente com uma gama diversificada de ameaças e desafios à segurança. Diálogos e intercâmbios extensivos serão conduzidos com as forças militares estrangeiras sobre política de defesa, serviços e construção de armas, educação institucional, logística e outros assuntos para promover a compreensão mútua, confiança mútua e aprendizagem mútua. Os militares chineses também fortalecerão a cooperação com países relacionados em treinamento de pessoal, assistência material, equipamento e tecnologia, de modo a fortalecer o apoio mútuo e aumentar as respectivas capacidades defensivas. Exercícios e treinamentos conjuntos bilaterais e multilaterais, envolvendo vários serviços e armas, serão conduzidos em múltiplos níveis e em vários domínios para melhorar as capacidades operacionais conjuntas. Os militares chineses trabalharão para estender os assuntos de tais treinamentos e exercícios de áreas de segurança não tradicionais para áreas de segurança tradicionais. Participará ativamente nos diálogos e cooperação em matéria de segurança marítima internacional e, em conjunto, lidará com ameaças de segurança marítima tradicionais e não tradicionais.

funções, e as instituições militares. As dinâmicas travadas entre elas e suas congêneres recebem, no recorte sugerido, lugar de destaque.

### 1.2.3. Áreas temáticas, práticas e sua incidência

As práticas de cooperação travadas entre as Forças navais estudadas podem ser acordadas por seus ministérios de defesa correspondentes ou diretamente entre elas, todas, porém, atualmente, aparentam seguir as declarações de interesse levantadas e registradas nos debates das reuniões do Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação em Defesa Brasil-China.

Uma das mais conhecidas práticas entre as Forças Armadas amigas é a troca de adidos militares ou de defesa, porém, a interação entre elas vai muito além desta prática. Ao observarmos o Acordo quadro de 2011 (BRASIL, 2011), as possibilidades de cooperação entre as forças navais giram no entorno das seguintes áreas (artigo 1º):

- a) intercâmbio de experiências e cooperação em produtos e serviços de defesa e sua respectiva gestão, pesquisa, aquisição, utilização e manutenção;
- b) intercâmbio de experiências em operações militares, incluindo as operações de manutenção da paz das Nações Unidas;
- c) intercâmbio de conhecimentos e experiências na área de tecnologia de defesa;
- d) instrução e treinamento militar, exercícios militares conjuntos, assim como o intercâmbio de informações relacionadas a esses assuntos;
- e) medicina militar;
- f) assistência humanitária;
- g) segurança em eventos importantes, bem como a troca de informações relativas a esse tema;
- h) outras áreas de defesa que possam ser de interesse mútuo.

Como formas de cooperação são previstas (artigo 2º):

- a) visitas mútuas de delegações de alto nível;
- b) visitas mútuas de delegações de instituições equivalentes de defesa e militares;
- c) intercâmbio de instrutores, bem como de alunos de instituições militares de ensino;
- d) participação em cursos teóricos e práticos, seminários, conferências e simpósios de interesse para a defesa, em entidades militares e civis, por acordo mútuo entre as Partes;
- e) visitas mútuas de navios e aeronaves militares;
- f) eventos culturais e desportivos;
- g) participação conjunta em pesquisa e desenvolvimento de programas de aplicação de tecnologia de defesa; e
- h) outras formas de cooperação em defesa que possam ser de interesse comum para ambas as Partes.

O que o Acordo supracitado intitula formas de cooperação foram empregadas por este TCM sob o termo práticas de intercâmbio e cooperação, uma vez que se visou levantar todo tipo de possível dinâmica entre as Forças navais estudadas, sejam cooperativas ou não.

Hoje, já se pode avaliar a evolução dos debates travados no âmbito da CCIC, de modo que se permite identificar práticas previstas, temas debatidos e consensos alcançados. A análise das atas das reuniões de números um a cinco (MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, 2010, 2011, 2013, 2015 e 2016) aponta, de modo geral, para uma crescente especificidade do debate, sendo verificado aumento nos consensos e determinações objetivas sobre assuntos cada vez mais bem delimitados. Se inicialmente as temáticas apresentavam maior teor de generalidade, hoje, pontuam temas específicos e traçam diretrizes concretas para o alcance de objetivos reverentes a ele.

Acerca dos tópicos temáticos apontados como fruto de consenso para fortalecimento da cooperação em defesa, os observados na pauta da última reunião (2016) são os seguintes: I. Visitas de alto nível; II. Educação e formação; III. Manutenção de Paz Internacional; IV. Cooperação em Informações; V. Intercâmbio dos dois Exércitos; VI. Intercâmbio Naval; VII. Intercâmbio da Força Aérea; VIII. Cooperação de Tecnologia em Armamento, Indústria Militar e Negócios de Armamento; IX. Mapeamento e Navegação; X. Cooperação na Área de Segurança Não-Tradicional; XI. Outros<sup>21</sup>. Eles refletem de forma satisfatória a gama de temas que vêm sendo tratados no âmbito da CICC, sendo que a cada reunião vem variando a relevância e especificidade com a qual cada questão é tratada.

O primeiro encontro do Comitê caracterizou-se por ser uma espécie de regulamentador do arcabouço institucional que veio a ser criado pelo órgão na busca pela intensificação da relação em questão. Introduzindo o que viria a ser conteúdo do Acordo de 2011, estabeleceu temas específicos a serem abordados pelos MD's (e.g. educação e treinamento, armamento, tecnologia da indústria de defesa, serviço médico militar, controle do tráfego aéreo, dentre outros), além de ter indicado as diretrizes administrativas gerais acerca das reuniões do Comitê. Nos encontros seguintes observou-se maior foco em avaliações situacionais e nos debates e diretrizes específicas para a interação e cooperação.

Destacam-se nas pautas os constantes convites e propostas feitos de um país ao outro, os quais acabam transformando-se, parcialmente, em fatos concretos, como acontece com parte

---

<sup>21</sup> MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, Ata da Reunião V do Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação entre os MD's da RPC e do Brasil, 2016.

das visitas de alto nível e dos intercâmbios profissionais e acadêmicos propostos. Esses são os de maior índice de concretização dentre as práticas previstas no âmbito do CCIC.

Para além das práticas identificadas no contexto acima citado, existem outras interações que são levantadas por pesquisas em bancos diversos a este e que permitem uma visão mais ampla e com maior recorte temporal das dinâmicas travadas entre as Marinhas estudadas. No Apêndice A consta lista com práticas de intercâmbio e cooperação já concretizadas entre as Marinhas da RPC e do Brasil, ela foi fruto de pesquisa exploratória para o presente TCM e não se apresenta como conclusiva, a mesma, considera a possibilidade da existência de outras interações com registros não encontrados, não acessíveis ou sem registros.

No que se refere ao formato e conteúdo da lista de práticas apresentada, as categorias estabelecidas como parâmetro para o campo de preenchimento nomeado “Tipo” (tipo de prática) foram as seguintes: Acordo bilateral, Declaração conjunta, Protocolo de entendimento, Educação e Treinamento, Evento acadêmico periódico, Evento acadêmico pontual, Evento desportivo periódico, Evento desportivo pontual, Evento militar periódico, Evento militar pontual, Fórum Alto nível, Reunião oficial periódica, Reunião oficial pontual, Troca de adidos, Visita de alto nível, Visita técnica. As categorias foram desenvolvidas com base no Acordo de 2011, nas atas das reuniões do CCIC e nas especificidades das práticas levantadas.

A partir do levantamento feito, pode-se afirmar que, depois da troca e manutenção de adido de defesa e adido militar, que tem constância desde seu estabelecimento, o maior número de práticas realizadas são as visitas técnicas, totalizando o número de quatro (4) dentre dezenove (19) práticas, sendo dois (2) Acordos bilaterais, duas (2) visitas de alto nível, dois (2) educação e treinamento, dois (2) eventos militares periódicos, um (1) evento militar pontual, um (1) fórum de alto nível, uma (1) reunião oficial periódica, um (1) evento acadêmico periódico, um (1) evento desportivo periódico, um (1) evento acadêmico pontual.

Sobre as adidâncias militares, tratando especificamente dos adidos brasileiros para a RPC, desde 2004, o Brasil mantém um adido militar para cada força singular, revezando entre estes a acumulação do cargo de adido de defesa. Já a China mantém apenas um adido de defesa para este país. De acordo com o Regulamento brasileiro para seus adidos militares e de defesa, promulgado pelo Decreto número 8654 de 2016, estes são, consecutivamente, representantes da Força Singular a qual integram e representantes do Ministério da Defesa, sendo, ambos militares<sup>22</sup> (BRASIL, 2016, artigo 2º). Estes militares advogam pelos direitos de seus países

---

<sup>22</sup> “Art. 2º O cargo militar em missão diplomática acreditada junto a governo estrangeiro pode ser de:

nos temas competentes às suas forças ou à defesa nacional de seu país, com o auxílio de sua equipe, atuam como diplomatas dos interesses neste tema, ora trabalhando em conjunto com os diplomatas de carreira dos Ministérios de Relações Exteriores. Muitos dos acordos celebrados na área de Defesa são frutos das iniciativas ou negociações travadas inicialmente no âmbito das adidâncias, para além de serem, essas, as que atuam diretamente para a concretização de intercâmbios de pessoal, convites e organização de vistas, por exemplo. Pode-se afirmar que no exercício desta prática observa-se a materialização máxima da junção entre o soldado e o diplomata, entre defesa e diplomacia, entre defesa e relações exteriores.

Com base no exposto acima e considerando o arcabouço institucional construído sob a relação sino-brasileira em Defesa, pode-se concluir que as práticas executadas entre as Marinhas e as áreas temáticas aprofundadas e com produções concretas sob a mesma apresentam pouca diversidade de tipo e pouca frequência de ocorrência. Ratificando este ponto de vista, Danilo Marcondes e Pedro Barbosa advogam pelo seguinte:

While there has been a fast expansion of bilateral initiatives in the defense sector, there is still a significant mutual knowledge gap between these countries' Armed Forces and a huge potential for increased cooperation is yet to be fulfilled. Much has been done in the last few years, such as the creation of an institutional framework for the bilateral cooperation and the regular exchange of high-level visits. Nevertheless, new areas of cooperation could be explored—for example, in defense industry and space technology— and original initiatives could be implemented to imprint new dynamism in the bilateral defense agenda that has, until now, been overly focused on military training.<sup>23</sup>  
(MARCONDES, BARBOSA, 2018, p. 151)

Sobre este hiato em uma perspectiva geral da relação Brasil-China, Affonso Celso de Ouro Preto faz afirmação que condensa o debate e problemática levantados pela pesquisa em questão - apesar dos anos que se passaram desde sua colocação. Ele afirma o seguinte:

---

I - adido militar - assessor militar de missão diplomática brasileira, representante de uma ou mais Forças Singulares;

II - adido de defesa - adido militar que também representa o Ministério da Defesa;

III - adjunto de adido militar - oficial, pertencente ou não à mesma Força Singular do adido militar, designado para secundá-lo em suas atribuições; e

IV - auxiliar de adido militar - suboficial, subtenente ou sargento, pertencente ou não à mesma Força Singular do adido militar e destinado a auxiliá-lo em suas atribuições.”

<sup>23</sup> Tradução livre: Embora tenha havido uma rápida expansão de iniciativas bilaterais no setor de defesa, ainda há uma lacuna significativa de conhecimento mútuo entre as Forças Armadas desses países e um enorme potencial para maior cooperação ainda está por ser cumprido. Muito foi feito nos últimos anos, como a criação de uma estrutura institucional para a cooperação bilateral e o intercâmbio regular de visitas de alto nível. No entanto, novas áreas de cooperação poderiam ser exploradas - por exemplo, na indústria de defesa e na tecnologia espacial - e iniciativas originais poderiam ser implementadas para imprimir um novo dinamismo na agenda de defesa bilateral que, até agora, estava excessivamente concentrada no treinamento militar.

Se existe no Brasil, em primeiro lugar, como se disse, um profundo desconhecimento da China cabe ainda em segundo lugar, afirmar que o Brasil, além de superar a sua falta de conhecimento, precisará desenhar uma estratégia frente ao gigante asiático.

O Brasil, já se mencionou, assinou uma teia de acordos, criou e desenvolveu uma parceria em matéria de satélites encorajou investimentos. Criou, enfim, uma Comissão de Cooperação a COSBAN.

Em outras palavras existem pontes para dialogar. Entidades e instrumentos que permitirão a negociação e o intercâmbio de ideias. A consciência da importância do diálogo levou à criação dessas pontes essencialmente, no caso do Brasil, por iniciativa de setores da Administração.

Falta agora definir uma estratégia para usar essas pontes frente à China.

Para tal será necessário inicialmente um processo de consultas aos vários setores da sociedade que lidam com a China, os formadores de opinião, os sindicatos empresariais e operários enfim as áreas políticas e comerciais da Administração que dialogam, negociam com o mundo chinês bem como estudam e pesquisam o significado do grande país.

(OURO PRETO, 2011, p. 31)

No âmbito das interações entre órgãos e instituições de Defesa, persiste esse traço social e político sobre a realidade brasileira, limitador da obtenção de objetivos nacionais e da evolução da parceria de cunho reconhecidamente estratégico. Aproveita-se pouco as potencialidades que, para olhos conscientes, fazem-se latentes.

No que pese o quadro acima, pode-se igualmente afirmar que é observada uma crescente na qualidade e frequência das interações entre Marinhas da RPC e do Brasil. Considerando um contexto inicial de timidez e com alto nível de generalidade, a instituição do CCIC permitiu que os debates acerca dos temas de Marinha ganhassem espaço e diretrizes concretas com vistas à cooperação. Nas primeiras reuniões do Comitê não havia separação de tópico temático para cada Força singular, na última reunião já se registra esta separação, em combinado com maior número de previsões e declarações de interesse cooperativas e de intercâmbio.

As práticas de intercâmbio e cooperação levantadas pelo presente trabalho também apontam para uma crescente na frequência e diversificação das dinâmicas. Com as políticas de ambos os países de desenvolvimento de suas Marinhas e projeção de suas potencialidades para os mares, esforços são mais propícios a acontecerem no sentido de buscarem o aprofundamento de seus intercâmbios com as parcerias já estabelecidas e com nível considerável de confiança mútua. Neste sentido, Brasil e República Popular da China apresentam os arcabouços e características necessárias a um diálogo cada vez mais proveitoso a seus desenvolvimentos no âmbito unilateral, bilateral e multilateral.

Existem indícios que apontam para futuros possíveis em que o aproveitamento das potencialidades identificáveis e vindouras sob a relação entre as forças navais em questão será mais satisfatório frente ao arcabouço institucional existente e ao teor estratégico da parceria

sino-brasileira. Caberá ao tempo e aos construtores do futuro, traçarem os caminhos que levarão a um vir a ser positivo ou negativo aos olhos da cooperatividade prevista nos acordos celebrados.

Este estudo de futuro foi desenvolvido buscando justamente pontuar e contribuir para a conscientização acerca do potencial da interação entre a Marinha do Brasil e a PLANavy. Com esta finalidade, após o capítulo primeiro e o capítulo segundo - neste debate-se a relevância do uso de cenários prospectivos sob o contexto da atuação internacional da Marinha Brasileira -, o TCM apresenta, em sua segunda parte, a metodologia empregada (capítulo 3) e os cenários prospectivos de interesse à tomada de decisão sob a relação objeto da pesquisa (capítulo 4). Esses, foram elaborados com base nas percepções e julgamento de pessoas com experiências e conhecimentos de interesse à análise proposta e contam com formato e conteúdo desenvolvidos de modo que sejam compreendidos de forma fácil e detenham aplicação direta nos processos decisórios e estudos diversos.

## CAPÍTULO 2. CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA O DIRECIONAMENTO DA ATUAÇÃO INTERNACIONAL DA MARINHA BRASILEIRA

A Marinha do Brasil (MB) apresenta elevado nível de hibridez no que se refere a suas destinações e funções. Ao ter responsabilidades em temas de política de recursos marinhos, regulamentação da navegação, desenvolvimento de conhecimentos sobre o mar, a clássica defesa das águas nacionais, dentre outras, ela é levada a dialogar com temáticas e setores que vão além dos impostos por sua natureza de Marinha de guerra. Em meio a esta configuração sua atuação internacional se dá de forma significativa no âmbito de órgãos multilaterais como a *International Maritime Organization* (IMO) e no âmbito de relações bilaterais, como é o caso do objeto deste Trabalho de Conclusão de Mestrado.

Uma vez que se observem as previsões normativas e políticas presentes no arcabouço brasileiro no que se refere às diretrizes, funções e deveres da MB, a sua atuação internacional enquanto braço de aplicação da Política de Defesa e Externa do país destaca-se como relevante à obtenção de objetivos e metas nacionais. Frente a essa posição estratégica do tema, a forma como a atuação internacional da MB vem sendo conduzida torna-se, conseqüentemente, tema de interesse igualmente estratégico para o país e tomadores de decisão pátrios.

A pesquisa científica tem como função social primordial endereçar questões do mundo prático, estudá-las e oferecer visões inovadoras sobre as mesmas. Considerando este papel, ela é capaz de contribuir com a evolução da sociedade e seu melhor desenvolvimento. Em meio a este contexto, pode-se concluir que a construção de saberes e trabalhos científicos pautados neste diálogo e comprometimento com a realidade não teórica pode somar aos processos decisórios em temas estratégicos como o exposto no parágrafo anterior. Frente a este entendimento, observa-se que a execução de estudos de futuro pautados no método de Cenários Prospectivos é subterfúgio metodológico relevante no que se refere a dar respaldo, oferecer insumo à condução da atuação internacional da Marinha do Brasil.

Nestes termos são desenvolvidas as ideias do presente capítulo. Através do desenvolvimento de questões levantadas sobre o emprego de cenários, tomada de decisão consciente e complexidade do setor de Defesa, almeja-se abordar os benefícios da execução de estudos de futuro baseados em Cenários para a condução das políticas, práticas e dinâmicas internacionais da Marinha do Brasil. Os subtópicos seguem de modo a concretizar este ímpeto e passar a mensagem desejada.

## 2.1. A atuação internacional da Marinha do Brasil e seu teor estratégico

As práticas não coercitivas sob as instituições de Defesa Nacional brasileiras vão além dos limites de seu território. São previstas sob o arcabouço de Defesa as iniciativas de intercâmbio e cooperação com Forças Armadas estrangeiras e órgãos multilaterais, assim como atuações no exterior em prol de interesses de país amigo ou em situação de calamidade.

Esta faceta internacional e não coerciva da Defesa Nacional tem entre seus agentes executores os integrantes das Forças Armadas pátrias (FA). Enquanto instituições executoras da Política de Defesa do Brasil, as Forças abarcam entre suas destinações a concretização de iniciativas pacíficas e cooperativas no plano internacional, agindo em prol de interesses pré-determinados de forma geral pelo ordenamento jurídico interno. Sob este contexto, a atuação internacional das FA brasileiras pode ser concebida como instrumento não coercitivo para a obtenção de interesses estratégicos do país. Tratando de termos teóricos, a diplomacia de defesa, seria um possível condensador do fato descrito acima, apesar das divergências teóricas no entorno de seu conceito e abrangência.

A MB, como integrante deste arcabouço, apresenta posição de destaque quanto aos intercursos internacionais já materializados no âmbito da Defesa. Configuram-se como tradição sob as Forças Navais o estabelecimento de diálogos e intercâmbios pacíficos com suas congêneres para o bom uso dos mares. Sob a alcunha da diplomacia naval, são estabelecidas desde práticas operacionais até iniciativas robustas de treinamento ou vigilância conjuntas. Ao versar sobre esta questão, Vinícius de Carvalho levanta a questão da constância do fenômeno frente às mudanças governamentais, ele coloca o seguinte:

In sum, the procedures, actions and missions of the MB taking place in international cooperation, the bilateral relations between the military and specialists of various levels of expertise, the presence of attachés, the training of the military personnel of friendly nations and the sending of military personnel from the MB to take courses at other forces, as well as ship visits and joint operations, appear to be significant instruments of defence diplomacy which promote a peaceful coexistence and mutual trust among nations. These actions are not sporadic, nor do they result from political choices. They are part of a long tradition in the MB which emphasises the possibility of employing naval power as a benign power. (CARVALHO, 2016, p. 513)<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup>Tradução livre: Em resumo, os procedimentos, ações e missões da MB no âmbito da cooperação internacional, as relações bilaterais entre os militares e especialistas de diversos níveis de expertise, a presença de adidos, o treinamento do corpo militar de nações amigas e o envio de militares da MB para participarem de cursos em outras forças, assim como as visitas a navio e operações conjuntas, parecem ser instrumentos significativos de diplomacia de defesa que promovem a coexistência pacífica e a confiança mútua entre as nações. Essas ações não são esporádicas, nem resultam de escolhas políticas. Elas são parte de uma longa tradição na MB que enfatiza a possibilidade do poder naval ser empregado como poder benigno.

Para além da tradição e teorias, existem instrumentos normativos e regulamentadores internos que apontam, preveem e corolariam as práticas internacionais da Marinha e das outras Forças Singulares no geral. É previsto que no plano internacional elas atuem não apenas como forças de guerra, mas, também, como frentes de apoio à Política Externa do Estado sob o qual se encontram. Acerca do emprego das Forças sob esta égide, há previsão política e legal no arcabouço normativo do Brasil. Após a apresentação de algumas definições teóricas atribuídas aos termos diplomacia de defesa e diplomacia naval, nas linhas que seguem serão apontados trechos de normas e instrumentos políticos que estabelecem a previsão nacional de Forças de Defesa e, em específico, de uma Marinha que atuem pacificamente e de forma direta no plano internacional.

#### 2.1.1. Diplomacia de Defesa e Diplomacia naval: definições de interesse

O trabalho em questão visa olhar para uma relação bilateral internacional entre instituições de defesa para além das definições teóricas que podem abarcá-las, neste sentido, a visão prospectiva sugerida é no sentido não de compreender o que deve ser, mas sim, o que é e o que pode vir a ser. Frente a isso, é acertado pensar que entre as Marinhas da China e do Brasil existe uma diplomacia de defesa como se compreende o termo na atualidade, porém, pode-se nela existir muito além do que estas definições são capazes de apontar.

Em consonância com o exposto, o presente tópico apresenta algumas definições que vêm sendo atribuídas aos termos diplomacia de defesa e diplomacia naval. Aqui o objetivo não é adentrar nos debates teóricos no entorno do tema ou advogar por uma ou outra visão, mas, sim, ilustrar as diversas abordagens que podem auxiliar os leitores a compreender a dinâmica e conceitos que envolvem a atuação internacional das instituições de defesa e como que esses se enquadram na proposta do TCM em questão.

Conforme abordado anteriormente, ao explorar a relação entre as Marinhas da China e do Brasil, explora-se a atuação internacional das forças navais estatais, incluindo o papel de força de guerra e o papel de instrumento político de não-guerra igualmente. Nesta segunda faceta possível encontra-se o espectro da diplomacia. Quando se recorta o objeto Marinhas pode-se falar de diplomacia naval, enquanto espécie e uma das frentes da diplomacia de defesa, essa mais abrangente do que a primeira.

Sobre a natureza híbrida das instituições de defesa e o teor diplomático da sua atuação não coercitiva, Antonio Ruy de Almeida Silva coloca o seguinte ao citar indiretamente Adam Watson<sup>25</sup>:

Apesar da importância da dimensão coercitiva, os recursos militares humanos e materiais possuem uma natureza ambígua, conforme aludida anteriormente. Embora sua existência esteja relacionada, principalmente com a ameaça e o emprego da força entre os Estados, eles possuem outro papel fundamental de natureza não coercitiva, inclusive relacionado com a segurança e o desenvolvimento, como veremos mais adiante. Essa natureza dificulta o estabelecimento de uma nítida fronteira entre as duas dimensões, no entanto, se faz necessário, ainda que precariamente, delimitar a dimensão das práticas sociais não coercitivas no âmbito da Defesa, pois elas encerram em seu bojo a essência da diplomacia como entendida pela Escola Inglesa: um diálogo pacífico entre Estados e outras entidades que atuam na política internacional. (SILVA, 2018, p. 112-113)

Em sintonia com a colocação acima, Sabrina Medeiros e William Moreira pontuam o caráter duplo do uso das forças navais (guerra e paz) ao afirmarem que:

Notwithstanding their very combatant nature, naval forces have also gained, over time, a peculiar character. Despite their role as instruments of force and coercion, warships are often welcomed in other countries, especially if they are deployed, for instance, in an official capacity, to undertake 'goodwill' visits to promote friendly and co-operative diplomatic relations. In that sense, **paradoxically, a naval combatant vessel can be a diplomatic tool to promote closer ties on a range of issues, rather than to threaten, whatever its size or range.**<sup>26</sup> (MEDEIROS, MOREIRA, 2017, p.282) (Grifo nosso)

Sob os contextos expostos estão os debates acerca da definição de diplomacia de defesa, da qual a diplomacia naval seria subespécie. Sobre a primeira pode-se, de início e de modo geral, dizer o seguinte:

“Although the exact definition of defense diplomacy, sometimes labeled military diplomacy, remains uncertain, it is generally considered the nonviolent use of a state’s defense apparatus to advance the strategic aims of a government through cooperation with other countries.”<sup>27</sup> (WINGER, 2014, p. 1)

<sup>25</sup> WATSON, Adam. A Evolução da Sociedade Internacional. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004.

<sup>26</sup> Tradução livre: Não obstante sua natureza sobremaneira combativa, no decorrer do tempo, as forças navais têm ganhado, também, uma característica peculiar. Apesar dos navios de guerra funcionarem como instrumentos de força e coerção, são frequentemente bem vindos em outros países, especialmente se tiverem sido mobilizados, em capacidade oficial, para a realização de visitas de “boa vontade” para a promoção de relações diplomáticas amigáveis e cooperativas. Neste sentido, **paradoxicalmente, um veículo de combate, independentemente de seu tamanho ou alcance, pode ser uma ferramenta diplomática para o fomento de laços mais estreitos em temáticas diversas ao invés de ameaça.**

<sup>27</sup> Tradução livre: Apesar da definição exata de diplomacia de defesa, frequentemente intitulada diplomacia militar, ainda ser incerta, ela é geralmente considerada o uso não violento do aparato estatal de defesa na busca por objetivos estratégicos de um governo através da cooperação com outros países.

Ela seria, portanto, uma diplomacia específica do setor de Defesa, lidaria com um emprego não tradicional de um aparato estatal com natureza na guerra, no conflito. Falar-se-ia, sobremaneira, de paz e cooperação tendo como agentes aqueles ligados ao uso das armas.

Não existe na literatura consenso sobre a definição de diplomacia de defesa, havendo, inclusive, variação na nomenclatura do objeto analisado, usa-se, igualmente, o termo diplomacia militar. Gregory Winger, o autor supracitado, critica o atual quadro de conceitos teóricos para o tema em questão, ele afirma serem esses vagos e pouco aprofundados em sua maioria, pecando ou por se limitarem a uma visão de aparência superficial (uso pacífico das forças militares) ou por uma pura indicação dos objetivos desta diplomacia, as conceituações nunca se ateriam a o que de fato essa se trata (WINGER, 2014, p. 5).

Lech Drab soma ao debate sobre a dificuldade de definição do termo afirmando o seguinte:

Researchers from the United Kingdom, Spain, France, Indonesia, South Africa and other countries are trying to define defence diplomacy considering the specific conditions or the security situation of their countries. Such definitions - they directly reflect national needs - do not cover all areas of defence diplomacy, or even without such ambitions. Therefore, excessive utilitarianism and the emergence of new areas of cooperation within defence diplomacy, a complicated and diverse security situation in different regions, implementation of tasks within regional organisations and cultural considerations are just some of the problems that further complicate the development and reconciliation of the general definition of defence diplomacy. In literature on the subject, there is also no attempt to agree such a definition.<sup>28</sup>  
(DRAB, 2018, p. 64)

O autor informa, porém, que existiria um consenso sobre os objetivos possíveis à diplomacia de defesa, assim dizendo:

On the other hand, there is a general understanding that defence diplomacy directly contributes to strengthening confidence and understanding in international relations. There is, however, far-reaching agreement on the general objective of defence diplomacy as an instrument of support for the implementation of national interests and for its foreign and security policy. It is generally accepted that defence diplomacy:  
• is focused on minimising hostility and building trust between states (in this sense, it is "anchored" in the general tasks of diplomacy);

---

<sup>28</sup> Tradução livre: Pesquisadores do Reino Unido, Espanha, França, Indonésia, África do Sul e outros países estão tentando definir diplomacia de defesa considerando as condições específicas ou o quadro da segurança em seus países. Estas definições – que refletem diretamente demandas nacionais – não abarcam todas as áreas da diplomacia de defesa, ou mesmo não têm esta ambição. Sendo assim, o excessivo utilitarismo e a emergência de novas áreas de cooperação sob a diplomacia de defesa, um complicado e diverso quadro da segurança em diferentes regiões, a implementação de tarefas nas organizações regionais e considerações culturais são apenas alguns dos problemas que mais complicam o desenvolvimento e a reconciliação acerca da definição geral de diplomacia de defesa. Na literatura sobre o tema, também não há ímpeto de consenso sobre a definição.

- in the context of regional and global involvement of states, with the help of "peaceful use of military personnel to prevent conflicts" it is to create stable and long-lasting cooperation and to promote transparency in the field of defence;
  - can serve the implementation of common supranational goals;
  - is designed to influence the change of the position of partners;
  - should support the implementation of legal regulations on broad security issues;
  - maintains a dialogue with partners, which may be the goal of state actions, as well as an instrument leading to the implementation of its specific interests. As a result, it directly contributes to strengthening trust and understanding in international relations.<sup>29</sup>
- (DRAB, 2018, p. 64-65)

Para ilustrar algumas das definições hoje conhecidas, pode-se iniciar com a do Ministério da Defesa britânico que, no Pós-guerra Fria, foi o responsável por dar vulto ao termo e instigar ao debate sobre sua delimitação. Sobre este esforço, Christopher Winger coloca o seguinte:

Instead of detailing specific programs, the MOD<sup>30</sup> focused on what they hoped to achieve through the use of defense diplomacy. Specifically, the provision of forces: "to meet the varied activities undertaken by the MOD to dispel hostility, build and maintain trust and assist in the development of democratically accountable armed forces, thereby making a significant contribution to conflict prevention and resolution" (MOD, "Defence Diplomacy" 2). By focusing on the proposed objectives of defense diplomacy, rather than its underlying mechanics, the characterization offered by the MOD intrinsically limits this definition to the British worldview of the 1990s.<sup>31</sup>

(WINGER, 2014, p. 4)

---

<sup>29</sup> Tradução livre: Por outro lado, existe um entendimento geral de que a diplomacia da defesa contribui diretamente para fortalecer a confiança e o entendimento nas relações internacionais. No entanto, existe um amplo acordo sobre o objetivo geral da diplomacia da defesa como instrumento de apoio à implementação dos interesses nacionais e à sua política externa e de segurança. É geralmente aceito que a diplomacia da defesa:

- está focada em minimizar a hostilidade e criar confiança entre os estados (nesse sentido, está "ancorada" nas tarefas gerais da diplomacia);
- no contexto do envolvimento regional e global dos estados, com a ajuda do "uso pacífico do pessoal militar para evitar conflitos", é criar cooperação estável e duradoura e promover a transparência no campo da defesa;
- pode servir à implementação de objetivos supranacionais comuns;
- foi projetada para influenciar a mudança de posição dos parceiros;
- deve apoiar a implementação de regulamentos legais sobre questões de segurança amplas;
- mantém um diálogo com os parceiros, que pode ser o objetivo das ações do Estado, bem como um instrumento que conduz à implementação de seus interesses específicos. Como resultado, contribui diretamente para fortalecer a confiança e a compreensão nas relações internacionais.

<sup>30</sup> *Ministry of Defence*, Ministério da Defesa.

<sup>31</sup> Tradução livre: Em vez de detalhar programas específicos, o MOD focou no que eles esperavam alcançar através do uso da diplomacia da defesa. Especificamente, o fornecimento de forças: "para atender às diversas atividades realizadas pelo MOD para dissipar a hostilidade, criar e manter a confiança e ajudar no desenvolvimento de forças armadas democraticamente responsáveis, contribuindo, assim, significativamente para a prevenção e resolução de conflitos" (MOD, "Diplomacia da Defesa" 2). Ao focar nos objetivos propostos da diplomacia da defesa, e não na mecânica subjacente, a caracterização oferecida pelo MOD limita intrinsecamente essa definição à visão de mundo britânica dos anos 90.

Em 2004, Andrew Cottey e Anthony Forster trouxeram à baila uma definição mais abrangente, afirmaram que diplomacia de defesa “involves the peacetime cooperative use of armed forces and related infrastructure (primarily defence ministries) as a tool of foreign and security policy” (COTTEY e FORSTER; 2004, p. 5). Colocam ainda que ela engloba uma gama de atividades que no passado eram conhecidas como cooperação militar e assistência militar, sendo elas:

- Bilateral and multilateral contacts between senior military and civilian defence officials;
  - Appointment of defence attaches to foreign countries;
  - Bilateral defence cooperation agreements;
  - Training of foreign military and civilian defence personnel;
  - Provision of expertise and advice on the democratic control of armed forces, defence management and military technical areas;
  - Contacts and exchanges between military personnel and units, and ship visits;
  - Placement of military or civilian personnel in partner countries' defence ministries or armed forces.
  - Deployment of training teams.
  - Provision of military equipment and other material aid.
  - Bilateral or multilateral military exercises for training purposes.<sup>32</sup>
- (COTTEY e FORSTER; 2004, p. 5-6)

Segundos os autores, as ações de cooperação e assistência militares mencionadas no parágrafo acima, quando na guerra fria, eram evadas da intenção de contrabalancear inimigos, manter esfera de influência, dar suporte a regimes com forte oposição doméstica ou promover interesses comerciais. Em contraponto, atualmente, a cooperação em defesa estaria sendo usada, sim, na mesma tradicional função de apoiar as forças armadas e a segurança de aliados, mas, também estariam sendo empregadas como um meio de buscar objetivos mais abrangentes das políticas externa e de segurança (COTTEY e FORSTER, 2004, p. 7).

Anton Du Plessis contribui com o debate da diferenciação entre diplomacia de defesa e diplomacia militar, colocando a primeira em um status de maior generalidade e intrínseca relação com a não coerção e, esta, como subespécie, mas, com possível faceta coercitiva. Sobre a questão destaca-se a seguinte colocação:

---

<sup>32</sup> Tradução livre: • Contatos bilaterais e multilaterais entre altos oficiais militares e civis da defesa;

- Nomeação de adidos defesa para atuarem em países estrangeiros;
- Acordos bilaterais de cooperação em defesa;
- Treinamento de militares estrangeiros e pessoal de defesa civil;
- Fornecimento de conhecimentos e assessoria no controle democrático das forças armadas, gestão de defesa e áreas técnicas militares;
- Contatos e intercâmbios entre pessoal e unidades militares e visitas a navios;
- Colocação de pessoal militar ou civil nos ministérios de defesa dos países parceiros ou forças armadas;
- Implantação de equipes de treinamento;
- Fornecimento de equipamento militar e outros auxílios materiais;
- Exercícios militares bilaterais ou multilaterais para fins de treinamento.

Defence diplomacy must not be confused with the related concepts of military diplomacy, naval diplomacy, gunboat diplomacy and coercive diplomacy; concepts that also occupy space at the military-diplomatic nexus. Military diplomacy, although infrequently used, is (in a South African context) interchangeable with defence diplomacy. Based on the assumption that '(d)efence is the function of diplomacy', military diplomacy has accordingly been described as 'the (defence ministry's) vital component to assist the (foreign affairs ministry) in achieving government's foreign relations objectives'. To the extent that the concepts are differentiated – based on the literal meanings of the terms defence and military – military diplomacy excludes the broader security concerns, purposive intent and related (civilian) infrastructure of defence diplomacy and pertains exclusively to the functional domain of the military and armed forces.<sup>33</sup> (PLESSIS, 2008, p. 93)

Versando especificamente do recorte mar, Christian Le Mière defende o uso do termo diplomacia marítima em detrimento de diplomacia naval, a primeira abarcaria instituições e fenômenos para além dos oriundos do aparato estatal de Defesa, reconhecendo a atuação das primeiras como influenciadora das dinâmicas diplomáticas no entorno dos mares e oceanos. Para o autor, a diplomacia das canhoneiras (*gunboat diplomacy*), então utilizada na época da Guerra Fria, ainda se aplicaria até o tempo presente, em meio a tantas outras práticas que, no espectro da ideia de cooperação e diálogo, integrariam o termo inicialmente apresentado (LE MIÈRE, 2014).

Ao buscar uma definição com maior intimidade com os debates das teorias de Relações Internacionais, Christopher Winger define diplomacia de defesa como “the peaceful use of the defense institutions of one country to co-opt the government institutions of another country in order to achieve a preferred outcome” (WINGER, 2014, p. 10). Para o autor, diplomacia de defesa liga-se ao uso do *Soft Power* – conceito de Joseph Nye - para atingir interesses estatais no setor de Defesa, contando com a própria estrutura deste.

Em delimitação atrelada ao pensamento da escola inglesa de relações internacionais (institucionalismo), Antonio Ruy de Almeida Silva define a diplomacia de defesa como “o conjunto de práticas sociais específicas de agentes oficiais para construir e reproduzir as relações

---

<sup>33</sup> Tradução livre: A diplomacia de defesa não deve ser confundida com os conceitos relacionados de diplomacia militar, diplomacia naval, diplomacia de canhoneiras e diplomacia coercitiva; conceitos que também ocupam espaço no nexos militar-diplomático. A diplomacia militar, embora pouco usada, é (em um contexto sul-africano) intercambiável com a diplomacia de defesa. Com base na suposição de que '(d)efesa é a função da diplomacia', a diplomacia militar foi descrita como 'o componente vital (do Ministério da Defesa) para ajudar o (Ministério das Relações Exteriores) a alcançar os objetivos de relações exteriores do governo'. Na medida em que os conceitos são diferenciados - com base nos significados literais dos termos defesa e militar - diplomacia militar, exclui as preocupações mais amplas de segurança, as intenções intencionais e a infraestrutura (civil) relacionada à diplomacia de defesa e pertence exclusivamente ao domínio funcional do corpo militar e forças armadas.

não coercitivas no âmbito da Defesa entre os Estados e outras entidades que atuam na política internacional” (SILVA, 2018, p. 111).

A gama de delimitações conceituais expostas acima, e a existência de tantas outras, voltadas aos termos diplomacia de defesa e diplomacia militar indicam que, independentemente do autor ao qual se opte seguir, a academia não apenas reconhece a existência de uma atuação internacional de não-guerra por parte forças de defesa de um país, mas, também, entende ser ela um fenômeno que deve ser estudado e explorado para sua melhor utilização e desenvolvimento, seja como área de pesquisa, prática ou instrumento de política internacional estatal.

Perceber as forças armadas como atuantes no plano internacional não apenas em situações de coerção e conflito, mas também, de criação, fortalecimento e espraiamento de laços e diálogos com suas congêneres ou outras instituições, é uma atitude que permite ao observador e ao agente tomador de decisão estarem conscientes de uma realidade em que há a existência de ativos timidamente explorados, porém, de grande potencial para a busca e concretização de interesses unilaterais, bilaterais e multilaterais no plano internacional. As Forças em questão são vistas de forma mais ampla, como veículos e facilitadores de políticas e dinâmicas internacionais, sejam de aproximação ou de afastamento.

Uma vez considerados o reconhecimento e a ampla possibilidade de delimitação teórica para o fenômeno em questão, o tópico que segue adentra nas previsões normativas brasileiras que possibilitam a existência de uma Marinha do Brasil híbrida e atuante em meio ao contexto internacional.

## 2.1. 2. Previsões nacionais para a atuação internacional de não guerra da Marinha do Brasil

A divisão das Forças de Defesa do Brasil se dá de acordo com o trinômio mar, terra e ar. O país conta com uma Marinha, um Exército e uma Força Aérea (Aeronáutica), os quais são caracterizados como “instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República”<sup>34</sup>. Acerca da função que devem desempenhar, a Constituição nacional prevê que “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Artigo 142, caput, primeira parte.

<sup>35</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Artigo 142, caput, segunda parte.

No que pese a destinação constitucional atribuída, a Lei Complementar de número 97, de 9 de junho de 1999<sup>36</sup>, estabelece, adicionalmente, atribuições subsidiárias, que acabam alargando as frentes de atuação das Forças Armadas. Como atribuições subsidiárias específicas da Marinha do Brasil (MB), são elencadas atividades que compõem a janela de atuação da força enquanto Autoridade Marítima – especificamente endereçada ao Comandante da MB. Elas constam no artigo 17 da lei complementar, que segue:

Art. 17. Cabe à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares:

I - orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional;

II - prover a segurança da navegação aquaviária;

III - contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar;

IV - implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas.

V – cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

Parágrafo único. Pela especificidade dessas atribuições, é da competência do Comandante da Marinha o trato dos assuntos dispostos neste artigo, ficando designado como "Autoridade Marítima", para esse fim. (BRASIL, 1999)

Ao executar as atividades acima descritas, a força atua também no setor marítimo, dialogando com agentes e atores civis em temas como segurança e regulamentação da navegação e conservação dos recursos marinhos.

Frente ao exposto, a instituição apresenta-se como híbrida quanto a suas áreas de atuação e o teor coercitivo de suas atividades, devendo agir pacificamente no cumprimento de algumas de suas funções e dialogar com e perpassar por setores diversos dentro e fora da sociedade brasileira.

No Livro Branco pátrio, “mais completo e acabado documento acerca das atividades de defesa”<sup>37</sup> do país, datado de 2012<sup>38</sup>, é pontuada a indissociabilidade das Políticas Externa e de Defesa, sendo salientado o seguinte

<sup>36</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp97compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97compilado.htm)

<sup>37</sup> Site do Ministério da Defesa do Brasil. Livro Branco de Defesa do Brasil. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>. (Acesso: 01 maio 2019).

<sup>38</sup> Novas versões do Livro Branco, da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, datadas de 2016, já estão em vigor após promulgação do Decreto Legislativo 179/2018 pelo Senado Federal, de acordo com as previsões da Lei Complementar número 97. No entanto, até o momento não foram disponibilizadas edições finais, apenas as minutas estão acessíveis.

Frente ao exposto, optou-se por não utilizar texto disponível para consulta uma vez que se trata de minuta, sujeito a alterações após edição.

Fontes: Site do Senado Federal. Disponível em:

No plano global, a participação articulada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais (Conselho de Defesa Sul-Americano e diálogos político-militares) incrementa a capacidade de as políticas externa e de defesa do País se anteciparem, de maneira coerente e estratégica, às transformações do sistema internacional e de suas estruturas de governança, facilitando, assim, a tarefa de defender, no exterior, os interesses brasileiros. Essa atuação conjugada deve visar à diversificação de parcerias, de maneira a fortalecer as relações entre países em desenvolvimento, sem prejuízo das relações tradicionais com parceiros do mundo desenvolvido. Ao mesmo tempo em que o Brasil busca otimizar as condições de obtenção de tecnologia dos países mais desenvolvidos, o perfil das nações que compõem o grupo BRICS e o Fórum IBAS demonstra que há grandes possibilidades de cooperação entre países em desenvolvimento, mesmo em áreas de tecnologias avançadas.

(BRASIL, 2012a. p. 52)

De modo a ratificar a previsão da atuação internacional e não coercitiva dos atores da Defesa e prevendo como prática institucional o intercâmbio com Forças estrangeiras e órgãos multilaterais, o documento supracitado afirma ainda que:

No que se refere ao cenário internacional, a vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de reconhecida capacidade militar, apta a gerar efeito dissuasório. Para ampliar a projeção do País no contexto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil promove ações que se destinam a:

- intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais;
- dispor de capacidade de projeção de poder, visando à eventual participação em outras operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU; e
- intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas de outras nações, particularmente com as da América do Sul e da costa ocidental da África, e reforçar laços com outros países que interagem em fóruns de concertação como o IBAS e o BRICS, além de parcerias tradicionais.

(BRASIL, 2012a. p. 55-56)

No texto da Política Nacional de Defesa brasileira (PND)<sup>39</sup>, “documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa”<sup>40</sup>, cabe destaque dos Objetivos Nacionais de

---

<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/565245-PLENARIO-APROVA-POLITICA-NACIONAL-E-LIVRO-BRANCO-DA-DEFESA.html> (Acesso: maio 2019)

<sup>39</sup> Novas versões do Livro Branco, da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, datadas de 2016, já estão em vigor após promulgação do Decreto Legislativo 179/2018 pelo Senado Federal, de acordo com as previsões da Lei Complementar número 97. No entanto, até o momento não foram disponibilizadas edições finais, apenas as minutas estão acessíveis.

Frente ao exposto, optou-se por não utilizar texto disponível para consulta uma vez que se trata de minuta, sujeito a alterações após edição.

Fontes: Site do Senado Federal. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/565245-PLENARIO-APROVA-POLITICA-NACIONAL-E-LIVRO-BRANCO-DA-DEFESA.html> (Acesso: maio 2019)

<sup>40</sup> Site do Ministério da Defesa do Brasil. Política Nacional de Defesa. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>. Acesso: 01 maio 2019.

Defesa de números dois (II), quatro (IV) e cinco (V), descritos da seguinte forma em meio aos outros objetivos:

Objetivos Nacionais de Defesa:

- I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
  - II. defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;
  - III. contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;
  - IV. contribuir para a estabilidade regional;
  - V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;
- (BRASIL, 2012b. p. 29)

Destaca-se igualmente a orientação da PND acerca do alargamento de intercâmbios e da cooperação, a qual coloca que “O Brasil deverá buscar parcerias estratégicas, visando a ampliar o leque de opções de cooperação na área de defesa e as oportunidades de intercâmbio” (BRASIL, 2012b. p. 32). Restam indicadas as ambições de um maior dinamismo e profundidade nas possibilidades de interação em questão, que incluem as Forças singulares.

Em consonância com as previsões expostas acima, a Estratégia Nacional de Defesa pátria (END), a qual “estabelece diretrizes para a adequada preparação e capacitação das Forças Armadas, de modo a garantir a segurança do país tanto em tempo de paz, quanto em situações de crise”<sup>41</sup>, traz em meio a suas diretrizes tópicos específicos que versam sobre o plano internacional<sup>42</sup>. Cabe leitura em especial das diretrizes de número dezenove e vinte, as quais estabelecem que se deve preparar “as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais de apoio à política exterior do Brasil” e ampliar “a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento”. (BRASIL, 2012b, p. 59).

Acerca da MB especificamente, a END prevê os focos a serem adotados para a execução da tarefa estratégica de negação do uso do mar pátrio. Sobre aqueles cabe destaque o constante da letra “d”, que prevê como foco a “capacidade de participar de operações internacionais de

---

<sup>41</sup> Site oficial do Ministério da Defesa do Brasil. Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>.

<sup>42</sup> Novas versões do Livro Branco, da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, datadas de 2016, já estão em vigor após promulgação do Decreto Legislativo 179/2018 pelo Senado Federal, de acordo com as previsões da Lei Complementar número 97. No entanto, até o momento não foram disponibilizadas edições finais, apenas as minutas estão acessíveis.

Frente ao exposto, optou-se por não utilizar texto disponível para consulta uma vez que se trata de minuta, sujeito a alterações após edição.

Fontes: Site do Senado Federal. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/565245-PLENARIO-APROVA-POLITICA-NACIONAL-E-LIVRO-BRANCO-DA-DEFESA.html> (Acesso: maio 2019)

paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região”. (BRASIL, 2012b, p. 69).

Documento que estabelece ditames específicos acerca da atuação internacional brasileira em Defesa, a Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI), promulgada pelo Ministro da Defesa em 2017, traz as bases gerais para o desenvolvimento desta faceta das Forças Singulares e do MD. Ela define as atividades sob a égide em questão da seguinte forma:

Atividades de Defesa na área internacional são atividades que, tendo lugar no exterior ou no Brasil, impliquem interação do Ministério da Defesa (MD) ou das FS brasileiras com ministérios da Defesa, Forças Armadas estrangeiras ou organizações internacionais. Enquadra-se ainda nessa definição a interação com indivíduos, organizações ou empresas estrangeiras para a consecução dos interesses da Defesa brasileira.

(MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, 2017)

Na Doutrina Militar de Defesa brasileira, o emprego das Forças Armadas “em apoio à política externa em tempo de paz ou crise” é abordado sob o tópico empregos em situações de não guerra. Essas situações são definidas como sendo “aquelas que, embora empregando o Poder Militar<sup>43</sup>, no âmbito interno e externo, não envolvem o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais, onde este poder é usado de forma limitada.” (MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, 2007. p. 43).

Atendo-se a documentos específicos da Força Naval Brasileira, destacam-se a Política Naval de 2019, o EMA 322 (O Posicionamento da Marinha do Brasil nos principais assuntos de interesse naval), de 2017, e a Doutrina Básica da Marinha do Brasil, de 2014. Cabe ressaltar colocação constante da Doutrina básica que se apresenta como valiosa ao debate. Ela aborda o emprego da Força no apoio à Política Externa, citando o termo Diplomacia Naval e indicando algumas práticas que a compõem. Segue o recorte selecionado:

Desde o tempo de paz, ressalta-se o íntimo relacionamento existente entre os assuntos de Defesa e de Relações Exteriores do País. Nesse contexto, **o Poder Naval constitui um eficaz instrumento da Política Externa do Estado. Quando**

---

<sup>43</sup> A Doutrina Militar de Defesa entende que Poder Militar refere-se à “Expressão Militar do Poder Nacional”, a qual é definida como “a manifestação, de natureza preponderantemente militar, do conjunto dos homens e dos meios de que a Nação dispõe que, atuando em conformidade com a vontade nacional e sob a direção do Estado, contribui para alcançar e manter os objetivos nacionais.” (p. 16)  
Pode Nacional é entendido pelo mesmo como sendo

a capacidade que tem o conjunto dos homens e dos meios que constituem a Nação, atuando em conformidade com a vontade nacional, de alcançar e manter os objetivos nacionais. Alguns desses objetivos estão expressos na Constituição Federal, no Artigo 3º do Título I, como objetivos fundamentais.(p. 15)

Ele se manifestaria em cinco expressões, “a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica” (p.15).

**convenientemente empregado, é capaz de influenciar a opinião pública e as elites dirigentes do país-alvo, reforçar laços de amizade, garantir acordos e alianças e demonstrar intenções em áreas de interesse, contribuindo para a adoção de ações favoráveis e dissuadindo as desfavoráveis. Diplomacia Naval é a tradução do termo consagrado na literatura estrangeira para esta atividade.** Dentre as formas de emprego do Poder Naval em tempo de paz, capazes de contribuir com a Política Externa do País, além das já descritas ações sob a égide de organizações internacionais, sobressaem-se:

- as visitas a portos estrangeiros, selecionados sob critérios decorrentes dos interesses nacionais;
- a presença de força naval em áreas de interesse;
- as operações executadas em razão de compromissos internacionais;
- a cooperação na formação de marinhas amigas;
- as Operações Humanitárias;
- as Ações Cívico-Sociais;
- as Operações de Evacuação de Não Combatentes; e
- os exercícios com marinhas amigas.

(MARINHA DO BRASIL, 2014. p. 5-2) (grifo meu)

Os preceitos e diretrizes observados nos documentos citados apontam que o Estado Brasileiro prevê que suas Forças Armadas sejam dotadas de uma frente de atuação internacional, a qual deve ser direcionada de acordo com os interesses das políticas de Defesa e Externa do país e funcionar sob os auspícios dos órgãos que as abarcam a nível ministerial (Ministérios da Defesa no caso). Sob este entendimento, as relações internacionais da Marinha do Brasil apresentam-se como capacidade nacional em face das ambições do país nos mais diversos setores e, em especial, em tema de Defesa. A condução estratégica das mesmas é capaz de auferir benefícios concretos na busca por metas e objetivos pátrios. Atuações assertivas e conscientes em meio a relações como a entre as Marinhas da China e do Brasil apresenta-se como aproveitamento de capacidade nacional e tema estratégico para o Estado.

## 2.2. A metodologia de cenários prospectivos: histórico, características e atributos

### 2.2.1. Breve histórico

Cenários Prospectivos é um método de estudo de futuro que ganhou vulto após a segunda guerra mundial. Sendo aplicado de início no ambiente militar, destaca-se como pioneira no seu emprego - nos moldes hoje observados - a Rand Corporation, instituição atrelada ao Governo dos Estados Unidos que se empenhou no desenvolvimento de metodologia para pensar a guerra do vir a ser de modo a indicar caminhos aos tomadores de decisão de interesse.

Na década de 60, Herman Khan introduziu o pensamento prospectivo de cenários no mundo das corporações. O método espalhou-se para o mundo civil através de grandes empresas como a Shell, as quais o moldaram de modo a atender às demandas do setor produtivo por maior conhecimento frente a ambientes de crise e incerteza. No âmbito da instituição supracitada, Pierre Wack e seus colegas, em meio à década de 70, foram capazes de oferecer aos tomadores de decisão informações cruciais para que fossem feitas escolhas que permitiram ao ator não sofrer em grandes níveis as consequências da crise do petróleo que viria a se materializar com força nos anos seguintes ao do estudo de futuro realizado.

Entre os diferenciais da metodologia aplicada por Wack no que se refere, em especial, ao precursor do método de Cenários Prospectivos para o mundo corporativo, Herman Kahn, está a intenção de mudar as telas mentais dos destinatários do estudo. Ele empenhou-se em levantar informações e dados e apresentá-los de modo a salientar os impactos dos eventos futuros para os objetivos da empresa destinatária, assim como dar apontamentos de ações possíveis para que os eventos futuros não se concretizassem. (FULTON et al, 2004; SCHWARTZ, 1991).

Quando no fim da década de 80 a criação da Global Business Network (GBN)<sup>44</sup> deu um impulso na disseminação do método, o qual angariou mais casos de sucesso, como o dos cenários desenvolvidos sob o setor político da África do Sul para exploração dos futuros possíveis ao pós-apartheid (FULTON et AL, 2004, p. 11).

### 2.2.2. Características e atributos

Cenários Prospectivos é uma espécie de método de estudo de futuro que permite aos agentes estarem mais preparados às situações de incerteza impostas por sua atuação em determinado ambiente, ele é composto por um conjunto de ferramentas metodológicas (arranjo metodológico) escolhidas de acordo com as demandas de cada trabalho. Michel Godet define-os como o conjunto formado pela descrição de uma situação futura e o enredo de eventos que construiu o caminho do presente até ela (DURANCE, GODET, 2011, p. 28). Em linha de raciocínio similar, Peter Schwartz (1991) define cenários como segue:

Scenario planning is about making choices today with an understanding of how they might turn out. In this context the precise definition of “scenario” is: a tool

---

<sup>44</sup> GBN is a network of organizations, scenario practitioners, and futurists from a variety of disciplines and industries. GBN codified the scenario thinking process and began to offer public training courses for strategists from across sectors. (FULTON et al, 2004, p. 11)

Tradução livre: A GBN é uma rede de organizações, profissionais de cenários e futuristas de várias disciplinas e indústrias. A GBN codificou o processo de pensamento de cenário e começou a oferecer cursos públicos de treinamento para estrategistas de vários setores.

for ordering one's perceptions about alternative future environments in which one's decisions might be played out. Alternatively: a set of organized ways for us to dream effectively about our own future. Concretely, they resemble a set of stories, either written out or often spoken.<sup>45</sup> (SCHWARTZ, 1991, p. 4)

Ao adentrarem debate que aponta para atributos do método, Peter Kathleen e H. Ralph Wilburn o definem ao mesmo tempo em que salientam seu potencial enquanto ferramenta para a tomada de decisão. Os autores advogam pelo seguinte:

Scenarios are stories that describe the possible futures in which one must compete five, ten, or twenty years from now. They are based on the possible consequences, intended and unintended, of events as they might occur. Scenarios allow leaders to consider how decisions made today could be affected by changing forces in the future, and to understand the possible changes in forces so that they can anticipate the effects of future decisions. By analyzing the unconscious assumptions that underlie today's decisions, leaders can test possible actions by playing them out in three or four different scenarios, both positive and negative. It alerts them to what might change in the future that would change the intended result of this decision. The process of writing scenarios identifies what actions will be most beneficial or detrimental going forward, and what adjustments may need to be made as events unfold. In the midst of a continual onslaught of information and data, scenarios identify what information and trends are crucial to successful strategic decision making.<sup>46</sup>

(WILBURN, 2011, p. 164)

Através do levantamento de dinâmicas do passado, do presente e do futuro e da indicação de olhares inovadores acerca do objeto explorado, o estudo de futuro baseado em cenários seria capaz de respaldar a tomada de decisão consciente e contribuir para o

---

<sup>45</sup> Tradução livre: O planejamento de cenários consiste em fazer escolhas hoje com uma compreensão de como elas podem se desenrolar a frente. Neste contexto, a definição precisa de "cenário" é: uma ferramenta para ordenar as percepções sobre ambientes futuros alternativos nos quais as decisões podem ser executadas. Alternativamente: um conjunto de maneiras organizadas de sonharmos efetivamente com nosso próprio futuro. Concretamente, eles se assemelham a um conjunto de histórias, escritas ou frequentemente faladas.

<sup>46</sup> Tradução livre: Cenários são histórias que descrevem os futuros possíveis nos quais determinado agente deve atuar daqui a cinco, dez ou vinte anos. Eles são baseados nas possíveis consequências, intencionais e não intencionais, dos eventos que possam ocorrer. Cenários permitem que os líderes considerem como as decisões tomadas hoje podem ser afetadas pela mudança de forças no futuro e que entendam as possíveis mudanças nas forças, para que possam antecipar os efeitos das decisões futuras. Ao analisar as suposições inconscientes que fundamentam as decisões de hoje, os líderes podem testar as possíveis ações, reproduzindo-as em três ou quatro cenários diferentes, tanto positivos quanto negativos. Ele os alerta para o que pode mudar no futuro, o que mudaria o resultado pretendido dessa decisão. O processo de escrever cenários identifica quais ações serão mais benéficas ou prejudiciais no futuro, e quais ajustes podem ser necessários à medida que os eventos se desdobram. Em meio a um contínuo ataque de informações e dados, os cenários identificam quais informações e tendências são cruciais para tomadas de decisão estratégicas bem-sucedidas.

alargamento da tela mental dos atores envolvidos na feitura do mesmo e na dos seus leitores finais. Sobre o exposto, cabe afirmação de Pierre Wack em estudo de caso da Shell, ao tratar de cenários exploratórios que chama de primeira geração afirma o seguinte: *Their purpose is to give insight into the system, to identify the predetermined elements, and to perceive connections among various forces and events driving the system*<sup>47</sup>. (WACK, 1985, p. 78).

Em abordagem harmônica à supracitada, Kees Heijden afirma que os cenários não são decisões calculadas indicando se deve-se ou não seguir com um projeto, mas, sim, um mecanismo para a produção de informações relevantes às tomadas de decisão<sup>48</sup> (HEIJDEN, 2005, p. 4). Heijden advoga ainda pelo alargamento da tela mental dos decisores e pela aprendizagem organizacional, os quais permitem aos destinatários finais de um estudo terem ganhos qualitativos nas suas lentes de análise frente a desafios do dia-a-dia da instituição.

O emprego da metodologia de cenários ofereceria, portanto, o aprofundamento de conhecimentos acerca do objeto de estudo, abordagens inovadoras para seu entendimento e um produto de pesquisa com aplicabilidade prática. Permite estudar o passado, o presente e o futuro ao mesmo tempo em que oferece respaldo a tomadas de decisão do mundo real.

Os Cenários Prospectivos dialogam de forma direta com os debates acerca da elaboração de planejamentos estratégicos. Apresentam-se como insumos aos mesmos e em abordagens como a de Michel Godet são desenvolvidos considerando essa atividade como parte integrante e final do processo referente ao desenvolvimento de cenários futuros. Acerca desta aplicabilidade, Charles Roxburgh afirma o seguinte:

Scenarios are a powerful tool in the strategist's armory. They are particularly useful in developing strategies to navigate the kinds of extreme events we have recently seen in the world economy. Scenarios enable the strategist to steer a course between the false certainty of a single forecast and the confused paralysis that often strike in troubled times<sup>49</sup>. (ROXBURGH, 2009, p. 2)

Em mesmo artigo citado acima, Roxburgh aponta para três atributos do método de cenários que se apresentam como diferenciais no que se refere a compreender incertezas e, assim, respaldar o desenvolvimento de estratégias. Os atributos seriam os seguintes: expansão

---

<sup>47</sup> Tradução livre: O propósito deles é aumentar o conhecimento acerca do sistema, identificar os elementos predeterminados e identificar conexões entre as várias forças e eventos que conduzem o sistema.

<sup>48</sup> “The scenarios as such are not the decision calculus indicating whether or not to go ahead with a project, they are a mechanism for producing information that is relevant to the decision.”

<sup>49</sup> Tradução livre: Os cenários são uma ferramenta poderosa no arsenal do estrategista. Eles são particularmente úteis no desenvolvimento de estratégias para navegar nos tipos de eventos extremos que temos visto recentemente na economia mundial. Cenários permitem que o estrategista trilhe um curso entre a falsa certeza de uma única previsão e a paralisia confusa que costuma ocorrer em tempos difíceis.

da compreensão/conhecimento; identificação de futuros inevitáveis ou quase inevitáveis (*inevitable or near-inevitable futures*); conceder liberdade de expressão aos participantes - *protect against groupthinking; allow to challenge traditional thinking* (ROXBURGH, 2009, p. 4-5).

Acerca do primeiro atributo, o autor afirma que Cenários Prospectivos permitem que os envolvidos no processo da pesquisa e os destinatários finais da mesma abram suas mentes para as possibilidades não óbvias para o futuro. Ao observarem que o passado não pode dar todas as respostas perceberiam que, quando se trata de futuro, o que vinham concebendo como plausível pode apresentar-se como limitada versão de uma realidade subestimada. No texto do artigo em questão coloca-se o seguinte:

The very process of developing scenarios generates deeper insight into the underlying drivers of change. Scenarios force companies to ask, “What would have to be true for the following outcome to emerge?” As a result, they find themselves testing a wide range of hypotheses involving changes in all sorts of underlying drivers. They learn which drivers matter and which do not—and what will actually affect those that matter enough to change the scenario<sup>50</sup>.

(ROXBURGH, 2009, p. 2)

O segundo atributo apontado refere-se ao levantamento de futuros altamente prováveis (*inevitable* ou *near-inevitable*), em específico, os chamados elementos ou fatos predeterminados<sup>51</sup>. Uma vez que o método de cenários visa identificar futuros possíveis, abarca desde eventos com ínfimos sinais no presente até os que se apresentam como desdobramento certo ou quase certo de fenômenos que já estão acontecendo na atualidade. Citando entendimento da Shell sobre estes fatos, Roxburgh comenta o seguinte:

As the analysis underlying each scenario proceeds, you often identify some particularly powerful drivers of change. These drivers result in outcomes that are the inevitable consequence of events that have already happened, or of trends that are already well developed. Shell, the pioneer in scenario planning, described these as “predetermined outcomes” and captured the essence of this idea with the saying, “It has rained in the mountains, so it will flood in the plains.”<sup>52</sup> (ROXBURGH, 2009, p. 3)

---

<sup>50</sup> Tradução livre: O próprio processo de desenvolvimento de cenários gera uma visão mais profunda dos fatores subjacentes à mudança. Cenários forçam as empresas a perguntar: "O que teria de ser verdade para o seguinte resultado surgir?" Como resultado, eles se encontram testando uma ampla gama de hipóteses envolvendo mudanças em todos os tipos de fatores subjacentes. Eles aprendem quais drivers importam e quais não - e o que realmente afetará aqueles que importam o suficiente para mudar o cenário.

<sup>51</sup> Nomenclatura utilizada por Elaine Marcial.

<sup>52</sup> Tradução livre: À medida que a análise subjacente a cada cenário prossegue, você frequentemente identifica alguns motivadores de mudança particularmente poderosos. Esses impulsionadores resultam em resultados que são a consequência inevitável de eventos que já aconteceram ou de tendências que já estão bem desenvolvidas. A Shell, pioneira no planejamento de cenários, descreveu-os como "elementos/fatos

O autor supracitado segue explanação acerca dos fatos predeterminados ensinando que existem quatro tipos dos mesmos, sendo espécies as tendências demográficas, as ações e reações econômicas, o reverso de tendências insustentáveis e os eventos agendados.

A abordagem referente ao atributo resumido como liberdade de expressão aos participantes da pesquisa se dá através do desenvolvimento de duas ideias principais: primeiramente, em meio à execução de um estudo de cenários, os funcionários da empresa demandante ou stakeholder participante têm liberdade para se expor independentemente de concordar ou não com seu chefe, estariam protegidos do que é chamado pensamento de grupo (*groupthinking*); em segundo, os participantes do estudo de futuro não só podem como são instigados a pensar para além do senso comum ou das teorias postas, pensar além das lentes atuais e tradicionais é permitido e fundamental para que a pesquisa aufera resultados de maior qualidade e amplitude. O emprego de cenários prospectivos permitiria, portanto, a construção de um ambiente de exposição de pensamentos e opiniões sem amarras externas a cada interlocutor.

Somando aos debates no entorno dos três atributos apresentados por Charles Roxburgh, cabe ensinamento presente em artigo publicado sob os auspícios da GBN (FULTON et al, 2004), o qual apresenta o que é chamado de princípios norteadores do pensamento baseado em cenário (*scenario thinking*). Esses seriam a visão de longo prazo (*long view*), o pensamento de fora para dentro (*outside-in thinking*) e as perspectivas múltiplas (*multiple perspectives*). Ao se conceber o diálogo deste segundo autor com o primeiro, pode-se observar que os elementos trazidos por Katherine Fulton e seus coautores reforçam a abordagem feita pelo primeiro autor no que se refere aos atributos do método estudado, além de ratificarem e desenvolvem os pontos fortes e de interesse que apresentam aos atores e endereçamento de fenômenos do mundo prático.

O princípio intitulado visão de longo prazo traduz a ideia basilar dos cenários enquanto método para a exploração e explanação de possibilidades para futuros distantes. Indo além de demandas do curto-prazo, os Cenários Prospectivos endereçam questões e demandas que exigem uma análise mais ampla e menos imediatista para que sejam sanadas ou aproveitadas. Sobre esse ponto, o texto de referência ensina que:

Such a long-term perspective may seem tangential to an organization's more immediate pressures. But for nonprofits that aspire to make fundamental change

---

predeterminados" e capturou a essência dessa ideia com o ditado: "Choveu nas montanhas, então inundará as planícies".

in the world, taking the long view is essential. Doing so enables you to take a more proactive and anticipatory approach to addressing deep-seated problems; see both challenges and opportunities more clearly; and consider the long-term effects and potential unintended consequences of actions that you might otherwise take.<sup>53</sup> (FULTON et al, 2004, p. 11)

Diferentemente de métodos que se apresentam como mais eficientes para estudos prospectivos de curto prazo, cenários é mais bem empregado em recortes temporais acima de dez anos. Quanto maior o tempo, maiores as incertezas, mais indicado é o método.

O segundo princípio apontado é o do pensamento de fora para dentro. Os autores ensinam o seguinte:

Most individuals and organizations are surprised by discontinuous events because they spend their time thinking about what they are most familiar with: their own field or organization. They think from the inside—the things they can control—out to the world they would like to shape. For a nonprofit that is caught in a cycle of responding to needs as they emerge, the realm of control is very narrow, as is the organization’s peripheral vision—making it highly vulnerable to blindsiding. (...)

Because most planning processes start by focusing on the organization and then move outward, the outside-in approach can feel uncomfortable or foreign at first. But once the concept is grasped, outside-in thinking can inspire more open and imaginative thoughts about a range of potential changes and strategies that may not have been visible otherwise.<sup>54</sup> (FULTON et al, 2004, p. 12-13)

Sob esta linha, os cenários ofereceriam uma análise que vai além dos fatores e dinâmicas específicas do objeto ou empresa a ser estudada e de seu ambiente de trabalho. Através de uma abordagem contextual, que leva em consideração a realidade do entorno no qual o objeto está

---

<sup>53</sup> Tradução livre: Essa perspectiva de longo prazo pode parecer tangencial às pressões mais imediatas de uma organização. Mas para as organizações sem fins lucrativos que desejam fazer mudanças fundamentais no mundo, é essencial ter uma visão de longo prazo. Fazer isso permite que você adote uma abordagem mais proativa e antecipatória para lidar com problemas profundamente arraigados; veja ambos os desafios e oportunidades mais claramente; e considere os efeitos a longo prazo e potenciais consequências não intencionais de ações que você poderia tomar.

<sup>54</sup> Tradução livre: A maioria dos indivíduos e organizações é surpreendida por eventos descontínuos porque eles gastam seu tempo pensando sobre o que eles estão mais familiarizados: seu próprio campo ou organização. Eles pensam de dentro - as coisas que podem controlar - para o mundo que gostariam de moldar. Para uma organização sem fins lucrativos que é capturada em um ciclo de resposta às necessidades à medida que surgem, o âmbito de controle é muito restrito, assim como a visão periférica da organização - tornando-a altamente vulnerável a ataques cegos.

(...)

Como a maioria dos processos de planejamento começa concentrando-se na organização e depois se movendo para fora, a abordagem de fora para dentro pode parecer desconfortável ou estranha no início. Mas uma vez que o conceito é compreendido, o pensamento externo pode inspirar pensamentos mais abertos e imaginativos sobre uma série de mudanças e estratégias em potencial que poderiam não ter sido vistas de outra forma.

inserido, o estudo de cenários exige dos que o desenvolvem uma visão de fora para dentro, para além de sua zona de conforto.

O último princípio apresentado por Fulton et al é o das perspectivas múltiplas, esse refere-se a oferecer uma visão holística - abrangente, diversa, que considera diferentes perspectivas - de um mesmo objeto. É lecionado o seguinte:

Introducing multiple perspectives is different from managing multiple stakeholders, which many nonprofits are very skilled at doing. The introduction of multiple perspectives— diverse voices that will shed new light on your strategic challenge—helps you better understand your own assumptions about the future, as well as the assumptions of others. When one is working with passionate convictions, it is easy to become deaf to voices you may not agree with. Yet consciously bringing these voices to the table exposes you to new ideas that will inform your own perspective and could prove extremely helpful in your effort to see the big picture of an issue or idea.

(...)

The scenario thinking process creates a powerful platform for multiple (and often divergent) perspectives to come together. The result is an expansion of an organization's peripheral vision—you see new threats and opportunities that you otherwise may have missed.<sup>55</sup> (FULTON et al, 2004, p. 14)

A multiplicidade norteadora de uma abordagem metodológica de cenários é o que permite maior abrangência no levantamento e tratamento das incertezas e, conseqüentemente, maior concretude e confiança nos cenários a serem traçados. Uma vez orientada neste sentido, a metodologia estudada apresenta tendência a não apenas considerar diferentes pontos de vistas - de setores e grupos diversos de interesse ao objeto -, mas, também, a convidar pessoas detentoras dos conhecimentos de interesse para integrarem de forma ativa o processo de elaboração de cenários prospectivos. Cenários enquanto escolha metodológica apresenta-se como opção de método para a construção de um conhecimento científico holístico e participativo, que vai além das obviedades, senso comuns e barreiras setoriais.

A questão levantada acima dialoga com ensinamento de Rafael Popper no que se refere, em especial, às capacidades dos métodos de estudo de futuro. Ao tratar dos atributos dos

---

<sup>55</sup> Tradução livre: A introdução de várias perspectivas é diferente do gerenciamento de várias partes interessadas, que muitas organizações sem fins lucrativos são muito habilitadas em fazer. A introdução de múltiplas perspectivas - vozes diversas que lançarão nova luz sobre seu desafio estratégico - ajuda você a entender melhor suas próprias suposições sobre o futuro, bem como as suposições de outros. Quando alguém está trabalhando com convicções passionais, é fácil tornar-se surdo a vozes com as quais você pode não concordar. No entanto, conscientemente trazer essas vozes para a mesa expõe você a novas ideias que irão informar sua própria perspectiva e podem ser extremamente úteis em seu esforço para ver o quadro geral de um problema ou ideia.

(...)

O processo de pensamento de cenário cria uma plataforma poderosa para que múltiplas (e muitas vezes divergentes) perspectivas se juntem. O resultado é uma expansão da visão periférica de uma organização: você vê novas ameaças e oportunidades que, de outra forma, talvez você não tivesse percebido.

métodos de estudo de futuro, o autor aborda dois que considera fundamentais, a natureza e a capacidade. A natureza do método poderia ser qualitativa (pesquisa e análise baseadas em parâmetros subjetivos)<sup>56</sup>, quantitativa (pesquisa e análise baseadas em parâmetros matemáticos)<sup>57</sup> ou semiquantitativa (pesquisa e análise baseadas em subjetividade matematicamente tratada)<sup>58</sup>. A capacidade do método seria a habilidade de levantar ou processar informações com base na evidência, na expertise, na interação e na criatividade. De acordo com o artigo de referência, estes quatro poderiam ser entendidos como elementos genéticos de um método, os quais estariam presentes em todas as espécies, mas, em níveis diversos e únicos a cada escolha metodológica.

Popper (2008, p. 65) delimita as capacidades da seguinte forma:

Evidência: “recognises that it is important to attempt to explain and/or forecast a particular phenomenon with the support of reliable documentation and means of analysis of, for example, statistics and various types of measurement indicators.”<sup>59</sup>

Expertise:

refers to the skills and knowledge of individuals in a particular area or subject and is frequently used to support top-down decisions, provide advice and make recommendations. These methods rely on the tacit knowledge of people with privileged access to relevant information or with accumulated knowledge from several years of working experience on a particular domain area. Expertise often allows for a more holistic and comprehensive understanding of the theories, hypotheses and observations of a study<sup>60</sup>

Interação:

---

<sup>56</sup> *Qualitative methods generally provide meaning to events and perceptions. Such interpretations tend to be based on subjectivity or creativity that is often difficult to corroborate, for example opinions, judgements, beliefs, attitudes, etc. In the mapping, qualitative methods have been included: backcasting, brainstorming, citizens' panels, environmental scanning, essays, expert panels, futures workshops, gaming, interviews, literature review (LR), morphological analysis, questionnaires/surveys, relevance trees, scenarios, and SWOT analysis. (POPPER, 2008, p. 64)*

<sup>57</sup> *generally measure variables and apply statistical analyses, using or generating – at least in theory – reliable and valid data, such as socio-economic indicators. The mapping considered three quantitative methods: bibliometrics, modelling/simulation, and trend extrapolation/megatrends (or simply extrapolation). (POPPER, 2008, p. 65)*

<sup>58</sup> *are basically those that apply mathematical principles to quantify subjectivity, rational judgements and viewpoints of experts and commentators, i.e. weighting opinions and probabilities. The mapping included six methods from this category: cross-impact/structural analysis, Delphi, key technologies, multi-criteria analysis, stakeholder mapping and (technology) roadmapping. (POPPER, 2008, p. 65)*

<sup>59</sup> Tradução livre: reconhece que é importante tentar explicar e / ou prever um determinado fenômeno com base em documentação confiável e meios de análise de, por exemplo, estatísticas e vários tipos de indicadores de medição.

<sup>60</sup> Tradução livre: refere-se às habilidades e conhecimentos de indivíduos em uma área ou assunto em particular e é frequentemente usado para apoiar decisões de cima para baixo, fornecer aconselhamento e fazer recomendações. Esses métodos se baseiam no conhecimento tácito de pessoas com acesso privilegiado a informações relevantes ou com conhecimento acumulado de vários anos de experiência de trabalho em uma área de domínio específica. A perícia frequentemente permite uma compreensão mais holística e abrangente das teorias, hipóteses e observações de um estudo.

recognises that expertise often gains considerably from being brought together and challenged to articulate with other expertise (and indeed with the views of non-expert stakeholders). So, given that foresight studies often take place in societies where democratic ideals are widespread, and legitimacy is normally gained through “bottom-up” and participatory processes, it is important that they are not just reliant on evidence and expertise.<sup>61</sup>

#### Criatividade:

refers to the mixture of original and imaginative thinking and is often provided by artists or technology “gurus”, for example. These methods rely heavily on the inventiveness and ingenuity of very skilled individuals, such as science fiction writers or the inspiration that emerges from groups of people involved in brainstorming sessions.<sup>62</sup>

Os atributos apresentados por Rafael Popper em obra que resulta de vasta pesquisa exploratória são capazes de salientar a flexibilidade que um método de futuro pode apresentar quanto a sua composição. Arranjos de ferramentas são possíveis para que um processo se configure. Neste sentido, os cenários prospectivos enquanto método pode ser formado por diversas combinações de ferramentas e instrumentos de pesquisa científica. Este traço da metodologia de cenários o leva a se adequar da melhor forma ao objeto a ser estudado, aos objetivos diretos e indiretos de seus demandantes, às limitações de prazo e orçamento apontadas pelos mesmos, dentre outras particularidades que em si podem afetar no trabalho a ser desenvolvido. Uma vez que se admite a elaboração de um método de estudo de futuro único para um caso concreto, aufere-se maior probabilidade de atingir os objetivos de pesquisa de forma satisfatória e de contribuir de forma significativa com as atividades dos atores de interesse ao estudo quando da entrega do produto final.

Com base nos ensinamentos dos autores citados no presente subtópico, pode-se concluir como grandes atributos do método de Cenários Prospectivos os seguintes: visão de longo prazo; abordagem holística do objeto; receptividade à inovação, fuga do óbvio; interação com atores; produto final com aplicabilidade direta (respaldo a processos decisórios); e flexibilidade na elaboração do método (ou arranjo metodológico). Trata-se de uma escolha metodológica que

---

<sup>61</sup> Tradução livre: reconhece que a expertise muitas vezes ganha consideravelmente ao ser reunida e desafiada a articular-se com outras especialidades (e, de fato, com a visão de stakeholders não especializados). Assim, uma vez que os estudos prospectivos ocorrem frequentemente em sociedades onde os ideais democráticos são difundidos e a legitimidade é normalmente obtida através de processos participativos e “de baixo para cima”, é importante que eles (estudos de futuro) não sejam apenas dependentes de evidências e conhecimentos.

<sup>62</sup> Tradução livre: refere-se à mistura de pensamento original e imaginativo e muitas vezes conta com a contribuição de artistas ou “gurus” tecnológicos, por exemplo. Esses métodos dependem fortemente da inventividade e engenhosidade de indivíduos muito habilidosos, como escritores de ficção científica ou da inspiração que surge de grupos de pessoas envolvidas em sessões de brainstorming.

visa apurar lentes do vir a ser de modo a permitir que atores de interesse entendam a relevância de suas escolhas no hoje para a construção e melhor aproveitamento do amanhã que já dá sinais.

### 2.3. Cenários como condutores de práticas internacionais assertivas no âmbito da MB

Uma vez empregada a perspectiva das Ciências humanas e sociais, os temas de Defesa Nacional apresentam altos níveis de incerteza e oportunidade no que se refere à tomada de decisão estatal. Tratando, especificamente, da atuação internacional das Marinhas no âmbito da bilateralidade entre Estados, estes indicadores configuram-se entre os mais elevados da área. Ao analisar-se o fenômeno em questão, são fatores basilares a se considerar o ambiente internacional e as dinâmicas internas de cada sociedade, esses, apresentam mutabilidade constante e complexidades singulares, as quais agregam ao processo decisório desafios que demandam conhecimento e atualização constante por parte dos agentes com poder de decisão.

No caso do Brasil, o teor estratégico que a atuação internacional da sua Marinha (MB) demanda dos tomadores de decisão uma gama diversa de dados, informações e conhecimentos, para que tenham visão holística e consciente do objeto e do contexto de suas decisões. Esforço supracitado levaria à conscientização, a tomadas de decisão conscientes, as quais respaldariam atuações mais assertivas em meio a ambientes de incerteza.

Frente a o que foi debatido nos subtópicos anteriores, o emprego de Cenários Prospectivos a partir de um enfoque voltado a dar respaldo para as tomadas de decisão brasileiras no que se refere à condução da atuação internacional de sua Marinha é providência válida não apenas do ponto de vista das contribuições concretas para o bom aproveitamento de uma capacidade nacional, mas, também, como uma providência que permite a interação entre diversos setores que direta ou indiretamente são relevantes ao fenômeno observado. A criação de um ambiente de debate de questões internacionais da MB permite não apenas a sua condução consciente - uma vez que se levante e trate dados, informações e conhecimentos de interesse -, mas, também, contribui para a criação de comunidades epistêmicas que vão além das Forças Singulares e do Ministério de Defesa. Uma vez que através do estudo de cenários a contribuição de especialistas e a identificação de forças externas ao contexto organizacional sejam feitas, espraia-se o debate, auferem-se novas telas mentais e abrem-se novas pontes de diálogo.

A pesquisa científica no campo das ciências humanas e sociais é capaz de auxiliar não apenas no refino das teorias da academia, mas, também, na construção de realidades mais

propícias aos interesses de uma sociedade e de seus agentes. Neste sentido, debruçar-se sob um objeto a título de melhor compreendê-lo é movimento que perpassa a academia, o setor produtivo e o setor governamental ou Estado.

Skocpol Theda versa sobre a dupla missão das ciências sociais ao tratar do método histórico comparativo. Essa duplicidade se daria com a concatenação entre prática e teoria, seria endereçar questões do mundo real ao mesmo tempo em que se dedica às temáticas da teoria e metodologia científicas. Sobre o tema cabe destaque de três trechos pertencentes a artigo do autor publicado em 2003, que seguem:

**Social science achieves its potential and proves its worth as a human enterprise when it offers “substantive enlightenment... about the social structures in which we are enmeshed and which largely condition the course of our lives,”** declared Lewis Coser (1975, p. 698) in his 1975 presidential address to the American Sociological Association.

(...)

To understand the accomplishments of recent decades, it is important to realize that comparative historical social science is a doubly engaged enterprise. **Aiming to understand real-world transformations, its practitioners are simultaneously enmeshed in scholarly debates about causal hypotheses, theoretical frameworks, and optimal methods of empirical investigation.** Such double engagement is what makes comparative historical social science so challenging and attractive.

(...)

Of all the major approaches flourishing today, moreover, comparative historical analysis remains truest to the double mission of scholarship. As comparative historical **scholars develop and argue about scientifically sound explanations of social change and politics, they invariably tackle issues that matter to more than just fellow scholars.** Comparative historical studies **speak to all those outside as well as within academia who yearn to better understand “the social structures in which we are enmeshed and which largely condition the course of our lives.”** This persistent double engagement bodes well for the future, for history and evolving human perspectives continually throw up new questions, concerns, and angles of vision.<sup>63</sup>(grifos nossos)

---

<sup>63</sup> Tradução livre: A ciência social alcança seu potencial e prova seu valor como um empreendimento humano quando oferece “iluminação substantiva... sobre as estruturas sociais nas quais estamos enredados e que condicionam em grande parte o curso de nossas vidas”, declarou Lewis Coser (1975, p. 698) em seu discurso presidencial de 1975 à *American Sociological Association*.

(...)

Para entender as conquistas das últimas décadas, é importante perceber que a ciência social histórica comparativa é um empreendimento duplamente engajado. Com o objetivo de entender as transformações do mundo real, seus praticantes estão simultaneamente enredados em debates acadêmicos sobre hipóteses causais, estruturas teóricas e métodos ótimos de investigação empírica. Esse duplo engajamento é o que torna a ciência social histórica comparativa tão desafiadora e atraente.

(...)

De todas as principais abordagens florescentes hoje, além disso, a análise histórica comparativa permanece mais verdadeira à dupla missão da erudição. À medida que teóricos históricos comparativos se desenvolvem e discutem sobre explicações cientificamente corretas sobre mudança social e política, invariavelmente lidam com questões que importam a mais do que apenas colegas acadêmicos. Estudos históricos comparativos falam para todos os que estão fora e dentro da academia que anseiam por entender melhor “as estruturas sociais nas quais estamos enredados e que condicionam em grande parte o curso de nossas vidas”. Esse

(THEDA, 2003, p. 407, 409 e 424)

A duplicidade abordada acima se confunde com a missão e papel da ciência frente à sociedade e persiste enquanto expectativa sobre as diversas vertentes das ciências sociais, o que inclui a deste Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM).

Ao serem considerados os atributos do método de Cenários, seu processo e produto final, pode-se aferir que a condução de pesquisas científicas condizentes com as demandas do mundo prático é capaz de contribuir para a evolução e desenvolvimento da sociedade e do Estado. Através da consecução de abordagens diversas e inovadoras sobre um mesmo objeto, da busca por interação com atores diversos e da apresentação de um produto final de pesquisa com aplicabilidade direta sobre as dinâmicas sociais ou institucionais, o estudo de futuro baseado em Cenários e a própria execução do método podem atender à função social da ciência.

Dentre os elementos que formam um estudo científico, a metodologia destaca-se como sendo não apenas basilar para o desenvolvimento do mesmo, mas, também, determinante no tipo de impacto que o processo de construção do conhecimento e o seu produto final terão nos meios com os quais dialogam. Neste sentido, a escolha metodológica é capaz de endereçar diversas facetas das demandas de um trabalho.

Tratando-se da metodologia de Cenários, a escolha das ferramentas que compõem o método, é flexível às particularidades do caso concreto, do demandante e dos executores do estudo. O arranjo metodológico pode ser elaborado de modo a expressar com maior ou menor intensidade suas capacidades - expertise, criatividade, interação e evidência (POPPER, 2008) - , desta maneira, é possível que, não apenas chegue-se ao melhor arranjo para tornar o trabalho possível e satisfatório, mas, também, que os procedimentos metodológicos sejam estabelecidos de modo a produzir efeitos concretos na realidade sob a qual se desenvolvem – e.g. aprendizagem organizacional.

Soma-se à flexibilidade do método de cenários a concepção do mesmo enquanto instrumento à tomada de decisão consciente e, logo, endereçando questões do mundo prático. Concebe-se a cenarização não como um fim em si mesmo, mas, sim, como instrumental ao processo decisório. Pretende-se com o seu emprego levantar e sistematizar dados, informações e conhecimentos acerca de um mesmo objeto com o fim de compreender seus possíveis vir a ser – no ou até o ano meta do estudo.

---

engajamento duplo persistente é um bom augúrio para o futuro e as perspectivas humanas em evolução lançam, continuamente, novas questões, preocupações e pontos de vista.

Esforço neste sentido permite que decisões sobre temas complexos ou em ambientes de grande incerteza possam ser tomadas com maior grau de confiança e assertividade, o que contribui para que, ao fim, as escolhas feitas no presente possam levar à concretização de objetivos e estratégias traçadas. Sob este contexto, cabe salientar, ainda, a possibilidade de monitoramento das variáveis e fatos levantados por cenários já elaborados com o intuito de atualizar os planejamentos de forma constante sem que haja necessidade de feitura de novos estudos.

No que se refere à atual configuração do estudo, conhecimento e aproveitamento acerca da atuação internacional da MB é observado o seguinte: existem lacunas de conhecimento sobre as relações travadas, dinâmicas e práticas sob a atuação internacional da MB; a catalogação de dados e informações é esparsa; as contribuições da academia são tímidas; e, em relações como a objeto deste TCM, os arcabouços e pontes de interação construídos entre o Estado Brasileiro e seus parceiros são pouco aproveitados no que se refere à frequência e diversidade das formas e temáticas de intercâmbio. Movimentos no sentido de contribuir para a modificação positiva desta realidade são bem vindos se considerado o teor estratégico do fenômeno e o grande potencial que apresenta para a concretização de objetivos estatais diversos do Brasil.

A execução de Cenários Prospectivos apresenta-se como opção ao endereçamento e exploração da problemática em questão, sendo capaz de trazer as contribuições necessárias ao bom aproveitamento de capacidade nacional.

Frente a todo o exposto, coloca-se que a pesquisa científica e a escolha metodológica referente à mesma, uma vez observadas como vetores de mudança no mundo real, podem contribuir para a conscientização e inovação dentro e fora das paredes imaginárias da academia. Em harmonia com esta percepção, foram desenvolvidos sob o presente trabalho os futuros possíveis de interesse à relação entre as Marinhas da República Popular da China e do Brasil.

Os capítulos posteriores seguem com o detalhamento metodológico do estudo de futuro executado e as narrativas dos cenários traçados.

PARTE II. Os Cenários Prospectivos para a tomada de decisão sob e sobre a relação entre as  
Marinhas da China e do Brasil: a execução do método e o produto final

### CAPÍTULO 3. METODOLOGIA: Método desenvolvido para o estudo da relação entre as Marinhas da China e do Brasil

Como explanado no capítulo segundo, a metodologia que envolve um estudo de futuro permite e, inclusive, preza pela melhor adequabilidade do método ao caso concreto a ser explorado. Portanto, o presente TCM considera que um método científico é um arranjo de ferramentas metodológicas organizadas de modo a tornar possível que se atinja os objetivos intermediários, específicos e gerais de uma pesquisa. Uma vez considerado o exposto, foi desenvolvido um método, um arranjo de ferramentas específico para o estudo apresentado.

O método escolhido foi o de Cenários Prospectivos exploratórios com enfoque na participação e na expertise. Os dois últimos elementos foram empregados de acordo com as definições de Rafael Popper (2008) e estão expostos no segundo capítulo do presente trabalho. De forma resumida, a participação refere-se a incluir no processo de produção do conhecimento agentes que façam parte do fenômeno estudado e a expertise refere-se a considerar na produção científica conhecimentos com base em experiências práticas ou especialidade íntima à temática a ser estudada.

Tratando-se do conceito de cenários exploratórios, com base em Michel Godet (DURANCE, GODET, 2011, p. 46), entende-se que são aqueles elaborados a partir da identificação, no passado e no presente, de continuidades e futuros possíveis ao objeto estudado. Para além das obviedades do que já é posto, os cenários exploratórios visam expandir olhares e interpretações sobre determinada área e objeto, permitindo o conhecimento do contexto atual e a prospecção do vir a ser com base nesse e nas suas rupturas.

Nos tópicos que seguem é relatado o processo de pesquisa executado que resultou nos produtos e subprodutos que integram este trabalho.

#### 3.1. A seleção de ferramentas

A seleção das ferramentas para o arranjo empregado teve como parâmetros de escolha os seguintes:

- Nível de participação permitido;
- Nível de expertise permitido;
- Capacidade de levantar e estruturar contextos do passado e do presente.

A escolha dos dois primeiros parâmetros deu-se pelos seguintes motivos:

- Objeto pouco estudado:  
O tema abordado trata de um fenômeno pouco explorado pela academia e esparsamente catalogado pelos Estados. O levantamento de grande parte dos dados, informações, das dinâmicas que o compõem e das percepções acerca dele demandam pesquisas pautadas no mundo prático, na consulta a órgãos, instituições e agentes públicas envolvidos. Os praticantes do fenômeno observado são fonte primordial para explanação do passado e presente da relação, assim como são vozes primordiais acerca das percepções de potencialidades apresentadas pela interação objeto de estudo;
- Necessidade de associar a prática ao mundo da teoria:  
Somado à o que foi posto anteriormente está o fato de que a pesquisa feita buscou construir com conhecimento que não se limitasse apenas a preceitos teóricos, buscou-se o olhar para o concreto e a sua flexibilização para o futuro. O futuro por si só pode ir além do que é posto, e a primordial contribuição de um estudo prospectivo é justamente exercitar o ver além de nossas lentes. Frente a isso, o estudo apresentado tem uma abordagem que vai além da teoria. Construir um conhecimento científico concreto, pautado não solitariamente no mundo teórico, mas, em primazia, no mundo das práticas, apresentando-se como capaz de gerar um produto final com aplicabilidade direta;
- Compromisso em fomentar o debate e instigar o conhecimento acerca do objeto:  
Uma vez considerado enfoque na participação e na expertise, permite-se o que é chamado de aprendizado organizacional. Cabe, porém, ressalva quanto ao uso do termo no caso em questão, pois, este aprendizado chegará a atores que vão além de uma organização apenas – já que foram considerados como contribuintes a pesquisa militares e representantes da academia e de outros setores de interesse. O processo de levantamento e tratamento de dados, informações e conhecimentos através da contribuição de atores e agentes de relevância ao tema permite que esses, além de compartilharem percepções próprias, tenham acesso a outras visões sobre o mesmo objeto comentado. Essa dinâmica leva a um alargamento de suas telas mentais. O alargamento, fruto, portanto, da interação com pessoas ou opiniões distintas e com novos dados, informações e conhecimentos, leva a um maior conhecimento sobre um fenômeno, suas circunstâncias e possibilidades. Este procedimento contribui para a formação de tomadores de decisão mais conscientes;
- Busca por uma abordagem holística, abrangente:

Estas abordagens permitem, ainda, a concatenação de saberes e olhares de diversos setores da sociedade e, mesmo, de diversos setores dentro de uma mesma instituição. Através desta escolha metodológica permite-se que o processo de pensar e gerir os atos e políticas públicas, dinâmicas governamentais, considere e engaje, também, agentes e atores distintos dos com poder de decisão.

O último parâmetro de escolha de ferramentas exposto, a capacidade de levantamento e sistematização dos eventos passados e presentes, tem sua seleção justificada pela incipiente presença de estudos e pouca disseminação das dinâmicas que envolvem a relação entre as Marinhas estudadas. Considerando as lacunas observadas acerca da catalogação e conhecimento sobre a mesma, esta questão permeia o objetivo do estudo e o porquê da escolha de Cenários Prospectivos enquanto método.

### 3.2. As ferramentas que compõem o arranjo

As ferramentas que foram então empregadas conjuntamente como método da pesquisa realizada foram as seguintes: Revisão de literatura; Análise documental; *Environmental Scanning*; Árvore de relevância; Delphi; Impactos Cruzados; Análise Morfológica; e Descrição de cenários futuros.

Elas são todas qualitativas, exceto Delphi e Impactos Cruzados, que, apesar das divergências da literatura, podem ser consideradas semiquantitativas, uma vez que utilizam parâmetros subjetivos matematicamente tratados.

Seguem abaixo breves definições e explicações sobre as ferramentas supracitadas:

- Revisão de literatura: levantamento de produções científicas da academia e de outros setores da sociedade acerca do tema estudado;
- Análise documental: levantamento e análise de elementos não necessariamente textuais ou com rigor científico na sua feitura. São considerados registros de imagens, textos de espécies normativas diversas, atos governamentais administrativos e seus registros, atas de reuniões, transcrições de discursos, vídeos, jornais, notícias;
- *Environmental scanning*<sup>64</sup>: é considerado um método por alguns autores, o que permitiria ter como ferramentas a revisão de bibliografia e a pesquisa documental, por

---

<sup>64</sup> “A method that involves observation, examination, monitoring and systematic description of the social, technological, economic, environmental, political and ethical contexts of a country, industry, organisation, etc.” (POPPER, 2008)

Tradução livre: Um método que envolve observação, exame, monitoramento e descrição sistêmica dos contextos social, tecnológico, econômico, político e ético de um país, indústria, organização, etc.

exemplo. De modo geral, o escaneamento do ambiente visa levantar dados e informações nos mais diversos bancos e fontes de modo a identificar indicadores de futuro nos contextos geral e específico nos quais o objeto está inserido;

- **Árvore de relevância<sup>65</sup>**: trata-se de ferramenta de sistematização e aprofundamento quanto à busca de dados e informações. Ela permite o detalhamento de um tema de modo a criar níveis de hierarquia entre os elementos levantados, partindo do mais geral para chegar no mais específico;
- **Delphi**: trata-se de ferramenta, ora considerada método, que se baseia na consulta a pessoas de interesse para responder a questões em aberto, como quais são indícios de futuro e/ou futuros possíveis de relevância. As pessoas selecionadas são chamadas de peritos e respondem a diferentes rodadas de perguntas, em questionários, usualmente, estruturados, de modo que os pesquisadores consigam auferir um consenso nas respostas dadas;
- **Impactos Cruzados<sup>66</sup>**: trata-se de ferramenta utilizada no meio para o final do processo de elaboração de cenários e serve à verificação da probabilidade de ocorrência de uma variável ou hipótese de futuro uma vez que se considere a ocorrência das outras previstas no sistema estudado. Ela permite a identificação do nível de influência e motricidade das variáveis levantadas e da afinidade entre os elementos observados. Seu insumo é oriundo de fases regidas por Delphi ou outra ferramenta de coleta de informações;
- **Análise morfológica**: tem por objetivo o detalhamento e sistematização de objeto, suas informações e dados de modo a combiná-los e, assim, identificar a solução de problemas ou apontar olhares inovadores sobre determinada questão. Será empregado no sentido de organizar e aglutinar os indícios de futuro de forma a montar cenários futuros possíveis.

---

<sup>65</sup> The aim in relevance-tree analysis is to carry the level of detail to where the items or issues involved are sufficiently clear, preferably in quantified terms, so that their nature can be reviewed in terms of current conditions and potential options. (THE FUTURE GROUP INTERNATIONAL, 2004, Cap. 12, p. 4.)

Tradução livre: O objetivo na análise da árvore de relevância é detalhar os item ou questões envolvidas a um nível que os faça suficientemente claros, preferivelmente em termos quantificados, de modo que a natureza dos mesmos possa ser revisada quanto a condições atuais e opções potenciais.

<sup>66</sup> A method that works systematically through the relations between a set of variables, rather than examining each one as if it is relatively independent of the others. Usually, expert judgment is used to examine the influence of each variable within a given system, in terms of the reciprocal influences of each variable on each other – thus a matrix is produced whose cells represent the effect of each variable on the others. (POPPER, 2008).

Tradução livre: Um método que trabalha sistematicamente através da relação entre uma gama de variáveis, ao invés de examiná-las de forma individual como se independentes fossem uma da outra. Normalmente, o julgamento de especialistas é utilizado para o exame da influência entre as variáveis em meio a um dado sistema, em termos de influências recíprocas de cada uma sobre a outra – em seguida, é elaborada uma matriz cujas células representam o efeito de cada variável sobre sua congênere.

- Descrição de cenários: é a ferramenta que permite transformar indícios de futuro captados no presente em um produto de fácil assimilação e aplicabilidade, no qual as mensagens sobre o desenvolvimento das principais variáveis do estudo no recorte temporal estipulado ganham destaque. Usualmente são apresentados em forma de narrativas, desde escritas a em vídeo. São histórias sobre os futuros possíveis identificados através da pesquisa prospectiva.

As ferramentas foram empregadas na ordem exposta acima, elas atenderam a demandas de fases específicas da pesquisa. Salienta-se que todo material levantado e analisado em uma fase serviu de insumo para as próximas e para a conseguinte aplicação das outras ferramentas, o que em certos momentos levou ao reemprego de ferramentas já utilizadas nas etapas passadas. O processo de pesquisa é cíclico mesmo quando se trata de seus subprodutos e não do produto final.

### 3.3. A delimitação das fases da pesquisa com base em Durance e Godet

A pesquisa realizada para este TCM apresenta momentos metodológicos denominados fases da pesquisa. Esses foram metodologicamente elaborados e executados com base na ideia geral das três fases do estudo de cenários explanadas por Philippe Durance e Michel Godet, as quais são:

#### 1ª. “Construir a base”:

Consiste em construir um conjunto de representações do estado actual do sistema, constituído por diferentes elementos do contexto da organização. Esta base é a expressão de um conjunto de variáveis ligadas entre si. A sua construção passa, portanto, pela delimitação do sistema, pela determinação das variáveis essenciais e pela análise das estratégias de actores.  
(DURANCE e GODET, 2011, p. 49)

#### 2ª. “Varrer o campo dos possíveis e reduzir a incerteza”:

Estando identificadas as variáveis-chave e analisados os jogos de actores, podem-se projectar os futuros possíveis através de uma lista de hipóteses que traduzam, por exemplo, a continuidade de uma tendência ou, ao contrário, a sua ruptura.  
(DURANCE e GODET, 2011, p. 50)

#### 3ª. “Elaborar os cenários”:

Nesta fase, os cenários estão ainda no estado embrionário, pois limitam-se a jogos de hipóteses realizados ou não. Trata-se, então, de descrever o encaminhamento que leva da situação actual às imagens finais seleccionadas.  
(DURANCE e GODET, 2011, p. 51)

Os autores oferecem uma visão geral e clara acerca do processo de prospecção com base em Cenários - enquanto método-, permitindo que se apreendam as demandas de cada momento primordial da pesquisa e como elas se concatenam para que se chegue ao produto final almejado.

As fases descritas por Durance e Godet serviram como referências gerais sobre o que investigar e que subprodutos oferecer em cada fase do estudo de futuro executado. Salienta-se que a pesquisa feita não tem entre seus objetivos fazer a análise estratégica dos cenários produzidos, fase que no método de Godet faz parte do processo prospectivo por ele sugerido.

Com esta referência, o arranjo de ferramentas elaborado foi empregado em fases: de análise contextual e detalhada do objeto e seleção de variáveis; de identificação das variáveis-chave; de levantamento das hipóteses de futuro; e de elaboração e descrição dos cenários prospectivos. Os momentos metodológicos da pesquisa em questão serão relatados de forma detalhada nos tópicos que seguem.

#### 3.4. Análise contextual e seleção de variáveis

Em um primeiro momento da pesquisa de futuro faz-se necessário conhecer o objeto a ser estudado e os fatores que giram no seu entorno mais próximo e mais distante. A primeira fase deste estudo contextual e detalhado acarretou as informações necessárias à feitura do projeto da pesquisa apresentado previamente e no início do desenvolvimento do presente trabalho. O segundo momento de análise, este mais direcionado e aprofundado, acarretou na seleção das variáveis identificadas como principais ao objeto explorado, assim como no conhecimento acerca do quadro atual da relação estudada.

As ferramentas utilizadas para este momento da pesquisa foram a Revisão de Literatura, a Análise documental, o *Environmental Scanning* e a Árvore de relevância.

Os bancos de dados consultados foram os seguintes: Sites governamentais oficiais; Sites de notícia não governamentais; Diário Oficial da União (Brasil); Leis e outras espécies normativas da China e do Brasil; Bibliotecas; Referências bibliográficas de trabalhos acadêmicos; Revistas físicas. Utilizou-se, igualmente, as ferramentas de consulta a órgãos públicos brasileiros e a suas informações.

Os subprodutos desta fase são o quadro dos contextos passado e atual do objeto e a consequente identificação das variáveis compreendidas como principais ao mesmo, ou seja, as que apresentaram maior presença e impacto em meio às dinâmicas observadas no decorrer da pesquisa de contextualização e conhecimento.

Acerca do primeiro subproduto, o leitor é direcionado ao Apêndice B, no qual consta infográfico resultado das análises em árvore de fatores referentes à relação entre as Marinhas da China e do Brasil. Este foi apresentado a peritos em primeiro questionário Delphi executado, o qual será relatado mais adiante. Deste mesmo subproduto se originaram os dados, informações e conhecimentos necessários para a redação do capítulo primeiro deste Trabalho de Conclusão de Mestrado.

Sobre as variáveis, foram identificadas as seguintes:

- Práticas de cooperação e intercâmbio entre os Ministérios de Defesa (ou congêneres);
- Práticas de cooperação e intercâmbio entre as Marinhas da China e do Brasil;
- Tratados internacionais Brasil-China;
- Política e Estratégia de Defesa da China;
- Política e Estratégia de Defesa do Brasil;
- Conhecimento mútuo Brasil-China (língua, cultura, história, política, economia);
- Política Externa Chinesa;
- Política Externa Brasileira;
- Conflitos regionais da China.

Estas variáveis representam elementos e questões que, de forma concatenada, compõem o quadro das dinâmicas que, segundo a pesquisa, envolvem a relação entre as Marinha da China e do Brasil. Elas abarcam tantas outras variáveis dependentes que permitem o detalhamento da relação em suas diversas facetas (política, cultural, econômica, etc.).

A relação entre a RPC e os Estados Unidos da América foi considerada fator relevante ao tema, porém, as variáveis listadas se destacaram no estudo do quadro atual do relacionamento bilateral sino-brasileiro e de sua vertente militar e de Defesa.

Os elementos constantes da listagem supracitada foram selecionados devido a seu nível de independência e generalidade, sendo concebidos como variáveis base de tantas outras derivativas e como capazes de ilustrar e explicar o objeto do trabalho.

A partir da seleção relatada acima foram desenvolvidas as fases participativas do trabalho, nos tópicos que seguem serão apresentados os procedimentos referentes às mesmas.

### 3.5. Identificação das duas variáveis-chave

Das variáveis identificadas como principais ao objeto duas destacaram-se e foram selecionadas como variáveis-chave, que são as de maior relevância ao mesmo. Essas foram norteadoras dos levantamentos seguintes do estudo prospectivo.

A relevância de cada variável indicada no tópico anterior foi atribuída por peritos selecionados para a feitura de rodadas de Delphi, ferramenta utilizada nesta fase da pesquisa e nas seguintes.

A seguir são compartilhados maiores detalhes sobre a seleção de peritos, o questionário aplicado e o resultado final da primeira rodada de Delphi.

### 3.5.1. O Delphi 1

O Delphi foi utilizado para levantar as variáveis-chave, a lista de hipóteses de futuro e os impactos das mesmas entre si. Para tanto, foram aplicados três questionários, ou seja, três rodadas de Delphi, sendo as mesmas intituladas, respectivamente, Delphi 1, Delphi 2 e Delphi 3.

Tratando do Delphi 1, esse teve por finalidade última selecionar as variáveis mais relevantes ao estudo do objeto para que a pesquisa pudesse afunilar o recorte a ser feito na busca de hipóteses de futuro ou acontecimentos futuros hipotéticos, que são frases objetivas de fatos que podem se concretizar no recorte temporal da prospecção. Mais detalhes serão dados sobre a nomenclatura atribuída a esses últimos.

#### 3.5.1.1. Seleção de peritos

Os peritos são pessoas de interesse à pesquisa que contribuem de forma direta com questões em aberto do estudo. Para o presente trabalho, focou-se mais em representatividade e qualidade potencial da contribuição a ser feita por cada perito do que no número de integrantes do grupo formado. Foram levantados e convidados nomes do setor da academia e da caserna, civis e militares não apenas com conhecimentos intimamente ligados ao objeto de estudo, mas, também e primordialmente, com experiências de mesma intensidade e afinidade capazes de somar, significativamente, na análise proposta.

A seleção de peritos é um momento da pesquisa de grande relevância para o tipo de análise e conhecimento que será levantado para seu desenvolvimento. A escolha das áreas de interesse e do tipo de expertise e saberes aos quais deseja-se consultar são determinantes para o direcionamento que será dado à prospecção, quais lentes serão vestidas para que se chegue a futuros possíveis. Neste sentido, quanto mais ampla for a identificação de áreas correlatas e diferentes tipos de stakeholders, mais rico será o levantamento em termos de identificação de possibilidades para o vir a ser.

Theodore Gordon (2009b), ao tratar do Delphi, soma à relevância da seleção dos peritos o fato de que, em um procedimento deste, o tipo e o nível de conhecimento dos selecionados são mais significativos do que a representatividade quantitativa de grupos específicos. Ele coloca o seguinte:

The key to a successful Delphi study lies in the selection of participants. Since the results of a Delphi depend on the knowledge and cooperation of the panelists, it is essential to include persons who are likely to contribute valuable ideas. In a statistically based study, such as a public opinion poll, participants are assumed to be representative of a larger population; in Delphi, non-representative, knowledgeable persons are needed. So the first problem is how to select potential participants.<sup>67</sup>  
(GORDON, 2009b, p. 7)

Ao considerar a referência acima, este TCM optou por focar em especialistas e pessoas de interesse com alto nível de expertise nas temáticas centrais ao objeto de estudo, não se atendo ao peso da quantidade de contribuintes, mas, sim, a o que poderiam oferecer de positivo nas análises buscadas pela pesquisa.

Frente a esta questão, considerou-se o ensinamento de que o número de peritos dependerá do caso concreto e de suas especificidades, sendo variável o que se entende por pequena ou grande amostra. Este entendimento é corroborado em trabalhos como o de Ralitsa Akins, Homer Tolson e Bryan Cole, que concluem que um número pequeno de peritos pode gerar resultados confiáveis em um estudo, cabendo ser feita análise de caso a caso. Sobre esta questão colocam o seguinte:

The sample size in Delphi studies has been researcher and situation specific, and more often than not, convenience samples have been chosen dependent on availability of experts and resources. Given the lack of any Delphi sample size standards, there is confusion regarding how small a "small" sample can be.<sup>68</sup>  
(AKINS, TOLSON, COLE, 2005. p. 2)

Os autores afirmam o seguinte sobre o achado de sua pesquisa no tema:

---

<sup>67</sup> Tradução livre: A chave para um estudo Delphi bem-sucedido está na seleção dos participantes. Como os resultados de um Delphi dependem do conhecimento e da cooperação dos participantes do painel, é essencial incluir pessoas que provavelmente contribuirão com ideias valiosas. Em um estudo estatístico, como uma pesquisa de opinião pública, presume-se que os participantes sejam representativos de uma população maior; em Delphi, pessoas não-representativas e conhecedoras são necessárias. Portanto, o primeiro problema é como selecionar potenciais participantes.

<sup>68</sup> Tradução livre: O tamanho da amostra nos estudos Delphi tem sido determinado de acordo com o pesquisador e a situação concreta, e, mais frequentemente do que não, as amostras de conveniências têm sido escolhidas dependendo da disponibilidade de especialistas e recursos. Dada a falta de qualquer padrão de tamanho de amostra para o Delphi, existe uma confusão quanto ao tamanho da amostra "pequena".

This finding is important because it establishes the stability of the results from a Delphi survey conducted with a small number of experts from a defined field of study. We can hypothesize that Delphi surveys with a similar number of experts with similar training and knowledge in other fields of study would also yield stable results. Additionally, this finding is important for practitioners in the field of quality training, showing that individuals with similar training, knowledge and understanding of the systems approach based on the Malcolm Baldrige quality criteria could be utilized in a Delphi panel with a constricted number of experts. Given the fact that specialized experts in a given field may be limited, the results of this study suggest that utilization of a small expert sample from limited numbers of experts in a field of study may be used with confidence.<sup>69</sup>  
(AKINS, TOLSON, COLE, 2005. p. 3)

Definidos critérios que prezem pela qualidade do tipo de contribuição que os peritos podem oferecer e consideradas as possibilidades formais ofertadas pelo contexto do estudo, a quantidade de pessoas neste grupo de contribuintes acaba sendo a mais adequada e cabível à produção de um bom trabalho frente ao caso concreto. No presente estudo prospectivo, o acesso às pessoas de interesse apresentou entraves formais e a sensibilidade e pouca exploração do tema igualmente, assim sendo, a seleção, com critérios voltados à qualidade e não à quantidade, contou com um aporte metodológico que atende à boa execução e robustez da pesquisa e seus resultados.

Outro critério de escolha sob o Trabalho de Conclusão de Mestrado na seleção em questão foi focar em representantes da sociedade brasileira, optando-se por buscar a visão de especialistas e pessoas de interesse nacionais acerca do que se deve observar na relação entre a Marinha de seu país e a chinesa. Ou seja, este trabalho tem, no que se refere a seu conteúdo de prospecção, enfoque na visão dos especialistas pátrios do Brasil acerca do que pode-se esperar da relação estudada. São os de casa expondo seus conhecimentos e percepções com o fim de auxiliarem na feitura de produto final que visa contribuir com a tomada de decisão de seus governantes, agentes estatais e outros. No que se refere especificamente a este recorte, outro fator que influenciou no seu emprego foi a dificuldade em acessar potenciais peritos nacionais

---

<sup>69</sup> Tradução livre: Esse achado é importante porque estabelece a estabilidade dos resultados de uma pesquisa Delphi realizada com um pequeno número de especialistas de um campo definido de estudo. Podemos imaginar que as pesquisas da Delphi com um número semelhante de especialistas com treinamento e conhecimento semelhantes em outras áreas de estudo também produziram resultados estáveis. Além disso, esse achado é importante para os profissionais no campo do treinamento de qualidade, mostrando que indivíduos com treinamento, conhecimento e entendimento semelhantes da abordagem do sistema com base nos critérios de qualidade de Malcolm Baldrige poderiam ser utilizados em um painel Delphi com um número restrito de especialistas. Dado o fato de que especialistas especializados em um determinado campo podem ser limitados, os resultados deste estudo sugerem que a utilização de uma pequena amostra de especialistas de um número limitado de especialistas em um campo de estudo pode ser usada com confiança.

de outro país, em especial, da China, para além do fato de que o tema, por tratar de questão sensível, poderia ser mal recebido por parte de não brasileiros.

O critério primordial na seleção de peritos para o primeiro Delphi foi ter representantes civis da academia com conhecimentos e vivências diversos e aprofundados sobre a relação Brasil-China e da China, civis da academia com conhecimentos e vivências específicos sobre a relação Brasil-China em Defesa e militares com conhecimentos e vivências acerca de adidância naval, da China e/ou da relação sino-brasileira. Neste primeiro momento optou-se por focar em pessoas com conhecimentos e experiências mais específicas sobre o objeto, o que acarretou na dificuldade de dispor de alto número de convidados, uma vez que se trata de temática pouco estudada e sobre a qual se tem baixo nível de conhecimento por parte da sociedade no geral.

Em respeito ao sigilo combinado e intrínseco ao procedimento Delphi, as pessoas convidadas a contribuir para o estudo e as que de fato participaram do mesmo serão tratadas em termos de suas qualificações de interesse ao trabalho e que foram cruciais para que fossem selecionados enquanto potenciais peritos. Considerando isso, segue quadro com lista de convidados para o Delphi 1 (Quadro 1):

Referência nominal <sup>70</sup>	Qualificação	Setor
Convidado 1	Exerce magistério e faz pesquisas na área de estudos estratégicos e simulação, militar com experiência de adidância naval no Japão, executa estudos sobre diplomacia naval e China;	Academia e Forças Armadas
Convidado 2	Militar com experiência de adidância naval na RPC, cargo de coordenação em centro de estudos estratégicos;	Forças Armadas

<sup>70</sup> A numeração e ordem atribuída a cada convidado não indicando qualquer diferenciação na relevância de sua participação, todos os convidados e, posteriormente, peritos, apresentam mesmo grau de importância para o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada.

Convidado 3	Militar com experiência de adidância naval na China.	Forças Armadas
Convidado 4	Militar, pesquisas no tema estratégia marítima da China.	Forças Armadas
Convidado 5	Militar com experiência de adidância naval na RPC, pesquisas no tema estratégia marítima da China, cargo de alto nível em setor de projetos da Marinha.	Forças Armadas
Convidado 6	Exerce magistério e faz pesquisas na área do direito e sobre a relação sino-brasileira, experiência profissional e acadêmica na RPC, experiência com advocacia especializada em negócios com a China.	Academia e Setor produtivo
Convidado 7	Exerce magistério e faz pesquisas na área de diplomacia de defesa, pesquisas no tema diplomacia de defesa sino-brasileira.	Academia

**QUADRO 1.** Lista de convidados para participar do Delphi 1.  
(Desenvolvida pela autora)

Dos sete convidados, seis responderam positivamente ao e-mail de convite para contribuição - cópia deste encontra-se no Apêndice C -, sendo o não respondente o convidado 5.

### 3.5.1.2. O questionário: forma e conteúdo

O questionário da primeira rodada foi composto por cinco questões, sendo a primeira formada por 9 itens a serem analisados, esta caracterizou-se como uma questão estruturada. A

segunda foi uma questão semi-estruturada, assim como as seguintes, que eram dependentes desta. As duas últimas permitiam que o respondente tivesse maior liberdade para expor seus pontos de vista ao contribuírem com o estudo.

Primeiramente foi solicitado aos contribuintes que respondessem qual era a relevância das variáveis apresentadas pela autora. Os parâmetros de análise e os itens de múltipla escolha eram as seguintes porcentagens e suas descrições:

- 0% (nenhuma relevância);
- 20% (pouca relevância);
- 40% (relevância moderada);
- 60% (relevância significativa);
- 80% (muita relevância);
- 100% (total relevância);
- Não consigo opinar.

Na segunda questão os peritos foram questionados acerca da existência ou não de variáveis principais ao objeto que não tenham sido apresentadas pelo questionário. Em caso de resposta positiva, solicitou-se na terceira questão a indicação de quais seriam elas, na quarta pergunta, quais seriam os níveis de relevância das mesmas, de acordo com o critério utilizado anteriormente, e, em seguida, na quinta e última questão questionou-se o porquê das variáveis indicadas pelo contribuinte serem relevantes à relação estudada.

As variáveis indicadas pelos consultados como de interesse ao tema e que não foram apresentadas pelo questionário ajudaram na análise do quadro completo do objeto e suas ramificações, porém, entendeu-se que as mesmas não são independentes das variáveis apresentadas pelo Delphi, trata-se de variáveis menores que se encontram sob essas. Para o presente trabalho, elas são entendidas como integrantes das primeiras, sendo subprodutos destas. Nos pontos a seguir estão expostas as variáveis indicadas e a justificativa de sua relevância segundo os respondentes desta questão. Os textos de ambos são os originais das respostas dadas, são elas as que seguem:

- Construção naval: tecnologia e inovação
  - Justificativa da indicação: “Desenvolvimento crescente da indústria naval chinesa”;
- Cooperação científico-tecnológica
  - Justificativa da indicação: “cooperação científico-tecnológica - é uma área que que há espaço para cooperação que seja de interesse do Brasil e há um histórico

de cooperação iniciado na década de 1980. Inicialmente o Brasil estava na dianteira, agora o país foi superado em uma gap muito grande. Apesar de não ser mais uma prioridade para a China essa cooperação, o argumento da cooperação histórica do Brasil pode ser útil para se obter algum conhecimento sensível, destaca-se que o Brasil foi parceiro da China no projeto de tecnologia de satélites em uma época que a China não possuía muitas opções de cooperação no modelo Sul-Sul.”

- Indústria naval
  - Justificativa de indicação: “a China desenvolveu sua indústria naval partindo de um ponto quase nulo para o que é hoje, uma potência. A China havia sido uma potência naval no passado, mas por opção política interrompeu o desenvolvimento nesse setor, perdendo a primeira Revolução Industrial. Conhecer as práticas da China moderna para superar suas deficiências e entrar forte no mercado da indústria naval no mundo, pode jogar alguma luz para promover o desenvolvimento desse setor no Brasil”;
- As relações entre as entidades governamentais (incluindo a Marinha), universidades ou centros de pesquisa e o setor empresarial.
  - Justificativa para indicação: “Porque o governo chinês atua juntamente com o setor acadêmico e empresarial, numa ação diplomática abrangente, adquirindo uma visão mais ampla dos processos políticos, econômicos e estratégicos”.
- Inserção da Política e Estratégia Marítimas no desenvolvimento da China
  - Justificativa para indicação: “Compõem um conjunto que abrange de forma coesa a importância do mar para o desenvolvimento da China e, conseqüentemente, do seu setor de Defesa, os quais podem fornecer importantes lições para o Brasil”.

Dos seis convidados que responderam ao questionário, quatro deles disseram identificar a existência de outras variáveis, desses, todos atenderam às contribuições solicitadas que dependiam desta resposta, logo, são os autores das análises acima listadas.

Salienta-se das contribuições citadas, o destaque que os peritos deram ao aproveitamento por parte do Brasil do know-how da China em questões de desenvolvimento tecnológico e industrial. De mesmo modo merecem destaque a dupla citação da indústria de

construção naval como fator de interesse e a justificativa que versa sobre a amplitude dos stakeholders chineses que atuam em prol da política externa do país.

O projeto de modernização da Marinha da RPC vem sendo atrelada a um movimento de esforço científico-tecnológico para o desenvolvimento de conhecimentos e produtos que agreguem valor e agilidade aos projetos do país e suas metas. Neste sentido, tanto o interesse pela produção de saberes e inovações quanto o ímpeto de desenvolvimento e evolução de suas instituições e sociedade tornam propícia uma postura de abertura ao diálogo e intercâmbio no tema por parte da RPC, o que abarcaria a possibilidade de projetos de desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica.

Acerca dos stakeholders na política externa chinesa, considerar na análise de uma relação de bilateralidade os agentes e atores que a integram em seus mais diversos níveis se faz fundamental para compreender o tipo de abordagem que as ações feitas recebem, os porquês e seus campos de impacto. Esta visão holística faz-se necessária ao bem entender de um objeto com alto nível de complexidade e, ainda, para a análise prospectiva do mesmo, a qual, em si, demanda olhares além das obviedades e lentes únicas.

As perguntas referentes a todas as rodadas de Delphi foram apresentadas através do instrumento Formulários do Google, o qual permitiu que questionários virtuais fossem enviados aos peritos através de e-mail. O Apêndice D traz cópia do questionário referente ao Delphi 1. Nas versões de cópia dos formulários da ferramenta utilizada não há acesso aos detalhes estilísticos dos questionários. No entanto, cabe informação de que os elaborados para a presente pesquisa contavam com uma imagem de plano de fundo escolhida para ilustrar o objetivo dos mesmos e delas originaram as cores dominantes de cada modelo. Dar a devida atenção a questões deste tipo é relevante no sentido de criar um ambiente no qual o respondente se sinta mais à vontade e instigado a fazer os exercícios e análises propostas, tornando a experiência mais leve.

No próximo subtópico constam os resultados obtidos acerca do grau de relevância das variáveis principais.

### 3.5.2. O grau de relevância das 9 variáveis principais e as variáveis-chave identificadas

Na tabela abaixo (Tabela 1) constam os graus médios de relevância atribuídos a cada variável das nove apresentadas na fase anterior da pesquisa, assim como o grau que os contribuintes indicaram individualmente a cada uma delas:

Convindos	Variáveis	Práticas de cooperação e intercâmbio entre os Ministérios de Defesa (ou congêneres)	Práticas de cooperação e intercâmbio entre as Marinhas da China e do Brasil	Tratados internacionais Brasil-China	Política e Estratégia de Defesa da China	Política e Estratégia de Defesa do Brasil	Conhecimento mútuo Brasil-China (língua, cultura, história, política, economia)	Política Externa Chinesa	Política Externa Brasileira	Conflitos regionais da China
1		60%	60%	80%	80%	100%	80%	80%	80%	60%
2		100%	60%	40%	100%	80%	60%	100%	60%	60%
3		80%	80%	80%	60%	60%	80%	80%	80%	20%
4		60%	80%	40%	60%	60%	40%	60%	60%	40%
6		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	60%
7		100%	100%	40%	80%	80%	40%	100%	100%	40%
	<b>Índice médio de relevância:</b>	83,33333333333333 3%	80%	63,33333333333333 3%	80%	80%	66,66666666666666 7%	86,66666666666666 7%	80%	46,66666666666666 7%

**TABELA 1.** Grau de relevância das principais variáveis da relação entre as Marinhas da China e do Brasil. (Desenvolvida pela autora)

Conforme verifica-se na tabela acima, as variáveis de maior relevância média segundo o levantamento são: Práticas de cooperação e intercâmbio entre os Ministérios de Defesa (ou congêneres); e Política Externa Chinesa. Estas apresentam alto teor político e ligam-se a tomadas de decisão de alto nível. Devido a estas características, elas abarcam diversos tipos de dinâmicas, indo das de maior nível de complexidade e exigências burocráticas, como o estabelecimento ou rompimento de relações diplomáticas, até as de aceção mais pontual como a criação de um órgão ministerial conjunto, a troca de adidos militares e atividades operacionais. A amplitude e a relevância implícita das variáveis selecionadas, nos moldes do que foi exposto, foram benéficas para o levantamento das hipóteses de futuro de interesse ao trabalho, tendo em vista a necessidade de atuar a partir de campos e lentes abrangentes do possível.

O nível de relevância médio atribuído às Práticas de cooperação e intercâmbio entre as Marinhas da China e do Brasil, às Políticas e Estratégias de Defesa da China e do Brasil e à Política Externa do Brasil merecem a devida atenção. Novamente observa-se o destaque de variáveis com um alto nível de teor político, porém, pela própria natureza do objeto de pesquisa, a variável das práticas entre as Marinhas, que em mais de aproximam de dinâmicas operacionais, recebeu mesmo nível de relevância.

Cabe apontar para o fato de que a Política Externa Chinesa recebeu maior relevância média do que a Política Externa Brasileira. Apesar de sutil a diferença numérica, este fato merece comentário. A justificativa pode ser diversa e este trabalho não pretende exaurir as possibilidades para a mesma, porém, enquanto pesquisa científica com função social, este destaca a relevância do debate acerca do tema. Com base na pesquisa feita, alguns dos fatores que podem ser indicados como porquês a este resultado pode ser a continuidade das políticas nacionais chinesas devido a seu sistema político e a sua cultura de planejamento.

As metas traçadas pelos planos de desenvolvimento e ação do país são seguidas de modo a concretizar objetivos e atingir resultados delimitados e específicos nos prazos temporais estabelecidos. Esta constância acaba por influenciar as relações com países com sistemas e culturas políticas que dificultam o pensamento e planejamento governamental de longo prazo. Apesar do alto nível de incerteza sobre as políticas destes países ser relevante a um estudo que visa respaldar a feitura de estratégias, este mesmo fator os torna mais suscetíveis aos ímpetus de um país que tem seus passos traçados de forma mais clara. Quem sabe onde quer ir em meio a indecisos ou inconstantes acaba fazendo suas vontades prevalecerem nas escolhas conjuntas.

Comentários devem ser feitos sobre a variável indicada como de menor relevância, que foi a dos Conflitos regionais da China. Este tema tem sido recorrente em meio à mídia e debates acadêmicos, porém, a o que demonstram as respostas dadas pelos consultados do Delphi 1, as inconstâncias da região do país não terão o condão de destacarem-se enquanto altamente determinantes à relação entre as Marinhas estudadas.

Do resultado trazido pelo Delphi 1 e exposto na Tabela 1, pode-se apreender-se um entendimento médio de que ao analisar uma relação bilateral entre as Forças navais em questão, as camadas, setores e fatores mais políticos atrelados a ela exercem papel de destaque ao serem atrelados às dinâmicas do mundo das práticas, mais ligado às atividades pontuais e de efeito no microcosmo a elas referente. Este quadro nos permite entender as instituições nacionais dentro de um arcabouço muito mais complexo e rico do que o fornecido por uma análise limitada a áreas, setores, atores ou agentes específicos. No presente estudo, apesar das devidas delimitações metodológicas de seu objeto e pesquisa, toda esta gama de facetas e ramificações atreladas à relação estudada foram fundamentais para a execução e concretização do estudo participativo e holístico proposto inicialmente.

### 3.6. Levantamento das hipóteses de futuro

Seguindo a abordagem participativa e baseada na expertise, este trabalho, optou por selecionar as hipóteses de futuro sob o recorte das variáveis-chave diretamente dos seus peritos, trazendo ao trabalho não uma visão com base em bancos de dados e informações, mas, sim, diretamente de pessoas com conhecimentos e experiências que os permite desenvolver análises holísticas, ricas e de interesse ao estudo e tomada de decisão sobre e sob a relação entre as Marinhas da RPC e do Brasil.

Considerado o exposto e empregando novamente a ferramenta Delphi, decidiu-se por ampliar o número de peritos em potencial para a presente fase tendo em vista que esta demanda uma maior abrangência nos esforços de alargamento das lentes de análise. Seguindo os critérios expostos no subtópico de número 3.5.1.1 combinado com um menor nível de especificidade do que o exigido nos convites para o Delphi 1, nesta fase foram convidadas a contribuir as seis pessoas respondentes do Delphi 1 (Convidados 1, 2, 3, 4, 6 e 7) e as quatro que seguem no quadro abaixo, totalizando o número de 10 convidados:

Referência nominal <sup>71</sup>	Qualificação	Setor
Convidado 8	Pesquisas sobre a relação sino-brasileira; Advocacia especializada em negócios com a China.	Academia e Setor produtivo
Convidado 9	Especialista em negócios com a China; Pesquisas em comportamento para negócios.	Setor produtivo
Convidado 10	Militar; Pesquisas sobre conhecimento mútuo entre os militares do Brasil e da RPC.	Forças Armadas
Convidado 11	Militar; Alto cargo na gerência do CCIC.	Forças Armadas

**QUADRO 2.** Novos convidados para Delphi 2.

<sup>71</sup> A numeração e ordem atribuída a cada convidado não indicando qualquer diferenciação na relevância de sua participação, todos os convidados e, posteriormente, peritos, apresentam mesmo grau de importância para o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada.

Os novos convidados não retornaram e-mail de convite, tendo sido registrados como não interessados em participar. Dos seis que já haviam demonstrado interesse em integrar o grupo de peritos, quatro responderam ao questionário do Delphi 2 a tempo de terem suas respostas processadas para a fase seguinte, sendo eles os Convidados número 1, 2, 3 e 4, qualificados no Quadro 1. O convidado 7, respondeu ao questionário após a feitura do último Delphi e processamento das respostas para a Análise de Impactos Cruzados, portanto, suas contribuições foram empregadas apenas na fase de descrição e elaboração de cenários e , de modo geral, para a compreensão acerca das potencialidades acerca do objeto estudado.

O Delphi 2 foi composto por quatro questões abertas, as quais buscavam captar os principais acontecimentos futuros de interesse à relação entre as Marinhas da China e do Brasil que podem se concretizar até o ano de 2039. Os mesmos deveriam estar relacionados às variáveis de pesquisa, as quais foram indicadas no tópico anterior, sendo elas “Práticas de cooperação e intercâmbio entre os Ministérios de Defesa (ou congêneres)” e “Política Externa Chinesa”. Como “de interesse à relação”, entende-se aqueles acontecimentos que têm algum impacto na ou estão ligados à relação estudada e à tomada de decisão da Marinha Brasileira sobre e sob a mesma. Foi criada uma seção para cada variável de modo que ficasse segmentada a proposta de pensar as variáveis independentemente uma da outra. Para cada seção foram feitas as seguintes questões, consecutivamente:

- “Com base na sua experiência, conhecimentos e percepções, quais os principais acontecimentos futuros de interesse que podem se concretizar até o ano de 2039?”
- “Caso se sinta à vontade para tanto, deixe abaixo, por favor, suas justificativas para as indicações acima:”

Com o uso da frase inicial “Com base na sua experiência, conhecimentos e percepções”, buscou-se ratificar ao perito que a sua própria visão é a que se buscava levantar, não a de instituições ou grupos aos quais possa pertencer. Esta questão constava como de preenchimento obrigatório.

A segunda questão foi colocada como de preenchimento opcional e foi redigida de modo a deixar o perito a vontade sobre até que ponto gostaria de expor seu ponto de vista.

No Apêndice E consta cópia do texto do e-mail solicitando preenchimento do Delphi 2 das pessoas que já figuravam como peritos da pesquisa e no Apêndice F consta cópia do questionário referente ao Delphi 2.

As respostas obtidas nesta fase dentro do prazo de processamento foram as que seguem nos parágrafos abaixo.

Sob a variável “Práticas de cooperação e intercâmbio entre os Ministérios de Defesa (ou congêneres)”, os peritos indicaram, nos mesmos termos, a possível ocorrência dos seguintes acontecimentos futuros:

- “Incremento de visitas técnicas no setor engenharia”;
- “Fechamento do escritório da Embraer na RPC”;
- “Encerramento da cooperação CEBERS<sup>72</sup>”;
- “Pesca na ZEE brasileira por pescadores chineses”;
- “Uma vez que a cooperação contra crimes transnacionais entrou na pauta de discussão da última reunião do BRICS<sup>73</sup>, em novembro de 2019, no Brasil, e pelo constante interesse da Marinha da China em participar de uma Operação Naval conjunta com a Marinha do Brasil, acredito na concretização de um exercício naval conjunto envolvendo essas duas Marinhas nos próximos anos”;
- “Interesse do Brasil na expertise chinesa de operação de Navios-Aeródromos STOBAR”;
- “Interesse do Brasil na expertise chinesa na operação de submarinos com propulsão nuclear”;
- “Interesse do Brasil na expertise chinesa em Guerra Cibernética”;

Parte das indicações acima, em conjunto com as justificativas dadas para as mesmas por parte dos peritos, podem apontar para uma interpretação que considera o desenvolvimento tecnológico chinês e consequente obsolescência do Brasil em relação a ele, um fator duplo que pode influenciar na escolha de quais serão os objetos de intercâmbio e cooperação entre os países. Neste sentido, um eventual aumento do gap tecnológico entre eles poderia afetar negativamente o equilíbrio da relação cooperativa, este entendido no significado de ambos terem condições de determinar, conjuntamente, as janelas e portas de oportunidades que serão abertas e aproveitadas no seu relacionamento.

Outra interpretação possível trazida pelas opiniões e informações coletadas levam para o entendimento de que a relação sino-brasileira em seu recorte de Defesa tende a seguir uma

---

<sup>72</sup> Refere-se ao programa de construção de satélites sino-brasileiros, China-Brazil Earth Resources Satellite (CBERS) ou Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres.

<sup>73</sup> Refere-se ao grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e a África do Sul.

linha voltada ao desenvolvimento de produtos de interesse à área, o que levaria a observarmos a possibilidade de uma crescente nos projetos conjuntos com este fim.

Cabe destaque especial, também, entendimento de que a relação e intercâmbios da RPC com o Brasil podem ser vistos pela segunda como uma oportunidade de se fazer presente no Atlântico Sul, área que, segundo as hipóteses levantadas na questão a ser tratada a seguir, terá, cada dia mais, o interesse e a presença da China.

Tratando-se da outra variável de estudo, “Política Externa Chinesa”, as respostas obtidas como hipóteses de futuro foram as seguintes:

- A influência chinesa na América Latina e na África deve se ampliar;
- Incremento da presença naval chinesa no Atlântico, limitada à margem africana;
- A China poderá adotar uma política externa no mar de intervenção num ambiente de Guerra Híbrida;
- Uma vez que a cooperação contra crimes transnacionais entrou na pauta de discussão da última reunião do BRICs, em novembro de 2019, no Brasil, e pelo constante interesse da Marinha da China em participar de uma Operação Naval conjunta com a Marinha do Brasil, acredito na concretização de um exercício naval conjunto envolvendo essas duas Marinhas nos próximos anos;
- A China vai consolidar sua presença, principalmente por meio da sua Marinha, em todo o Oceano Índico e passará a atuar, ostensivamente, no oceano Atlântico Sul, principalmente na costa oeste africana.

Considerando as justificativas dadas para as indicações acima, destaca-se como mencionada por mais de um perito o aumento e consolidação da presença da China no continente Africano, especialmente nas suas áreas mais ao sul. Neste sentido, verifica-se percepção de que o Atlântico pode se tornar uma área de maior cobiça a grandes potências, agora desbravando os limites marítimos e as inovações referentes a seu uso e exploração. Neste sentido, retoma-se interpretação possível exposta anteriormente de que a relação da China com o Brasil, pode ser, para aquela, mais uma oportunidade de se consolidar nesta região de interesse.

Análise possível sobre a postura da China referente aos mares também se faz possível frente às respostas dadas pelos peritos. Indica-se uma China ofensiva no que se refere a fazer-se presente e atuante em diversos oceanos e regiões. Em harmonia com a Estratégia de Defesa chinesa que, apesar de prever forças que prezam pela cooperação, também prevê e prepara forças capazes de se fazerem ativas em ambientes de alto nível de belicosidade, tenderia então

o país a ser ator de frente em questões referentes à segurança nos mares e ser ativo em caso de necessidade de usar da força para tingir interesses nacionais.

As contribuições do Convidado 7, corroboram interpretações acima e apontam para um quadro positivo de intercâmbio e, inclusive, aumento do conhecimento mútuo entre Brasil e China. No que se refere à variável dos Ministérios, foram apontadas como hipóteses de futuro as seguintes: “Aumento da participação de militares brasileiros em cursos na China, estabelecimento de exercícios conjuntos”.

Coloca-se que o baixo custo do envio de militares para intercâmbio fará com que este seja uma das principais formas de desenvolver as pontes de intercâmbio existentes neste setor e de promover uma maior valorização ao ato de conhecer o seu parceiro e suas particularidades.

Acerca da outra variável foi apontado o “Aumento da presença de atores chineses em setores estratégicos no Brasil tais como energia e telecomunicações.”

No entendimento deste perito, o aumento da importância do Brasil para a China levará o país a se fazer mais presente no país, o que estará atrelado ao maior interesse chinês na América Latina em geral.

Sobre a nomenclatura utilizada no Delphi para indícios de futuro, os acontecimentos futuros levantados em um estudo prospectivo recebem diversos nomes na literatura da área, alguns deles são: evento, semente de futuro, hipótese. O presente trabalho optou por adotar o termo acontecimento futuro hipotético e suas variações, além de hipótese e hipótese de futuro. O primeiro termo foi cunhado sob os ensinamentos de Michel Godet. Ele foi assim elaborado para que os peritos pudessem melhor entender o que se desejava levantar, pois, por fim, o que um estudo prospectivo levanta, neste caso, são acontecimentos ou fatos (*lato sensu*) que supostamente podem acontecer no futuro.

Destaca-se que se optou por não empregar a palavra “fato” para que não fosse equivocadamente confundida com o “fato portador de futuro”, que, na verdade é uma espécie de indício de futuro ou semente de futuro. O esforço metodológico exposto justifica-se na busca por passar a ideia de um acontecimento futuro geral de interesse ao estudo, independentemente, de suas classificações.

Uma vez levantadas as respostas dos peritos no que se refere aos principais acontecimentos hipotéticos de interesse, a fase seguinte foi a de coletar dos mesmos a probabilidade de ocorrência destes acontecimentos e sua relação com os demais.

### 3.7. Levantamento da probabilidade de ocorrência das hipóteses e dos impactos que uma exerce sobre a outra

Após coletadas as principais hipóteses de futuro, foram levantadas informações demandadas pela Análise de Impactos Cruzados, fase seguinte da pesquisa. Frente a isto, novo Delphi (Delphi 3) teve como objetivo levantar a probabilidade de ocorrência de cada hipótese apresentada (probabilidade simples ou isolada) e o impacto que a ocorrência de cada hipótese exerce sobre a probabilidade de ocorrência da outra (probabilidade condicional positiva).

Para a elaboração do conteúdo a ser apresentado no presente Delphi, as respostas dos peritos no Delphi 2 foram analisadas e, com base nestas e nos conhecimentos levantados pelo estudo contextual e detalhado do objeto, foram unidas hipóteses similares, selecionadas e construídas formulações frasais objetivas que foram concebidas como acontecimentos futuros hipotéticos a serem avaliados no Delphi 3. Por fim, levou-se à análise dos peritos, 13 hipóteses, as quais seguem abaixo, sendo as de I a XIII referentes à variável dos Ministérios de Defesa e as seguintes referentes à Política Externa da China:

- I. Aumento de ao menos 40% no número de visitas técnicas no setor de engenharia naval, seja de chineses a brasileiros ou o contrário;
- II. Aumento de ao menos 40% no número de visitas técnicas no setor de engenharia ligado a sensoriamento remoto, seja de chineses a brasileiros ou o contrário;
- III. Fechamento do escritório da Embraer na República Popular da China;
- IV. Encerramento da cooperação sob o Acordo de Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto (*China-Brazil Earth Resources Satellite - CBERS*);
- V. Presença frequente de pescadores chineses na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira efetuando pesca ilegal;
- VI. Consolidação de um exercício naval conjunto periódico entre as Marinhas da China e do Brasil;
- VII. Intensificação do intercâmbio e cooperação sino-brasileiros em tema de construção e operação de submarinos com propulsão nuclear;
- VIII. Maior presença do tema guerra cibernética nas pautas de intercâmbio entre China e Brasil;
- IX. Intensificação da influência chinesa sobre os países da América Latina;
- X. Intensificação da influência chinesa sobre os países do continente africano;

- XI. A China vai consolidar sua presença em todo o Oceano Índico, principalmente por meio de sua Marinha;
- XII. Incremento na atuação das forças navais chinesas contra crimes transnacionais, primordialmente no Atlântico Sul, em especial, na costa do continente africano;
- XIII. A China adotará uma política externa marítima de intervenção frente a um ambiente de Guerra Híbrida.

No que se refere ao formato do questionário, a ordem de apresentação de cada hipótese levou em consideração a melhor combinação para que os peritos não fossem levados a avaliá-las considerando, automaticamente, as outras. Sobre as questões, primeiramente foram apresentadas as referentes às probabilidades isoladas de cada hipótese, depois, havia uma questão para cada hipótese, na qual deveria ser indicada a sua probabilidade frente a ocorrência de uma outra. Segue abaixo o cabeçalho geral referente a cada uma destas inquirições, respectivamente:

- “Considerando isoladamente cada hipótese apresentada abaixo, julgue qual é a probabilidade de sua ocorrência até o ano de 2039 (probabilidade simples). O parâmetro de julgamento será a atribuição dos números de 1 a 5, onde 1 é muito pouco provável e 5 extremamente provável”;
- “Considerando uma hipótese em relação a outra, julgue abaixo qual é a nova probabilidade de ocorrência da primeira até o ano de 2039 se a segunda hipótese indicada acontecer (probabilidade condicional). O parâmetro de julgamento será a atribuição dos números de 1 a 5, onde 1 é muito pouco provável e 5 muito provável”

O parâmetro de julgamento indicado aos peritos foram os números de um a cinco, no qual 1 era a mínima probabilidade e 5 a mais elevada. Cada número foi utilizado no presente trabalho como correspondendo aos seguintes juízos respectivamente: muito pouco provável; pouco provável; provável; muito provável; extremamente provável. Na conversão para decimais, os números 1 a 5 corresponderam aos seguintes, respectivamente: 0,1; 0,3; 0,5; 0,7; 0,9. Optou-se por esta conversão por ser a mais indicada para os cálculos de impactos que serão detalhados nos tópicos seguintes. A referência utilizada para estas escolhas foi o recorte metodológico sugerido por Michel Godet em seu site *La Prospective* ao tratar do software Smic<sup>74</sup> e os ensinamentos de Theodore Gordon(2009), que estipula que as contas sugeridas por

---

<sup>74</sup> Disponível em: <http://pt.lapropective.fr/metodos-da-prospectiva/software----versao-novem/18-prob-expert.html>

ele devem ser feitas com números de 0 a 1. Não foi possível colocar em apêndice o questionário do Delphi 3 devido a erros na conversão do documento de PDF para WORD, porém, o mesmo pode ser compartilhado mediante solicitação. No Apêndice G consta e-mail através do qual os peritos receberam link de acesso ao questionário.

Para esta última fase de consulta a peritos, optou-se por convidar, novamente, apenas os seis que já haviam aceitado contribuir com o trabalho, de modo que fosse mantida uma linha contínua à construção do conhecimento almejado. Destes seis (Convidados de 1 a 4, 6 e 7), quatro atenderam ao questionário, os mesmos do Delphi anterior, Convidados 1, 2, 3 e 4.

As probabilidades isoladas levantadas no questionário constam no quadro abaixo, assim como a média das respostas dadas (Quadro 3).

	<b>HIPÓTESE</b>	Convidado 1	Convidado 2	Convidado 3	Convidado 4	<b>Média</b>
I	Aumento de ao menos 40% no número de visitas técnicas no setor de engenharia naval, seja de chineses a brasileiros ou o contrário;	4	3	1	2	<b>2,5</b>
II	Aumento de ao menos 40% no número de visitas técnicas no setor de engenharia ligado a sensoriamento remoto, seja de chineses a brasileiros ou o contrário.	4	2	3	3	<b>3</b>

III	Fechamento do escritório da Embraer na República Popular da China.	1	4	4	4	<b>3,25</b>
IV	Encerramento da cooperação sob o Acordo de Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto (China-Brazil Earth Resources Satellite - CBERS).	3	4	2	2	<b>2,75</b>
V	Presença frequente de pescadores chineses na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira efetuando pesca ilegal.	5	4	3	4	<b>4</b>
VI	Consolidação de um exercício naval conjunto periódico entre as Marinhas da China e do Brasil.	3	2	3	3	<b>2,75</b>
VII	Intensificação do intercâmbio e cooperação sino-	3	1	2	2	<b>2</b>

	brasileiros em tema de construção e operação de submarinos com propulsão nuclear.					
VII I	Maior presença do tema guerra cibernética nas pautas de intercâmbio entre China e Brasil.	1	3	4	3	<b>2,75</b>
IX	Intensificação da influência chinesa sobre os países da América Latina.	5	5	5	4	<b>4,75</b>
X	Intensificação da influência chinesa sobre os países do continente africano.	5	4	5	5	<b>4,75</b>
XI	A China vai consolidar sua presença em todo o Oceano Índico, principalmente por meio de sua Marinha.	4	3	4	5	<b>4</b>
XII	Incremento na atuação das forças navais chinesas contra crimes transnacionais, primordialmente no Atlântico Sul, em	2	4	4	3	<b>3,25</b>

	especial, na costa do continente africano.					
XII I	A China adotará uma política externa marítima de intervenção frente a um ambiente de Guerra Híbrida.	3	4	2	3	<b>3</b>

**QUADRO 3.** Probabilidade isolada das principais hipóteses das variáveis de estudo. (Desenvolvido pela autora)

Os números acima indicam que, para a variável dos ministérios, as hipóteses com maior probabilidade de ocorrência são, respectivamente, a II, a III e a V. No que se refere à outra variável, as que se destacam são a IX, a X e a XI.

As médias das probabilidades condicionais positivas baseadas no Delphi 3 formam o que é chamado de Matriz de Impactos Cruzados, esta indica a nova probabilidade de cada hipótese ocorrer uma vez que se considere a ocorrência de outra. A matriz obtida com os dados fruto do Delphi 3 encontram-se no Quadro 4, a probabilidade simples está indicada na coluna “Isolada” e a numeração considerada é a de 0 a 1, em decimais.

Base	Isolada	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII
I	0,4		0,45	0,25	0,3	0,45	0,45	0,55	0,35	0,55	0,45	0,45	0,35	0,3
II	0,5	0,45		0,35	0,25	0,5	0,45	0,45	0,35	0,55	0,5	0,45	0,4	0,3
III	0,55	0,7	0,55		0,7	0,75	0,6	0,55	0,55	0,6	0,75	0,65	0,7	0,65
IV	0,45	0,5	0,45	0,5		0,55	0,4	0,35	0,35	0,45	0,5	0,5	0,4	0,45
V	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5		0,35	0,45	0,45	0,6	0,6	0,55	0,55	0,55
VI	0,45	0,6	0,5	0,35	0,4	0,5		0,45	0,4	0,65	0,55	0,45	0,55	0,35
VII	0,3	0,55	0,35	0,25	0,25	0,35	0,45		0,2	0,45	0,4	0,275	0,3	0,25
VIII	0,45	0,6	0,65	0,4	0,3	0,45	0,5	0,45		0,6	0,5	0,35	0,4	0,3
IX	0,85	0,75	0,7	0,4	0,4	0,75	0,7	0,6	0,55		0,7	0,55	0,6	0,55
X	0,85	0,65	0,65	0,5	0,55	0,7	0,6	0,5	0,5	0,7		0,6	0,55	0,55
XI	0,7	0,6	0,6	0,5	0,55	0,7	0,55	0,5	0,5	0,65	0,65		0,6	0,6
XII	0,55	0,7	0,7	0,55	0,6	0,75	0,75	0,6	0,55	0,75	0,75	0,6		0,65
XIII	0,5	0,4	0,4	0,3	0,35	0,55	0,4	0,3	0,3	0,45	0,45	0,45	0,35	

**QUADRO 4.** Matriz de Impactos Cruzados: Probabilidades isoladas e condicionais positivas das hipóteses selecionadas no Delphi 3. (Desenvolvido pela autora)

As informações acima foram empregadas nas análises descritas no subtópico que segue.

### 3.8. A análise de Impactos Cruzados

O objetivo de uma Análise de Impactos Cruzados é entender a probabilidade de ocorrência de uma hipótese de futuro considerando a existência das outras hipóteses que também foram selecionadas como de interesse ao recorte contextual no qual ela se encontra e sob o qual é observada em determinado estudo. Considerando esta ideia geral e as possibilidades trazidas pela ferramenta metodológica em questão, nesta pesquisa optou-se por focar sua análise nos seguintes procedimentos: verificação de consistência da probabilidade condicional, análise de sensibilidade das hipóteses e elaboração de matriz de dependência e motricidade.

Os dois primeiros procedimentos descritos acima foram baseados nos ensinamentos de Theodore Gordon (2009). O autor afirma ser possível calcular a probabilidade de ocorrência de uma hipótese considerada a ocorrência de outra (probabilidade condicional), assim como avaliar a consistência do dado gerado. Para isto, bastaria ter a probabilidade isolada dos dois eventos ou hipóteses. A matemática apresentada por ele funciona da seguinte forma:

$P(1)$  = probabilidade de que 1 ocorrerá;

$P(2)$  = probabilidade de que 2 ocorrerá;

$P(1/2)$  = probabilidade de 1 se 2 ocorrer (probabilidade condicional positiva);

$P(2c)$  = probabilidade de que 2 não vai ocorrer (probabilidade condicional negativa);

$P(1/2c)$  = probabilidade de 1 se 2 não ocorrer;

Sabe-se que:  $P(2c) = 1 - P(2)$ ;

Sabe-se que:  $P(1) = P(2) \times P(1/2) + P(2c) \times P(1/2c)$ ;

Portanto:  $P(1/2) = \{P(1) - P(2c) \times P(1/2c)\} / P(2)$ .

Estes cálculos permitiriam a chegada até os números estimados de probabilidade condicional e outros, sendo capaz de indicar um número máximo e mínimo possíveis para a probabilidade calculada.

No presente trabalho, tanto a  $P(1)$  e a  $P(2)$  (Quadro 3) quanto a  $P(1/2)$  (Quadro 4) foram levantadas através de consulta a peritos e optou-se por não se ater à  $P(1/2c)$  para a análise sugerida, portanto, o único cálculo empregado foi o dos limites da  $P(1/2)$ .

O teste de consistência é baseado na equação seguinte:

$$\{P(1) - P(2c)\} / P(2) \leq P(1/2) \leq P(1) / P(2)$$

Apresentada por Gordon (2009, p. 6), ela estipula os limites para a probabilidade condicional de uma hipótese em relação a outra, de modo que possa ser analisado se as dadas estão dentro dos extremos estimados. Para a conta foi utilizada a “Matriz para Cálculo automático de limites”, produzida por Vinícius Janick (2019), a qual foi desenvolvida sob os ensinamentos e fórmulas do autor supracitado. No quadro 5, inspirado no layout do programa, os limites obtidos são apresentados.

			I	II	III	IV	V	VI	VII	VII I	IX	X	XI	XII	XII I
		<b>Inicial</b> <sup>75</sup>	0,4 0	0,5 0	0,5 5	0,4 5	0,7 0	0,4 5	0,3 0	0,4 5	0,8 5	0,8 5	0,7 0	0,5 5	0,5 0
I	Visita Engenharia naval	0,40	x	0 / 1	0 / 1	0 / 1	0,25 / 1	0 / 1	0 / 0,75	0 / 1	0,63 / 1	0,63 / 1	0,25 / 1	0 / 1	0 / 1
II	Visita sensoriamento	0,50	0 / 0,8	x	0,1 / 1	0 / 0,9	0,4 / 1	0 / 0,9	0 / 0,6	0 / 0,9	0,7 / 1	0,7 / 1	0,4 / 1	0,1 / 1	0 / 1
III	Fechamento Embraer China	0,55	0 / 0,73	0,09 / 0,91	x	0 / 0,82	0,45 / 1	0 / 0,82	0 / 0,55	0 / 0,82	0,73 / 1	0,73 / 1	0,45 / 1	0,18 / 1	0,09 / 0,91
IV	Encerramento CBERS	0,45	0 / 0,89	0 / 1	0 / 1	x	0,33 / 1	0 / 1	0 / 0,67	0 / 1	0,67 / 1	0,67 / 1	0,33 / 1	0 / 1	0 / 1
V	Pesqueiros chineses no Brasil	0,70	0,14 / 0,57	0,29 / 0,71	0,36 / 0,79	0,21 / 0,64	x	0,21 / 0,64	0 / 0,43	0,21 / 0,64	0,79 / 1	0,79 / 1	0,57 / 1	0,36 / 0,79	0,29 / 0,71
VI	Exercício naval conjunto Brasil China	0,45	0 / 0,89	0 / 1	0 / 1	0 / 1	0,33 / 1	x	0 / 0,67	0 / 1	0,67 / 1	0,67 / 1	0,33 / 1	0 / 1	0 / 1
VII	Intercâmbio submarino propulsão nuclear	0,30	0 / 1	0 / 1	0 / 1	0 / 1	0 / 1	0 / 1	x	0 / 1	0,5 / 1	0,5 / 1	0 / 1	0 / 1	0 / 1
VII I	Intercâmbio tema guerra cibernética	0,45	0 / 0,89	0 / 1	0 / 1	0 / 1	0,33 / 1	0 / 1	0 / 0,67	x	0,67 / 1	0,67 / 1	0,33 / 1	0 / 1	0 / 1

<sup>75</sup> Probabilidade inicial.

IX	China influência América Latina	0,85	0,29 / 0,47	0,41 / 0,59	0,47 / 0,65	0,35 / 0,53	0,65 / 0,82	0,35 / 0,53	0,18 / 0,35	0,35 / 0,53	X	0,82 / 1	0,65 / 0,82	0,47 / 0,65	0,41 / 0,59
X	China influência África	0,85	0,29 / 0,47	0,41 / 0,59	0,47 / 0,65	0,35 / 0,53	0,65 / 0,82	0,35 / 0,53	0,18 / 0,35	0,35 / 0,53	0,82 / 1	X	0,65 / 0,82	0,47 / 0,65	0,41 / 0,59
XI	China presente no Índico com sua Marinha	0,70	0,14 / 0,57	0,29 / 0,71	0,36 / 0,79	0,21 / 0,64	0,57 / 1	0,21 / 0,64	0 / 0,43	0,21 / 0,64	0,79 / 1	0,79 / 1	X	0,36 / 0,79	0,29 / 0,71
XII	China e sua Marinha contra crimes transnaciona is	0,55	0 / 0,73	0,09 / 0,91	0,18 / 1	0 / 0,82	0,45 / 1	0 / 0,82	0 / 0,55	0 / 0,82	0,73 / 1	0,73 / 1	0,45 / 1	X	0,09 / 0,91
XII I	China política marítima intervencion ista	0,50	0 / 0,8	0 / 1	0,1 / 1	0 / 0,9	0,4 / 1	0 / 0,9	0 / 0,6	0 / 0,9	0,7 / 1	0,7 / 1	0,4 / 1	0,1 / 1	X

**QUADRO 5.** Probabilidades isoladas e limites das condicionais das hipóteses selecionadas no Delphi 3.

Uma vez levantados os limites das P (1/2), a verificação de consistência indica que as probabilidades condicionais passam a ser as que seguem no quadro abaixo, as probabilidades que diferem das anteriormente indicadas estão em azul:

Base	Isolada	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII
I	0,4		0,45	0,25	0,3	0,45	0,45	0,55	0,35	0,63	0,63	0,45	0,35	0,3
II	0,5	0,45		0,35	0,25	0,5	0,45	0,45	0,35	0,7	0,7	0,45	0,4	0,3
III	0,55	0,7	0,55		0,7	0,75	0,6	0,55	0,55	0,73	0,75	0,65	0,7	0,65
IV	0,45	0,5	0,45	0,5		0,55	0,4	0,35	0,35	0,67	0,67	0,5	0,4	0,45
V	0,7	0,57	0,6	0,5	0,5		0,35	0,43	0,45	0,79	0,79	0,55	0,55	0,55
VI	0,45	0,6	0,5	0,35	0,4	0,5		0,45	0,4	0,67	0,67	0,45	0,55	0,35
VII	0,3	0,55	0,35	0,25	0,25	0,35	0,45		0,2	0,45	0,4	0,275	0,3	0,25
VIII	0,45	0,6	0,65	0,4	0,3	0,45	0,5	0,45		0,67	0,5	0,35	0,4	0,3
IX	0,85	0,47	0,59	0,47	0,4	0,75	0,53	0,35	0,53		0,82	0,65	0,6	0,55
X	0,85	0,47	0,59	0,5	0,53	0,7	0,53	0,35	0,5	0,82		0,65	0,55	0,55

XI	0,7	0,57	0,6	0,5	0,55	0,7	0,55	0,43	0,5	0,79	0,79		0,6	0,6
XII	0,55	0,7	0,7	0,55	0,6	0,75	0,75	0,55	0,55	0,75	0,75	0,6		0,65
XIII	0,5	0,4	0,4	0,3	0,35	0,55	0,4	0,3	0,3	0,7	0,7	0,45	0,35	

**QUADRO 6.** Matriz de impactos cruzados: Probabilidades isoladas e condicionais verificadas.

Nos casos em que a P (1/2) não condizia com os limites, se fosse menor do que o mínimo, passou-se a considerar o número deste, se ultrapassasse o máximo, esse foi o que passou a ser considerado. Exemplo: se o limite é ,045 a 0,8 e a P(1/2) média dos peritos é 0,4, após a verificação, a P(1/2) média a ser considerada passou a ser 0,45; se o limite é 0,1 a 0,55 e a P(1/2) dada é 0,7, o valor a ser considerado passa a ser 0,55.

Uma vez calibradas as probabilidades condicionais, analisou-se o grau de variação destas em relação às probabilidades isoladas, considerando o módulo da diminuição desta pela primeira. Este cálculo foi insumo para que se chegasse ao nível de motricidade e dependência de uma hipótese e fosse verificado o quão sensível ela é a cada um de seus pares. As variações seguem no quadro abaixo.

	Isolada	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII
I	0,4		+0,05	-0,15	-0,1	+0,05	+0,05	+0,15	-0,05	+0,23	+0,23	+0,05	-0,05	-0,1
II	0,5	-0,05		-0,15	-0,25	0	-0,05	-0,05	-0,15	+0,2	+0,2	-0,05	-0,1	-0,2
III	0,55	+0,15	0		+0,15	+0,2	+0,05	0	0	+0,18	+0,2	+0,1	+0,15	+0,1
IV	0,45	+0,05	0	+0,05		+0,1	-0,05	-0,1	-0,1	+0,22	+0,22	+0,05	-0,05	0
V	0,7	-0,13	-0,1	-0,2	-0,2		-0,35	-0,27	-0,25	+0,09	+0,09	-0,15	-0,15	-0,15
VI	0,45	+0,15	+0,05	-0,1	-0,05	+0,05		0	-0,05	+0,22	+0,22	0	+0,1	-0,1
VII	0,3	+0,25	+0,05	-0,05	-0,05	+0,05	+0,15		-0,1	+0,15	+0,1	-	0	-0,05
VIII	0,45	+0,15	+0,2	-0,05	-0,15	0	+0,05	0		+0,22	+0,05	-0,1	-0,05	-0,15
IX	0,85	-0,38	-0,26	-0,38	-0,45	-0,1	-0,32	-0,5	-0,32		-0,03	-0,2	-0,25	-0,3
X	0,85	-0,38	-0,26	-0,35	-0,32	-0,15	-0,32	-0,5	-0,35	-0,03		-0,2	-0,3	-0,3
XI	0,7	-0,13	-0,1	-0,2	-0,15	0	-0,15	-0,27	-0,2	+0,09	+0,09		-0,1	-0,1
XII	0,55	+0,15	+0,15	0	+0,05	+0,2	+0,2	0	0	+0,2	+0,2	+0,05		+0,1
XIII	0,5	-0,1	-0,1	-0,2	-0,15	+0,05	-0,1	-0,2	-0,2	+0,2	+0,2	-0,05	-0,15	

**QUADRO 7.** Variação Entre probabilidade simples e probabilidade condicional positiva.

Conforme dito anteriormente, as probabilidades e variações levantadas, serviram de insumo para análise de quais hipóteses mais se relacionam entre si, no sentido de terem mais sensibilidade uma a outra. Quanto mais sensível, mais próximas são. Este dado auxilia na construção dos grupamentos de acontecimentos futuros que integrarão os cenários a serem

desenvolvidos. Os dados acima apontam que cada hipótese é mais e menos sensível e, logo, recebe maior e menor influência das seguintes:

- Hipótese I: Mais sensível às IX e X; menos sensível às V, VI, XI e XII;
- Hipótese II: Mais sensível à IV; menos sensível à V;
- Hipótese III: Mais sensível às V e X; menos sensível às II, VII e VIII;
- Hipótese IV: Mais sensível às IX e X; menos sensível às II e XIII;
- Hipótese V: Mais sensível à VI; menos sensível às IX e X;
- Hipótese VI: Mais sensível às IX e X; menos sensível às VII e XI;
- Hipótese VII: Mais sensível à I; menos sensível à XII;
- Hipótese VIII: Mais sensível à IX; menos sensível às V e VII;
- Hipótese IX: Mais sensível à VII; menos sensível à X;
- Hipótese X: Mais sensível à VII; menos sensível à IX;
- Hipótese XI: Mais sensível à VII; menos sensível à V;
- Hipótese XII: Mais sensível às V, VI, IX e X; menos sensível às III, VII e VIII;
- Hipótese XIII: Mais sensível às III, VII, VIII, IX e X; menos sensível às V e XI.

Sob esta perspectiva, as hipóteses IX e X são as que têm maior influência na maioria dos casos, sendo elas, respectivamente a “Intensificação da influência chinesa sobre os países da América Latina” e a “Intensificação da influência chinesa sobre os países do continente africano”.

A hipótese que menos influencia a maioria dos casos é a V, que é a “Presença frequente de pesqueiros chineses na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira efetuando pesca ilegal”.

### 3.8.1. Matriz de Motricidade e Dependência

De acordo com explanações acima, considerando as variações no Quadro 7, chega-se aos números que indicam o quanto uma hipótese influencia na probabilidade da outra (motricidade - M) e o quanto ela é influenciada (dependência - D). Para o primeiro, soma-se o módulo dos decimais contidos na coluna referente a cada hipótese do quadro, para o segundo, soma-se a linha. O resultado destas contas consta no Quadro 8.

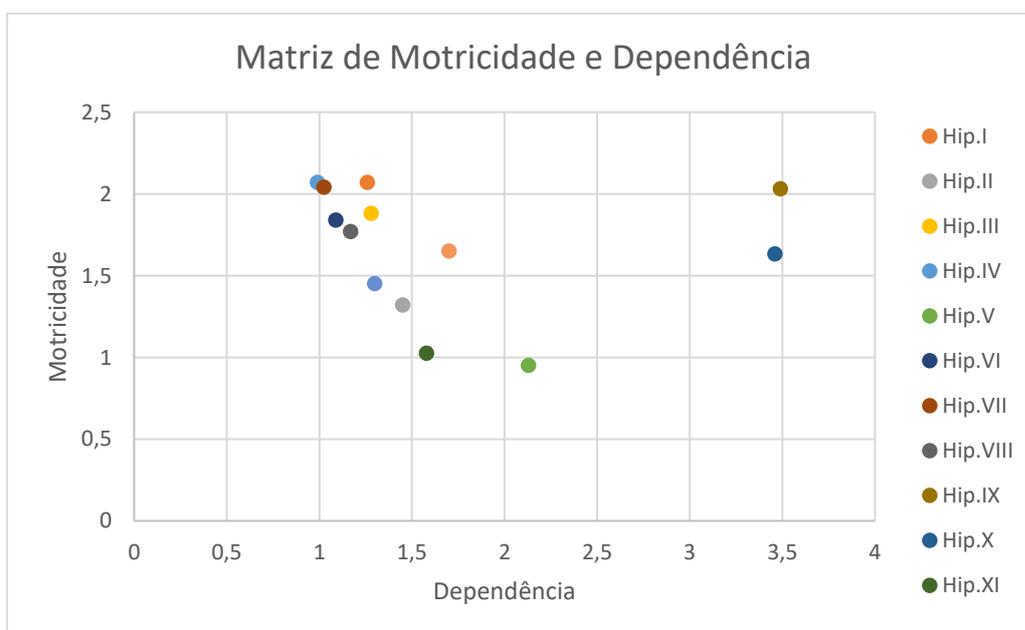
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII
M	2,07	1,32	1,88	2,07	0,95	1,84	2,04	1,77	2,03	1,632	1,025	1,45	1,65
D	1,26	1,45	1,28	0,99	2,13	1,09	1,025	1,17	3,49	3,46	1,58	1,3	1,7

**QUADRO 8.** Motricidade e Dependência das hipóteses de estudo.

Com base nas quantificações dos últimos dois quadros, pode-se concluir que as hipóteses com maior poder de influência (M) são as I e IV, respectivamente, o “Aumento de ao menos 40% no número de visitas técnicas no setor de engenharia naval, seja de chineses a brasileiros ou o contrário” e o “Encerramento da cooperação sob o Acordo de Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto (China-Brazil Earth Resources Satellite - CBERS)”.

A hipótese mais passível a impactos e, logo, com maior dependência às outras é a IX, seguida pela X.

Com base no Quadro 8, foi desenvolvida uma matriz de motricidade e dependência, ela tem por fim compreender a relevância ou características das hipóteses com base no poder de influência que têm (motricidade) e no grau de impacto que sofrem (dependência) frente às outras hipóteses consideradas. Ela encontra-se abaixo como Gráfico 1.



**GRÁFICO 1.** Matriz de Motricidade e Dependência das hipóteses de estudo. (Desenvolvido pela autora)

Michel Godet ensina que em uma matriz de influência e dependência, o local dos elementos, que ele chama de variáveis, indica cinco situações distintas, sendo elas as que seguem:

As variáveis de entrada (1) são muito influentes e pouco dependentes; elas são consideradas como principalmente explicativas do sistema estudado. Elas condicionam-lhe a dinâmica de conjunto. Logo que isso é possível, estas variáveis são objecto de acções prioritárias.

As variáveis de ligação (2) são, ao mesmo tempo, muito influentes e muito dependentes. Elas são, por natureza, muito instáveis. Toda a acção sobre elas terá, ao mesmo tempo, repercussões sobre outras variáveis e efeitos de retroacção sobre elas próprias, modificando assim profundamente a dinâmica global do sistema.

As variáveis-resultado (3) são pouco influentes e muito dependentes. A sua evolução explica-se pelos impactos provenientes de outras variáveis, principalmente das variáveis de entrada e de ligação.

As variáveis do pelotão (5) não são suficientemente características em termos de influência e dependência para que seja possível tirar uma conclusão sobre o seu papel no sistema.

(DURANCE, GODET, 2011. P. 66)

A matriz apresentada pelo autor indica a localização de cada tipo de variável, abaixo consta cópia dela (Figura 2).

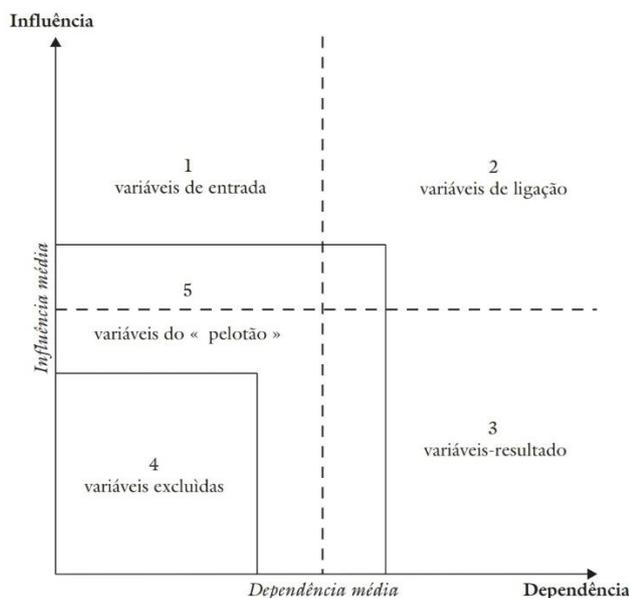


Figura 2. Matriz influência e dependência, Durance & Godet, 2011, p. 65

Frente a estes ensinamentos e o resultado obtido com a matriz do Gráfico 1, as hipóteses do trabalho são classificadas da seguinte forma:

- De entrada: I, III, IV, VI, VII, VIII;
- De ligação: IX e X;
- De resultado: nenhuma;
- Do pelotão: V, XI, II, XII, XIII.

Após os procedimentos descritos acima, a pesquisa passou para a fase de elaboração dos cenários futuros possíveis a serem destacados pelo presente TCM, utilizando dos insumos e subprodutos produzidos até este momento relatado.

### 3.9. Elaboração dos cenários

Esta fase é a que dá nome ao método utilizado e que molda todos os dados, informações e conhecimentos levantados e adquiridos no decorrer da pesquisa prospectiva. Nela todos os subprodutos se transformam em um produto final com aplicabilidade e de fácil compreensão a seus destinatários diretos e indiretos.

Para esta etapa, de início precisou-se selecionar quais hipóteses seriam trabalhadas juntamente na construção dos cenários, para tanto, aplicou-se a ferramenta metodológica Análise Morfológica, a qual foi alimentada com os insumos produzidos pela fase de Análise de Impactos, primordialmente, pela matriz de motricidade e dependência.

Acerca da quantidade de cenários a serem desenvolvidos por um estudo, Elaine Marcial e Raul Grumbach ensinam que podem ser elaborados três seguindo a seguinte tipologia: mais provável (maior probabilidade de ocorrência); ideal (condições favoráveis ao demandante ou ator de interesse no estudo) e cenário tendência (segue os indícios levantados no passado e no presente sem grandes surpresas). No cenário mais favorável, os autores dizem que pode existir três tipos de acontecimentos, os “desfavoráveis fora da área de competência da organização”, os “desfavoráveis dentro da área de competência da organização”; e “os favoráveis, dentro ou fora da área de competência da organização”. Os primeiros deveriam, segundo eles, ser o foco inicial dos cenários de maior probabilidade de ocorrência. (MARCIAL, GRUMBACH. 2006, p. 123).

Para Charles Roxburgh, o ideal é que sejam elaborados quatro cenários, ele afirma o seguinte:

A scenario set should always contain at least four alternatives. Show three and people always pick the middle one. Four forces them to discover which way they truly lean—na important input into the discussion. Two is always too few unless there is only one big swing factor affecting the situation<sup>76</sup>.  
(ROXBURGH, 2009. p. 8)

---

<sup>76</sup> Tradução livre: Um conjunto de cenários sempre deve conter pelo menos quatro alternativas. Mostre três e as pessoas sempre escolhem a do meio. Quatro os obriga a descobrir para que lado eles realmente se inclinam - uma contribuição importante para a discussão. Dois são sempre muito poucos, a menos que haja apenas um grande fator de oscilação que afeta a situação.

Considerando as colocações acima e desenvolvendo as ideias para adequabilidade ao presente estudo, optou-se por elaborar quatro cenários, sendo um mais provável, um ideal, um de tendência e um de rupturas. Marcial e Grumbach colocam que no cenário mais provável, será traçado o cenário indicado por software de probabilidade, porém, o presente tratará como mais prováveis os que reúnem as hipóteses de maior motricidade. Os procedimentos de escolha das hipóteses que compõem estes cenários são relatados no próximo subtópico, eles foram realizados com o emprego da Análise Morfológica.

### 3.9.1. Análise Morfológica

Esta análise tem por fim selecionar conjuntos de hipóteses que dialogam entre si de forma a terem seu uso considerado para a elaboração de um cenário futuro. Através da estipulação de critérios de escolha escalonados, criam-se sistemas, que classificam e separam os elementos de modo organizando e lógico, facilitando a escolha. Os critérios de escolha estipulados foram os seguintes: divisão das hipóteses quanto à variável à qual se ligam; o grau de motricidade e dependência e a classificação de Durance e Godet referente à mesma (de entrada, de ligação, do pelotão, resultado); classificação exposta acima para os acontecimentos do cenário mais provável (Marcial e Grumbach); a probabilidade simples de ocorrência e a sensibilidade de uma hipótese frente a outra.

Considerando as delimitações acima, seguiu-se os seguintes passos na seleção de hipóteses por cenário:

- Para o cenário mais provável: quatro variáveis mais motrizes (I, III, IV e VII); hipótese da variável Política Externa da China (PEC) com variação positiva da probabilidade (aumento) frente a ocorrência das motrizes selecionadas e vice-versa (XII);
- Para cenário ideal: serem favoráveis; hipóteses de ambas as variáveis; escolha das com variação mais positiva da probabilidade de ocorrência. (VI, VII, IX, X);
- Para cenários de tendência: acontecimentos que seguem linha de continuidade ou previsibilidade traçada a partir do quadro atual do objeto e variáveis; hipóteses de ambas as variáveis; ter variável de entrada (I, II, VI, VIII, IX, X);
- Para cenários de ruptura: hipóteses que trazem acontecimentos que rompem com o quadro atual e suas tendências; hipóteses de ambas as variáveis; ter variável de entrada (III, IV, V, XI, XIII);

Segue abaixo quadro de classificação das hipóteses do estudo e indicação de qual compõe cada cenário desenvolvido por esta pesquisa (Quadro 9):

Hip <sup>77</sup>	P	M	Cenário 1 (mais provável)	Cenário 2 (ideal)	Cenário 3 (tendência)	Cenário 4 (rupturas)	Fav.; Desf.Dentro, Desf.Fora	Ent., Lig., Pel.	Var.
I	0,4	2,07	X		X		Fav.Dentro	Ent	MD
II	0,5	1,32			X		Fav.Dentro	Pel	
III	0,55	1,88	X			X	Desf.Fora	Ent	
IV	0,45	2,07	X		X		Desf.Fora	Ent	
V	0,7	0,95				X	Desf.Fora	Pel	
VI	0,45	1,84				X	Fav.Dentro	Ent	
VII	0,3	2,04	X	X			Fav.Dentro	Ent	
VIII	0,45	1,77			X		Fav.Dentro	Ent	
IX	0,85	2,03		X	X		Fav.Fora	Lig	PEC
X	0,85	1,632		X	X		Fav.Fora	Lig	
XI	0,7	1,025				X	Desf.Fora	Pel	
XII	0,55	1,45	X				Fav.Dentro	Pel	
XIII	0,5	1,65				X	Desf.Dentro	Pel	

**QUADRO 9.** Classificação e uso das hipóteses em cada cenário.

### 3.9.2. Escolha do formato dos cenários

Optou-se por utilizar um formato de documento diplomático de comunicação oficial de funcionários estatais com o país de origem, chamado de Telegrama pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty). Será usada como referência, a forma indicada pela publicação desta instituição que instrui acerca da redação dos documentos oficiais. Nesta aprende-se o seguinte:

Na linguagem diplomática, são chamados telegramas os expedientes transmitidos dos postos no exterior para a chancelaria, na capital. Embora sejam mensagens

<sup>77</sup> Legenda do Quadro:

Hip = Hipótese;

P = Probabilidade;

M = Motricidade;

Fav = Favorável

Fav.Dentro = favorável dentro da área de competência da organização de interesse;

Fav.Fora = Favorável dentro da área de competência da organização de interesse;

Desf.Fora = Desfavorável fora da área de competência da organização de interesse;

Desf.Dentro= Desfavorável dentro da área de competência da organização de interesse;

Ent. = (variável) de entrada na matriz de motricidade e dependência;

Lig. = (variável) de ligação na matriz de motricidade e dependência;

Pel. = (variável) do pelotão na matriz de motricidade e dependência.

eletrônicas, mantêm, por tradição, o nome do sistema de envio de mensagens físicas.

No caso do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, são telegramas as comunicações eletrônicas transmitidas dos postos no exterior para Brasília (ou das unidades descentralizadas no Brasil – em estados brasileiros – para Brasília).

O telegrama é sempre assinado pelo chefe do posto (embaixador, representante permanente, cônsul-geral, cônsul, vice-cônsul, chefe de escritório, encarregado de negócios ou encarregado dos arquivos). Tem por finalidade dar conhecimento a Brasília de toda informação julgada relevante pelo chefe do posto, incluídos pedidos de instruções e as comunicações de rotina administrativas e consulares. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016. p. 41)

Esta escolha baseia-se em dois fatos, o primeiro refere-se à forma, conteúdo e objetivos deste tipo de documento e o segundo no tipo de destinatário para o qual é enviado.

Os telegramas diplomáticos são instrumentos de comunicação entre postos no exterior e Brasília. Apesar de poderem tratar de diversos temas, estas notas têm características interessantes no que se refere à possibilidade de não apenas descrever contextos e acontecimentos de uma atualidade de forma objetiva e informativa, mas, também, prestar contas e oferecer conselhos baseados em percepções autênticas de representantes nacionais em um país estrangeiro.

O segundo fato que justifica esta escolha metodológica é a familiaridade de atores e agentes de interesse do objeto desta pesquisa com o tipo de documento em questão. Adidos e militares que de algum modo se fazem presentes, em missão, no exterior têm, nesse, um meio oficial para se comunicar informações e demandas ao controle geral na capital de seu país. Uma vez que se pense o estudo prospectivo como processo que almeja desenvolver um produto com aplicabilidade, este, de todas as formas, deve ser pensado e concebido com respaldo nas práticas executadas e instrumentos utilizados pelos agentes e setores os quais pretende-se atingir e auxiliar.

Encerra-se então o relato da metodologia e métodos executados para dar destaque às potencialidades da relação entre as Marinhas do Brasil e da China e instrumentalizar atores de interesse, no próximo no capítulo, quarto e último, são apresentadas as descrições de cenários possíveis até 2039.

#### CAPÍTULO 4. OLHARES AO FUTURO: quatro cenários possíveis para 2039

A concretude de toda pesquisa está na chegada a seu produto final. Neste sentido, pode-se dizer que, para o estudo aqui exposto, os cenários apresentados no presente capítulo são o condensamento de todo o processo de levantamento e tratamento de dados, conhecimentos e informações diversas, todos ligados de alguma forma à relação entre as Marinhas da China e do Brasil.

Nos tópicos que seguem são apresentadas histórias de futuro capazes de causar as mais diversas reações entre os leitores, porém, cabe sempre ratificar que em um estudo prospectivo o objetivo não é dizer o óbvio assim como não é adivinhar ou acertar futuros. O objetivo é, sim, aguçar os olhos dos atores de interesse a possibilidades que, a partir do agora, se apresentam como oportunidades ou riscos passíveis de serem considerados nas tomadas de decisão ou análises sobre o objeto.

Conforme dito anteriormente, o formato escolhido para descrever os cenários foi o do telegrama diplomático, uma vez que, este, além de permitir detalhamento acerca de uma temática central, faz parte da realidade de atores de interesse e destinatários desta pesquisa prospectiva.

Sobre as hipóteses que compõem cada cenário prospectivo, as indicadas como centrais são as escolhidas sob o critério descrito no capítulo anterior, elas apontam as mensagens primordiais a serem passadas pelo cenário no qual se encontram. A(s) hipótese(s) guia é a que delimitou o aporte lógico principal, esta é, primordialmente, uma variável caracterizada como de entrada, tendo em vista sua maior motricidade, menor dependência e condão para traçar o contexto apresentado. As hipóteses subsidiárias são aquelas baseadas nas justificativas dadas pelos peritos, pelo conjunto de todas as hipóteses, incluindo as indicadas intempestivamente, e pelos conhecimentos e informações oriundos do estudo inicial sobre o objeto. Estas últimas concedem mais conteúdo ao desenvolvimento da narrativa.

Os quatro cenários apresentados são classificados, respectivamente, como mais provável (maior grau de possibilidade de ocorrência com base em critério pré-estabelecido), ideal (mais favorável ao destinatário do estudo e seus objetivos), de tendência (indica realidades previsíveis se considerada a constância do quadro atual do objeto) e de ruptura (traz acontecimentos que quebram a linha de tendência que pode ser traçada a partir do presente).

Considerando o abordado acima, nos tópicos que seguem estão descritas realidades possíveis até 2039 que contêm elementos de interesse aos tomadores de decisão brasileiros que atuam sob ou sobre a relação estudada.

#### 4.1. Cenário “A renovação que procede aos finais de ciclo”

Ficha técnica:

- Tipo: mais provável
- Hipóteses centrais:
  - I- Aumento de ao menos 40% no número de visitas técnicas no setor de engenharia naval, seja de chineses a brasileiros ou o contrário;
  - III- Fechamento do escritório da Embraer na República Popular da China;
  - IV- Encerramento da cooperação sob o Acordo de Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto (*China-Brazil Earth Resources Satellite - CBERS*);
  - VII- Intensificação do intercâmbio e cooperação sino-brasileiros em tema de construção e operação de submarinos com propulsão nuclear;
  - XII- Incremento na atuação das forças navais chinesas contra crimes transnacionais, primordialmente no Atlântico Sul, em especial, na costa do continente africano;
- Hipóteses guia: I, VII e XII;
- Ideia base: Passa-se por um período de mudança nas frentes de intercâmbio da relação sino-brasileira. Com o fechamento do escritório da Embraer na China e o Encerramento do Acordo CBERS, os países não apontam para um afastamento, mas sim, para uma renovação em suas pautas e estruturação de um novo começo em projetos de cooperação técnica. Com o gradual aumento das visitas técnicas entre as Marinhas e Ministérios de Inovação e Tecnologias de um país ao outro, tendo sido registradas 7 visitas de chineses ao Brasil com este fim e 6 visitas brasileiras à República Popular da China entre os anos de 2033 e 2036, foram abertos diálogos concretos acerca de projetos de construção naval. O tema da propulsão naval se faz presente neste contexto como a parceria que ocupará o nível de intercâmbio e cooperação atingidos pelo CBERS em seu auge. Brasil e China negociam os termos de um plano de ação conjunta para o uso da energia nuclear nos navios de patrulha e atividade no Atlântico Sul. A postura mais ativa da China no

combate a crimes transnacionais na região, a tem levado a tratar de temas cada vez mais militares no que se refere às dinâmicas e possibilidades deste oceano.

- Personagens: Representante permanente para Assuntos do Mar, Míriam de Albuquerque; Adido Naval Capitão de Mar e Guerra Ezequiel Marques.

Segue abaixo o texto hipotético descrevendo o cenário concebido como mais provável.

### **Telegrama 0100/2039**

De [Pequim] (República Popular da China) para Exteriores em 19 de novembro de 2039.

Sigiloso

Normal

Encerramento do Programa CBERS. Novas frentes de diálogo. Intercâmbio em engenharia naval e propulsão nuclear. Parceria para o Atlântico Sul.

[0100]

RESUMO= Informa-se sobre tratativas de plano de cooperação técnica no setor naval. O encerramento do Programa CBERS recentemente, somado ao fechamento do escritório da EMBRAER na China em 2035, tem levado a grande mídia a fazer alarde sobre um esfriamento na relação sino-brasileira. Porém, as dinâmicas observadas nos setores de engenharia naval, energia nuclear e segurança marítima, no geral, apontam para uma renovação da relação, não ruptura.

1. Informa-se que as tratativas referentes aos termos de um plano de ação conjunta para o desenvolvimento de submarinos e navios patrulha com propulsão nuclear para o Atlântico Sul encontram-se em plena execução. Na última segunda-feira, a presente signatária e o adido naval brasileiro, CMG Ezequiel Marques, estiveram em reunião com o Ministro de Defesa do Partido Comunista da China e seu representante para assuntos internacionais. No encontro foi abordada a relevância da atuação conjunta para o monitoramento e controle de ameaças no Atlântico e Sul e pontuou-se o auspicioso aumento que desde 2025 vem acontecendo nas visitas técnicas entre as Marinhas e os

Ministérios de Inovação e Tecnologia, tendo sido registradas 7 visitas de chineses ao Brasil com este fim e 6 visitas brasileiras à República Popular da China entre os anos de 2033 e 2036. Estas, em primazia em temas de engenharia naval, propiciaram e vem propiciando as pontes de diálogo necessárias para que se estabeleçam laços e projetos concretos no tema de desenvolvimento da infraestrutura de segurança para o oceano Sul do Atlântico. Com uma postura mais ativa no combate aos crimes transnacionais marítimos, a Marinha da RPC tem buscado desenvolver parcerias e projetos de impacto direto no bom aproveitamento e seguridade da região supracitada. Novas oportunidades surgem, portanto, nesta frente.

2. O recente encerramento do Programa CBERS, em 05 de novembro, somado ao fechamento do escritório da EMBRAER na República Popular da China em 2033, tem sido objeto de alardes na grande mídia brasileira, que prevê, superficialmente, um esfriamento na relação entre Brasil e RPC. O desmantelamento ocorrido nos setores acima citados foi fruto do acelerado processo de modernização da China, que levou a um gap tecnológico entre este e o Brasil nos temas abordados por estas frentes. Porém não afetou outras facetas da relação que vêm sendo trabalhadas a anos e apresentam hoje oportunidade de receberem mais atenção e robustez. Destaca-se que cabe atenção à situação descrita inicialmente para que não se crie senso comum acerca de um esfriamento, pois pode acarretar no surgimento de entraves aos movimentos de alargamento de pauta e concretização de novos projetos de cooperação técnica tão robustos quanto o findado, como o objeto do informe do tópico anterior. Estas mudanças apontam mais para uma renovação na pauta da relação sino-brasileira do que para um esfriamento ou ruptura na mesma.

Míriam de Albuquerque.

Representante permanente da Embaixada Brasileira para Assuntos do Mar.

#### 4.2. Cenário “Ao Sul um Atlântico em comum”

Ficha técnica:

- Tipo: mais favorável (ideal);
- Hipóteses centrais:
  - VI - Consolidação de um exercício naval conjunto periódico entre as Marinhas da China e do Brasil;
  - VII - Intensificação do intercâmbio e cooperação sino-brasileiros em tema de construção e operação de submarinos com propulsão nuclear;
  - IX - Intensificação da influência chinesa sobre os países da América Latina;
  - X - Intensificação da influência chinesa sobre os países do continente africano;
- Hipótese guia: VI;
- Ideia base: A China passa a exercer cada vez mais influência na América Latina e na África, este movimento faz com que ela aumente seu interesse e suas propostas de atuação conjunta em temas de exploração e presença no Atlântico Sul, criando oportunidades para atender a demandas brasileiras.
- Hipóteses subsidiárias: intercâmbio de alunos de escolas militares intensifica, sendo abertos editais duas vezes ao ano de forma recíproca; Marinha do Brasil e Marinha da República Popular da China criam Centro Conjunto de Monitoramento e estudo de ameaças ao Atlântico Sul;
- Personagem: Embaixadora Renata Castanheiras.

Segue na próxima página o texto hipotético descrevendo o cenário concebido como ideal.

**Telegrama 0010/2039**

De [Shangai] (República da China) para Exteriores em [22 de março de 2039]

Ostensivo

Normal

[0010]

RESUMO= Informo sobre atividades da visita da Presidente brasileira Sueli Ramos à República da China entre 18 e 20 de março de 2039, que resultou na assinatura e ratificação de diversos acordos e demanda providências de Brasília para a concretização das tratativas iniciadas.

1. A maior presença da China nos países da África, atuando ativamente para a modernização e capacitação nas Forças Armadas dos países e frentes de desenvolvimento sustentável, assim como o aumento da relevância comercial da China para os países da América Latina e suas incursões na exploração da Economia Azul, têm aumentado a janela de diálogo com o Brasil em tema de exploração e resguardo do Atlântico Sul. Para além das propostas de iniciativas conjuntas com a Marinha do Brasil para a segurança dos mares, o país tem investido em desenvolver estudos e projetos que permitam o melhor aproveitamento do potencial da região, assim como que possibilitem a sua presença calma e pacífica no mesmo. Sob este contexto, foram celebrados diversos acordos e tratativas durante a visita da Presidente Sueli Ramos à capital da República da China.
2. Na reunião do dia 18 de março, a Presidente e o Primeiro Ministro da China participaram de uma reunião a portas fechadas na qual trataram da ratificação do acordo em pesquisa, na área de propulsão nuclear e construção de navios multipropósitos e submarinos. Os países vêm tratando a meses dos termos do acordo, que visa funcionar com base em planejamento estratégico comum de desenvolvimento desta tecnologia aplicada a meios militares. Informo que as autoridades acordaram a produção de uma minuta do documento estratégico para ser debatido pelos mesmos sob as reuniões conjuntas de alta cúpula entre a Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação e o Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação em Defesa.

3. Em mesma ocasião, sob as presenças também dos ministros de Defesa e Segurança Internacional do Brasil e do Ministro de Defesa Nacional da China, foi acertado que as Marinhas da China e do Brasil passarão a adotar uma agenda de treinamento conjunto, somando ao exercício naval que acontece anualmente desde 2025 atividades como simulações de questões comuns e exercícios com uso de tecnologia remota.
4. No último dia de visita da Presidente brasileira foi inaugurada a sede chinesa do Centro de Monitoramento e estudo de ameaças ao Atlântico Sul. Este possibilitará não apenas maior conhecimento sobre a presença neste oceano, mas, também, abrirá portas ao diálogo entre instituições de ensino que tenham interesse em oferecer projetos de pesquisa em parceria Brasil-China. Planeja-se abrir edital de seleção no terceiro trimestre do presente ano.

Embaixadora Renata Castanheiras.

#### 4.3. Cenário “Dois lados de uma mesma moeda”

Ficha técnica:

- Tipo: de tendência
- Hipóteses centrais:
  - I - Aumento de ao menos 40% no número de visitas técnicas no setor de engenharia naval, seja de chineses a brasileiros ou o contrário;
  - II - Aumento de ao menos 40% no número de visitas técnicas no setor de engenharia ligado a sensoriamento remoto, seja de chineses a brasileiros ou o contrário;
  - VI - Consolidação de um exercício naval conjunto periódico entre as Marinhas da China e do Brasil;
  - VIII - Maior presença do tema guerra cibernética nas pautas de intercâmbio entre China e Brasil;
  - IX - Intensificação da influência chinesa sobre os países da América Latina;
  - X - Intensificação da influência chinesa sobre os países do continente africano;
- Hipóteses guia: IX e X;
- Ideia basilar: Ao executar uma política internacional para a região do Atlântico Sul pautada na presença chinesa nos mais diversos setores das economias locais, China passa a aumentar a quantidade de Investimento Direto na região a partir de 2026. Os efeitos têm duas facetas, uma positiva e outra negativa. A falta de compartilhamento de know-how leva a uma dependência sistêmica e o desmantelamento de empresas chinesas em países da África Central podem impactar seu PIB em -15%. Por outro lado, esta política fez a China se aproximar e aprofundar diálogos com os atores da região. Em especial em tema de Defesa, a relação sino-brasileira se desenvolveu e consolidou projetos e iniciativas como visitas técnicas em tema de engenharia naval e sensoriamento remoto, programas de cooperação trilateral com países africanos. As estruturas em Defesa se consolidaram e conseguem manter diálogos constantes e em temas de interesse comum e atuais.
- Personagens: Adido de Defesa Capitão de Mar e Guerra Amaro; Embaixador Ulisses Bueno.

Segue abaixo o texto hipotético descrevendo o cenário concebido como de tendência.

**Telegrama 30/2039**

De [Pequim] ( República Popular da China) para Exteriores em [12 de outubro de 2039]

Ostensivo

Normal

Celebração de aniversário do Programa de Treinamento de especialistas em minas marinhas.

[0030]

RESUMO= Informa-se que no dia de ontem foram celebradas comemorações aos 10 anos do Programa de Treinamento de especialistas em minas marinhas. Foi realizado Seminário sobre a Cooperação trilateral entre RPC, Brasil e União Africana. Debateu-se temas para a pauta da reunião do CCIC.

1. Informo que no dia 10 de outubro de 2039 foi celebrado na Embaixada Brasileira em Pequim 10 anos do estabelecimento do Programa de Treinamento de especialistas em minas marinhas, criado e mantido em parceria com a República Popular da China e a União Africana (UA). O programa funciona através da coordenação de um Comitê conjunto composto por representantes executivos dos dois países e da UA e foi estabelecido no ano de 2029 sob os auspícios da Comissão dos Países de Língua Portuguesa. Recomenda-se divulgação desta data e celebração nos meios de comunicação do Itamaraty.
2. Nesta mesma ocasião ocorreu seminário realizado pela Escola de Altos estudos Militares da Marinha que visou fazer um panorama do caminho que a relação entre Brasil, China e África percorreu até alcançar o atual nível de aproveitamento de suas potencialidades. A maior aproximação entre os atores teve como um dos principais fatores de influência a política da China para a região do Atlântico Sul iniciada a 13 anos atrás. Ao empregar uma política internacional para a região pautada na presença chinesa nos mais diversos setores das economias locais, em especial nas áreas de infraestrutura, telecomunicações e energia, a China passa a aumentar a quantidade de Investimento Direto a partir de 2026, quando o projeto da Rota da Seda começa a se consolidar e ganhar corpo nesta área do globo. O aumento na

geração de emprego para os países recebedores atingiu altos níveis, porém, a falta de compartilhamento de know-how levou à criação de uma dependência negativa nos principais destinos do IED chinês já na década de 20. O início do desmantelamento das empresas públicas chinesas têm impacto esperado de mais de 15% (-) no Produto Interno Bruto de alguns países da África central. Em contrapartida a esta postura de pouco intercâmbio de conhecimentos, esta aproximação entre China, América Latina e África surtiram efeitos positivos de longo prazo tanto para o desenvolvimento destas áreas nos países quanto para o fortalecimento das relações neste setor. Sob a relação sino-brasileira, visitas nas áreas de engenharia naval e sensoriamento remoto, assim como atividades de treinamento conjunto, se intensificaram e, para além de interações Brasil -China, permitiu parcerias trilaterais entre estes e países africanos.

3. Informo que após a cerimônia e o seminário, o embaixador que assina o presente, o adido de defesa do Brasil, Capitão de Mar e Guerra Amaro, e o representante chinês do Ministério de Defesa da RPC debateram temas que podem vir a compor a próxima reunião do Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação em Defesa (CCIC), tendo recebido destaque a necessidade de esforços para o estabelecimento da divisão administrativa de monitoramento e diálogo em temas de guerra cibernética.

Embaixador Ulisses Bueno.

#### 4.4. Cenário “Entre parcerias desgastadas e caminhos desalinhados”

Ficha técnica:

- Tipo: de ruptura
- Hipóteses centrais:
  - III - Fechamento do escritório da Embraer na República Popular da China;
  - IV - Encerramento da cooperação sob o Acordo de Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto (China-Brazil Earth Resources Satellite - CBERS);
  - V - Presença frequente de pescadores chineses na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira efetuando pesca ilegal;
  - XIII - A China adotará uma política externa marítima de intervenção frente a um ambiente de Guerra Híbrida.
- Ideia basilar: A relação entre China e Brasil começam perder intensidade quando a China passa a dar prioridade aos pequenos países da Oceania em busca de parcerias assimétricas para exploração dos recursos do mar. Os gastos graduais com o *Belt and Road* e os altos investimentos na sua modernização militar no decorrer dos 19 anos levou a uma diminuição brusca da capacidade da China de aplicar Investimento Estrangeiro Direto, fazendo com que o capital chinês perdesse espaço e força na América Latina, principalmente após o cancelamento dos projetos de infraestrutura traçados para a Venezuela no ano de 2033. Com a consolidação do Mercosul e a concretização de um regionalismo Latino Americano, os países passam a intensificar o projeto de complementariedade de economias a nível de sua região, diminuindo a abertura às negociações da China; Aumento no número de pescadores chineses frente crise na China.
- Hipóteses secundárias: diminuição quantidade de reuniões COSBAN e na estrutura interna da mesma; abertura política da China causa protestos contra ações no mar da Oceania (dinheiro investido nisso ao invés de em políticas agrícolas para alimentar população);
- Personagens: Cônsul Geral E Adido de Defesa CMG Soares Silva.

Segue abaixo o texto hipotético descrevendo o cenário concebido como de ruptura.

**Telegrama 50/2039**

De [Pequim] (China) para Exteriores em [19 de maio de 2039]

Sigiloso

Urgentíssimo

Pedido de auxílio de cunho militar. Navio suspeito de pilhagem. Evacuação de população.

[0050]

RESUMO= China demanda auxílio para combate a possível crime de pilhagem e para evacuação de civis. Roga-se por instruções. Informa-se sobre demanda por pessoal para trabalhar no consulado. Destaca-se a necessidade de manter ativos os meios de intercâmbio e diálogo entre Brasil e China.

1. Informo que na manhã do dia 20 de abril, o ministro de Defesa do Parlamento da China compareceu à embaixada brasileira e em diálogo direto com o embaixador que assina o presente solicitou apoio logístico da força naval brasileira que atua no oceano pacífico para a incursão de navios suspeitos de pilhagem no alto mar próximo à Austrália. Rogo Instruções.
2. Na mesma ocasião descrita acima, o Ministro chinês solicitou auxílio do navio multipropósito brasileiro para evacuação da população do país insular Tuvalu sob o argumento de que estariam sofrendo com os elevados níveis do mar. Rogo, igualmente, por instruções.
3. A China vem efetuando repetidos exercícios e missões navais nos mares do Oceano Índico e do Oceano Pacífico. O nível elevado de influência sob os países da África e sob os países insulares da Oceania, têm indicado para uma postura cada vez mais proativa da China nestas regiões, não apenas para combater crimes transnacionais, mas, também, para ingerir em questões sob os recortes dos mares territoriais de terceiros.
4. As negociações para que a China atue de modo a diminuir os casos de pescadores ilegais na Zona Exclusiva Brasileira continuam sem gerar frutos. A diminuição das atividades da Comissão Sino-Brasileira de Alto nível de Concertação dificultou o quadro da relação entre os países, tornando os diálogos mais morosos e menos abertos à busca por um consenso em questões como o citado. Continua-se com as tentativas de negociação

pelos meios disponíveis, porém, roga-se por instruções para que este problema possa ter a melhor e mais eficiente solução.

5. Ratifica-se a escassez de pessoal enfrentada pelo consulado sob o qual é mandando este telegrama e a demanda por recurso humano. As agitações internas causadas pelos protestos dos cidadãos chineses contra as repetidas incursões do país na Oceania somou-se ao contexto da crise alimentar enfrentada pelo mesmo e tem gerado aumento nos pedidos de visto para entrar no Brasil, além de ter aumentado o número de brasileiros que buscam informações sobre áreas de maior segurança e comodidade para viver.
6. Após diminuição na capacidade chinesa de fazer Investimentos Estrangeiros Diretos e o conseqüente fechamento das diversas empresas estatais estabelecidas nos países da América Latina já na década de 2020, o país perdeu sua influência nesta região e acabou deixando mais espaço para o fortalecimento do regionalismo latino americano, hoje pautado em uma política de complemento de economias, priorização de seus parceiros vizinhos e construção de uma identidade social comum. O fechamento do escritório da Embraer na China após diversas tratativas sem sucesso para novas compras e parcerias e o encerramento do Programa CBERS após descompassos acerca do tipo e nível de tecnologia a ser produzida, apenas somaram a este quadro de afastamento entre Brasil e China. Não obstante este contexto atual das políticas e escolhas brasileiras, insta-se pela necessidade de manter os meios de diálogo com a China em atividade constante, por um lado devido a história da relação e, por outro, pelo fato de que a postura proativa da China em sua Política Internacional vem exigindo atenção constante e capacidade de pronta resposta. A diminuição das atividades da Comissão Sino-Brasileira de Alto nível de Concertação dificultou o quadro da relação entre os países, tornando os diálogos mais morosos e menos abertos à busca por um consenso em temas de interesse comum.

CMG Soares Silva

Cônsul Geral E Adido de Defesa.

## CONCLUSÃO

Pensar um objeto a partir da perspectiva trazida pela metodologia de estudos de futuro é saber que ao fim do processo os resultados serão surpreendentes e capazes de questionar e alargar visões e lentes que em tanto carregam os recortes trazidos pelos sentidos comuns, correntes teóricas majoritárias e pelas circunstâncias da vida no geral, desde pessoais até profissionais. O Exercício proposto pelo presente trabalho responde à solitária função de fazer ciência na área de Humanas com uma gama de ferramentas capazes de transformar o campo do possível da pesquisa em um recorte muito mais holístico (diverso e amplo). Em meio a todo o processo de pesquisa, o pesquisador é surpreendido com alguma variável ou percepção antes não considerada nem nas análises mais esforçadas de sua pessoa. Neste estudo, o mesmo aconteceu.

No decorrer do levantamento de variáveis, pôde-se compreender a riqueza e organização do arcabouço institucional criado pelo Brasil e pela China para gerenciar suas relações nas mais diversas frentes. Apesar de o quadro atual apontar para um déficit no aproveitamento desta estrutura e das potencialidades dela e criadas por ela, o fato em si da relação ter alcançado este nível, de ter conseguido consolidar meios de diálogo e intercâmbio oficiais entre as partes, já é algo que merece a devida atenção e reconhecimento de esforço e animus cooperativo e de Política Externa.

As Marinhas da China e do Brasil, em meio a este arcabouço, atuam como atores com certa independência e, também, dotados de alto potencial à cooperação e alcance de objetivos políticos, militares, de desenvolvimento e afins comuns ou não aos países. As pontes, janelas e portas de diálogo estão abertas, já foram construídas e o exercício para seu aproveitamento passa por conhecer estas estruturas, conhecer os ganhos possíveis, definir seus objetivos no seu uso e, então, agir de forma planejada e consciente sob as dinâmicas que compõem a relação.

Com a concretização deste TCM os tomadores de decisão passam a ter mais uma fonte de consulta para os passos descritos acima. Empregando um arranjo de ferramentas com enfoque na participação e na expertise, trabalhou-se com as percepções de pessoas de interesse ao tema e suas contribuições foram tratadas através de ferramentas metodológicas em primazia qualitativas, mas, também, semiquantitativas, como é o caso do Delphi e dos Impactos Cruzados.

Após procedimentos que contaram com fases delimitadas e interdependentes, chegou-se aos quatro cenários de interesse à relação estudada. Buscou-se apresentar cenários

verossímeis que tivessem como contribuir para a conscientização quanto às tantas possibilidades e riscos que podem impactar a relação entre as Marinhas da China e do Brasil. Conseguiu-se elaborar narrativas com referência formal capaz de organizar as ideias a serem apresentadas e passar as mensagens principais ao leitor final.

A identificação das variáveis-chave (Ministérios de Defesa e Política Externa da China), indicou para uma maior relevância de dinâmicas em níveis políticos mais elevados. A maior abrangência que estas possuem levou ao levantamento de hipóteses de futuro que ligam-se mais intimamente tanto a setores mais operacionais quanto a níveis decisórios mais elevados. Em meio às hipóteses de estudo, destaca-se a existência de acontecimentos tanto com teor de ruptura quanto de continuidade, o que tornou a construção de cenários mais rica e detalhada quanto aos diferentes contextos e frentes possíveis.

Destaca-se nos cenários o poder de influência da China e o quanto este fator é primordial para a aceleração ou desaceleração de relações de intercâmbio e cooperação. Merece destaque, igualmente, o entendimento de que existirão avanços nas práticas de intercâmbio e cooperação sob as Marinha e em temas específicos. Este fator indica para uma possível compreensão de que a relação sino-brasileira em tema de Defesa já apresenta uma concretude significativa e que garante o mínimo de frequência nas interações entre os agentes envolvidos.

O processo de pesquisa está sempre se aprimorando ao passo que traz novos desafios a seus executores. Ratificando esta constatação, este trabalho foi capaz de trazer algumas percepções e desafios a sua autora, os quais são brevemente explorados nas linhas que seguem.

Um estudo prospectivo exige em si um nível de participação de terceiros que, quanto melhor gerido, mais benefícios pode trazer para a originalidade do trabalho. No entanto, o trato com o público exige alguns cuidados e providências que demandam esforço e atenção de executores de pesquisas participativas. Alguns dos desafios observados neste sentido são os seguintes:

- Desenvolver convites de participação que consigam condensar de forma objetiva e clara o objetivo da pesquisa, suas delimitações e as informações necessárias para passar a seriedade e comprometimentos do pesquisador e de seu trabalho;
- Estipular prazos razoáveis para resposta dos contribuintes, de modo que os mesmos não se sintam pressionados, mas que, também, vislumbrem a necessidade do pesquisador de cumprir seu cronograma;
- Criar cronogramas de envio com intervalos parecidos e não muito longos para que o perito não perca a disponibilidade do início do trabalho;

- Elaborar respostas claras para pessoas com diferentes backgrounds;
- Explicar em poucas palavras a lógica dos estudos prospectivos para pessoas sem conhecimento prévio acerca desses (fator fundamental para que as contribuições estejam de acordo com o esperado e possam manter a fluidez da pesquisa de futuro);
- Ter acesso a pessoas desconhecidas de interesse ao estudo.

Tratando especificamente do emprego das ferramentas metodológicas os desafios destacados são os seguintes:

- Processar grandes quantidades de dados e informações sem uma equipe para tal;
- Registrar todo o caminho de pesquisa feito até a chegada ao produto final, de modo a conseguir expor todas as escolhas e recortes metodológicos feitos, o que consolida o conhecimento e produto desenvolvidos;
- Estar consciente e dissolver olhares próprios negativamente viesados que possam limitar o campo do possível (pensar fora da caixa);

Este trabalho trouxe em si o desafio de dar o devido destaque a um objeto pouco estudado e a uma relação pouco explorada no mundo das práticas, mas, com grande potencial na busca por objetivos nacionais brasileiros. Todos os desafios se fizeram oportunidade de crescimento e enriqueceram a descrição metodológica e a busca por seu refino.

As informações levantadas sobre o objeto e as visões oferecidas pelos peritos, permitiram que fosse traçado um panorama geral das tantas dinâmicas que podem estar envolvidas em uma única relação bilateral entre duas instituições com limitados poderes políticos. A possibilidade de olhar este objeto a partir de uma perspectiva mais ampla e, de fato, holística, que vai além das suas obviedades, soma ao debate de sua relevância e contribui para que os pré-conceitos acerca das ações das Forças Armadas sejam, aos poucos, temperados com doses de olhares que sabem criticar, mas, que também, sabem reconhecer práticas e atividades de interesse e grande valia ao país e à sociedade no geral. Pensar a própria China sob esta perspectiva mais ampla nos leva além dos estereótipos e das linhas de raciocínio a ela atreladas, permitindo entrar em contato com as tantas facetas que um Estado pode ter em sua Política Externa.

Existem diversos caminhos para chegar em produtos formalmente iguais. E, poucas são as chances de se produzir e acessar os mesmos olhares em análises fruto das experiências de pessoas que, ao mesmo tempo que são contribuintes de um estudo, também são agentes integrantes do objeto a ser estudado. O conteúdo tende a ser único em sua riqueza de elementos. Em agradecimento e respeito aos peritos que tornaram este trabalho possível, aqui findam-se as

palavras exaltando os saberes diversos que o ser humano é capaz de ter e desenvolver. Que eles sejam sempre empregados para o bem e para a evolução dos processos e dinâmicas de nossos governantes - e, mesmo, de nossas vidas - na busca por atender a demandas e objetivos nacionais genuínos. Que este trabalho seja ponte para ligar estes saberes àqueles processos e dinâmicas que dele podem fazer bom uso.

## REFERÊNCIAS

Produções bibliográficas e acadêmicas

AKINS, Ralitsa. TOLSON, Homer. COLE, Bryan. *Stability of response characteristics of a Delphi panel: Application of bootstrap data expansion*. BMC medical research methodology. vol. 5-37, 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/7448235\\_Stability\\_of\\_response\\_characteristics\\_of\\_a\\_Delphi\\_panel\\_Application\\_of\\_bootstrap\\_data\\_expansion](https://www.researchgate.net/publication/7448235_Stability_of_response_characteristics_of_a_Delphi_panel_Application_of_bootstrap_data_expansion). (Acesso: março 2020)

ALSINA JR., João Paulo Soares. *A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso*. Rev. bras. polít. int. [online]. 2003 vol.46, n.2, pp.53-86. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200003&lng=en&nrm=iso). (Acesso: fevereiro de 2020)

ALTEMANI, Henrique. *Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

ASSIS, Jonathan de Araújo de; CANESIN, Ronaldo Montesano; DIGOLIN, Kimberl; FLORÊNCIO, Jéssica Girão; GONTIJO, Raquel; SOARES, Samuel Alves. *Alcances, limites e antinomias de métodos e técnicas em cenários prospectivos*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. *A parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)*. Brasília: FUNAG, 2010.

CARVALHO, Vinicius Mariano de. *Defence diplomacy and its potential for Brazil*. R. Esc Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.22 n.3, p. 503 - 516. set./dez. 2016. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/466/365>. (Acesso: junho de 2019).

CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª ed. rev. ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

COTTEY, Andrew; FORSTER, Anthony. *Reshaping defense diplomacy: new roles for military cooperation and assistance*. Adelphi Paper, New York, n. 365, abr. 2004.

DRAB, Lech. *Defence diplomacy – an important tool for the implementation of foreign policy and security of the state*. Security and Defence Quarterly 20 no. 3 (2018): 57-71. Disponível em: <https://securityanddefence.pl/DEFENCE-DIPLOMACY-AN-IMPORTANT-TOOL-FOR-THE-IMPLEMENTATION-OF-FOREIGN-POLICY-AND,103330,0,2.html>. (Acesso: fevereiro de 2020).

DURANCE, Philippe; GODET, Michel. *A Prospectiva Estratégica para as Empresas e os Territórios*. Lisboa: DUNOD, 2011. Disponível em: <http://pt.lapropective.fr/obras.html> .

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana; MARCIAL, Elaine Coutinho. *Violência e Segurança Pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151120\\_livro\\_violencia\\_seguranca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151120_livro_violencia_seguranca.pdf) .

FULTON, Katherine; SCEARSE, Diana; GLOBAL BUSINESS NETWORK;. *What If? The Art of Scenario Thinking for Nonprofits*. Emeryville, CA: Global Business Network, 2004.

GERALD, Stang; DREYER, Iani. *Foresight in governments – practices and trends around the world*. Yearbook of European Security, 2013.

GORDON, Theodore J. *Cross-Impact Analysis*. In THE FUTURE GROUP INTERNATIONAL. AC/UNU Millennium Project: Future Research Methods. Versão 3. 2009.

GORDON, Theodore J. *The Delphi Method*. In THE FUTURE GROUP INTERNATIONAL. AC/UNU Millennium Project: Future Research Methods. Versão 3. 2009b.

HEIJDEN, Kees van der. *Scenarios: The Art of Strategic Conversation*. Inglaterra: John Wiley & Sons Ltd, 2ªed., 2005.

JI, You. *Xi Jinping and PLA transformation through reforms*. The RSIS Working Paper series, nº 313, 21 maio 2018. Disponível em: <https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2018/05/WP313.pdf>. (Acesso: 20 maio 2019).

LE MIÈRE, Christian. *Maritime Diplomacy in the 21<sup>st</sup> Century: Drivers and Challenges*. Nova York: Routledge, 2014.

LIN, Xia. *Um exemplo de cooperação Sul-Sul: Brasil e China têm uma base sólida e um imenso potencial para um futuro brilhante*. China Hoje, Edição brasileira de China Today, ano 5, nº27, out/Nov 2019.

MARCIAL, Elaine Coutinho. GRUMBACH, Raul José dos Santos. *Cenários Prospectivos: como construir um futuro melhor*. 4ªedição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARCONDES, Danilo; BARBOSA, Pedro Henrique Batista. *Brazil-China defense cooperation: A strategic partnership in the making?*. Journal of Latin American Geography, vol. 17 no. 2, 2018, p. 140-166. Project MUSE. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/701026>.

MEDEIROS, Sabrina Evangelista; MOREIRA, William. *Maritime Co-operation among*

*South Atlantic Countries and Repercussions for the Regional Community of Security Practice*. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 281-304, Agosto 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292017000200281&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292017000200281&lng=en&tlng=en) . (Acesso: junho 2019).

OURO PRETO, Affonso Celso de. *China Brasil. In Brasil e China no reordenamento das relações internacionais desafios e oportunidades*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 13 a 34. Disponível em: [http://funag.gov.br/biblioteca/download/905-Brasil\\_e\\_China\\_no\\_Reordenamento\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/905-Brasil_e_China_no_Reordenamento_das_Relacoes_Internacionais.pdf). (Acesso: 22 maio 2019).

PLESSIS, Anton du. *Defence Diplomacy: Conceptual and Practical Dimensions with Specific Reference to South Africa. Strategic Review for Southern Africa*. Nov. 2008.

POPPER, Rafael. *How are foresight methods selected?. Foresight*, vol. 10, n. 6, p. 62-89, 2008.

ROXBURGH, Charles. *The use and abuse of scenarios*. McKinsey Quarterly, Novembro 2009.

SAUNDERS, Phillip C.; WUTHNOW, Joel. *Chinese Military Reforms in the Age of Xi Jinping: Drivers, Challenges, and Implications*. China Strategic Perspectives, No. 10. Washington, D.C.: National Defense University Press, 2017. Disponível em: <https://ndupress.ndu.edu/Publications/Article/1125539/chinese-military-reforms-in-the-age-of-xi-jinping-drivers-challenges-and-implic/>.

SCHWARTZ, Peter. *The Art of the Long View*. New York: Currency Doubleday, 1991.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. *A diplomacia de defesa na política Internacional*. Porto Alegre: Palmarinca/Rio de Janeiro: ESG, 2018.

SOUZA, Tamires Aparecida Ferreira. *Instituições e políticas de defesa no governo Lula da Silva: a origem do Conselho de Defesa Sul-americano da UNASUL*. In Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 9ª edição. 2016. Florianópolis. Anais (online).

THEDA, Skocpol. *Doubly Engaged Social Science - The Promise of Comparative Historical Analysis in the Social Science*. In: *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. ed: James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer. Cambridge University Press: Cambridge, UK, 2003. pp 407-428.

THE FUTURE GROUP INTERNATIONAL. *Relevance Tree and Morphological Analysis*. In THE FUTURE GROUP INTERNATIONAL. *AC/UNU Millennium Project: Future Research Methods*. Versão 2. 2004. Capítulo 12.

WACK, Pierre. *Scenarios: Shooting the Rapids: How Medium-Term Analysis Illuminated the Power of Scenarios for Shell Management*. Harvard Business Review (November–December, 1985). Disponível em: <https://hbr.org/1985/11/scenarios-shooting-the-rapids>.

WACK, Pierre. *Scenarios: uncharted waters ahead*. Harvard Business Review. Setembro-Outubro, p. 72-89, 1985.

WILBURN, Kathleen; WILBURN, H. Ralph. *Scenarios and Strategic Decision Making*. *Journal of Management Policy and Practice*. vol. 12(4), p. 164-178, 2011.

WINGER, Gregory. *The Velvet Gauntlet: A Theory of Defense Diplomacy*. In: *What Do Ideas Do?*, ed. A. Lisiak, N. Smolenski, Vienna: IWM Junior Visiting Fellows' Conferences, Vol. 33, 2014. Disponível em: <https://www.iwm.at/publications/5-junior-visiting-fellows-conferences/vol-xxxiii/the-velvet-gauntlet/>. (Acesso: fevereiro de 2020)

#### Documentos, atos, declarações e informativos governamentais oficiais

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). (Acesso: junho 2019).

BRASIL. *Decreto número 702: Fixa a lotação dos Adidos e Adjuntos de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior, e dá outras providências*. 22 de dezembro de 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0702.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0702.htm). (Acesso: 29 abr. 2019).

BRASIL. *Decreto número 1299: Fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior, e dá outras providências*. 31 de outubro de 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D1299.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1299.htm). (Acesso: 29 abr. 2019).

BRASIL. *Decreto número 3397: Fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior, e dá outras providências*. 30 de março de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3397.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3397.htm). (Acesso: 29 abr. 2019).

BRASIL. *Decreto número 5294: Fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior, e dá outras providências*., 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2004/Decreto/D5294.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Decreto/D5294.htm).

BRASIL. *Decreto número 8654: Aprova o Regulamento para Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares das Forças Armadas junto às Missões Diplomáticas Brasileiras*, 28 de janeiro de 2016.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8654.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8654.htm). (Acesso: 06 de maio de 2019).

BRASIL. *Estado-Maior da Armada, EMA-305: Doutrina Militar Naval*. 1ª Edição, Brasília, 2017. Disponível em:

[http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/418525/RESPOSTA\\_PEDIDO\\_EMA-305\\_2014.pdf](http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/418525/RESPOSTA_PEDIDO_EMA-305_2014.pdf). (Acesso: 28 abr. 2019).

BRASIL. *Lei Complementar número 97: Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*. 9 de junho de 1999. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm). (Acesso: 29 abr. 2019).

BRASIL. *Livro Branco de Defesa*, 2012a. Disponível em:

<https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>. (Acessado em julho de 2018).

BRASIL. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*, 2012b. Disponível em:

<https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>.

BRASIL. *Portaria Normativa Número 9/MD: Aprova as Normas Complementares para Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares das Forças Armadas junto às Missões Diplomáticas Brasileiras*, 14 de março de 2017. Disponível em:

[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20141385/do1-2017-04-03-portaria-normativa-n-9-md-de-14-de-marco-de-2017-20141349](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20141385/do1-2017-04-03-portaria-normativa-n-9-md-de-14-de-marco-de-2017-20141349). (Acesso: 06 maio 2019).

BRASIL. *Portaria Número 71/GM-MD: Altera o Anexo da Portaria Normativa nº 826/MD, de 9 de abril de 2015, que estabelece as Instruções Gerais para as relações entre o Ministério da Defesa, as Forças Armadas brasileiras e os adidos militares estrangeiros (1ª Edição/2015)*, 20 de novembro de 2018. Disponível em:

[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281610](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281610).

(Acesso: 06 maio 2019).

BRASIL. *Portaria Normativa Número 826/MD: Estabelece as Instruções Gerais para as relações entre o Ministério da Defesa, as Forças Armadas brasileiras e os adidos militares estrangeiros (1ª Edição/2015)*, 09 de abril de 2015. Disponível em:

[https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/politica\\_estrategia/md53\\_i\\_01\\_instrucoes\\_gerais\\_para\\_as\\_relacoes\\_entre\\_o\\_md\\_as\\_fa\\_e\\_os\\_adidos\\_militares\\_estrangeiros\\_1\\_ed\\_2015.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/politica_estrategia/md53_i_01_instrucoes_gerais_para_as_relacoes_entre_o_md_as_fa_e_os_adidos_militares_estrangeiros_1_ed_2015.pdf). (Acesso: 06 maio 2019).

BRASIL E CHINA. *Convênio Cultural entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da China*. 27 de março 1946. Disponível em:

<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/729?IdEnvolvido=58&TipoAcordo=BL&page=12&tipoPesquisa=2> (Acesso: fev. 2020)

BRASIL; CHINA. *Tratado de Amizade, Comércio e Navegações*. 30 de outubro de 1881. Disponível em:

<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/181?IdEnvolvido=58&TipoAcordo=BL&page=13&tipoPesquisa=2> (Acesso: fev. 2020)

BRASIL; CHINA. *Tratado de Amizade entre o Brasil e a China*. 20 de agosto de 1943. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/687> (Acesso: fev. 2020)

BRASIL; REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Defesa*, 12 de abril de 2011. Disponível em:

<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7101?IdEnvolvido=58&page=2&tipoPesquisa=2>. (Acesso: maio 2019)

MARINHA DO BRASIL. *Ema-305: Doutrina básica da Marinha*. 2014. Disponível em [http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/418525/RESPOSTA\\_PEDIDO\\_EMA-305\\_2014.pdf](http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/418525/RESPOSTA_PEDIDO_EMA-305_2014.pdf). (Acesso: 01 maio 2019).

MARINHA DO BRASIL. *Ema-322: O Posicionamento da Marinha do Brasil nos principais assuntos de interesse naval*, 2017. Disponível em:

<https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/ema-322.pdf>. (Acesso: 29 abr. 2019).

MARINHA DO BRASIL. *Política Naval*. 2019. Disponível em:

<https://www.marinha.mil.br/politicanaval>. (Acesso: 29 abr. 2019).

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, *Ata da Reunião I do Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação entre os MD's da RPC e do Brasil*. 2010.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, *Ata da Reunião II do Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação entre os MD's da RPC e do Brasil*. 2011.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, *Ata da Reunião III do Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação entre os MD's da RPC e do Brasil*. 2013.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, *Ata da Reunião IV do Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação entre os MD's da RPC e do Brasil*. 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL, *Ata da Reunião V do Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação entre os MD's da RPC e do Brasil*. 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL. *Cenários de Defesa 2020 – 2039 – sumário executivo / Ministério da Defesa, Assessoria Especial de Planejamento. Brasília: A Assessoria, 2017.* Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/revista/revista\\_cenario\\_de\\_defesa.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/revista/revista_cenario_de_defesa.pdf). (Acesso: 01 maio 2019).

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL. *Doutrina Militar de Defesa*. 2007. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md51\\_m\\_04\\_doutrina\\_militar\\_de\\_defesa\\_2a\\_ed2007.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md51_m_04_doutrina_militar_de_defesa_2a_ed2007.pdf). (Acesso: 28 abr. 2019).

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL. *Portaria Normativa Número 49/MD: Aprova a Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI)*, 12 dez. 2017. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/989423/do1-2017-12-13-portaria-normativa-n-49-md-de-12-de-dezembro-de-2017-989419](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/989423/do1-2017-12-13-portaria-normativa-n-49-md-de-12-de-dezembro-de-2017-989419). (Acesso: 06 maio 2019).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. *Manual de Redação Oficial e Diplomática do Itamaraty*. Brasília: 2016. Disponível em: [http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/485564/RESPOSTA\\_PEDIDO\\_Manual\\_de\\_Redao\\_Oficial\\_e\\_Diplomtica\\_do\\_Itamaraty.pdf](http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/485564/RESPOSTA_PEDIDO_Manual_de_Redao_Oficial_e_Diplomtica_do_Itamaraty.pdf) (Acesso: março 2020).

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. *Law of the People's Republic of China on National Defence*. 1997. Disponível em: [http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/11/content\\_1383547.htm](http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/11/content_1383547.htm). (Acesso: 29 abr. 2019).

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. *Law of the People's Republic of China on National Defence (2009 Amendment) [Effective]*. 2009. Disponível em: [http://eng.mod.gov.cn/publications/2017-03/02/content\\_4774211.htm](http://eng.mod.gov.cn/publications/2017-03/02/content_4774211.htm). (Acesso: 29 abr. 2019).

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. *China's Military Strategy*. 2015. Disponível em: [http://english.gov.cn/archive/white\\_paper/2015/05/27/content\\_281475115610833.htm](http://english.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm). (Acesso: 28 abr. 2019).

#### Outras fontes:

JANICK, Vinícius Ricardo. *Matriz para Cálculo automático de limites: programação de cálculo para Análise de Impactos Cruzados*. Versão 10 de outubro de 2019. Acesso restrito.

LA PROSPECTIVE. *Prob Expert*. Disponível em: <http://pt.lapropective.fr/metodos-da-prospectiva/softwares---versao-nuvem/18-prob-expert.html>. (Acesso: março 2020).

VALOR ECONÔMICO. *Na China, cada vez mais gente aprende a falar português*. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/10/16/na-china-cada-vez-mais-gente-aprende-a-falar-portugues.ghtml> (Acesso: fevereiro 2020).

APÊNDICE A. Lista de práticas de intercâmbio e cooperação entre as Marinhas do PLA da china e do brasil e outras

	CHAMADA	ANO	TIPO	FONTE
1	Autorização recíproca para recebimento de navios de guerra do país parceiro em seus portos, com isenção de custos de entrada e saída.	1881	Acordo bilateral	<a href="#">Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Império da China, 1881, artigo 7º</a>
2	Troca de adidos de defesa, militares e navais.	1985 até hoje	Troca de adidos	<a href="#">Acordo de 1984</a>
3	Comandante da Marinha do Brasil visitou a República Popular da China e participou da comemoração dos 60 anos da Marinha da China, fez visitas e participou de encontros com autoridades da Marinha Chinesa e com o Presidente chinês.	2009, 18 a 27 de abril	Visita de Alto nível	<a href="#">Site de notícias Poder Naval<sup>78</sup></a>
4	Comandante da Marinha do Exército de Libertação Popular da China, Almirante-de-Esquadra Wu Shengli, esteve no País conhecendo a Esquadra brasileira e discutindo assuntos estratégicos de interesse das duas Marinhas.	2010, 3 a 7 de novembro	Visita de alto nível	<a href="#">Site de notícias Defesa.net</a>
5	Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa	2011	Acordo bilateral	<a href="#">Comunicado Conjunto, Site</a>

<sup>78</sup> Fonte adicional: Norman 804, 2009, p. 6-7. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/hotsites/nomar/atuais/804/index.html>

				<a href="#">Itamaraty, Nota 150</a>
6	Dois aspirantes da Escola Naval do Brasil participam da Semana Internacional de Aspirantes na Academia Naval de Dalian	2012, 18 a 25 de março	Educação e Treinamento	Ata da II Reunião do CCIC <sup>79</sup>
7	Comandante do Instituto de Equipamento Naval da China visita o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	2012, 10 de julho	Visita técnica	Ata da II Reunião do CCIC <sup>80</sup>
8	Visita da Marinha Chinesa ao Brasil e Passex, exercício conjunto (operação naval conjunta)	2013, outubro	Visita técnica; Educação e Treinamento	<a href="https://www.naval.com.br/blog/2013/10/29/marinha-do-brasil-realiza-exercicio-inedito-com-a-marinha-da-china/">https://www.naval.com.br/blog/2013/10/29/marinha-do-brasil-realiza-exercicio-inedito-com-a-marinha-da-china/</a> <sup>81</sup>
9	Visita do diretor da Faculdade de Submarinos da China, Contra-Almirante Zhi Tian Long, e comitiva à Escola Naval da Marinha do Brasil	2015, 1 de dezembro	Visita técnica	<a href="#">Boletim Semanal da Escola Superior de Guerra, OMNI Def</a>

<sup>79</sup> Fonte adicional: Relatório dos aspirantes, publicado na Revista Villegagnon, Ano VII, Nº 7, p. 72-76, 2012. Disponível em: [https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/en/files/upload/REVISTA\\_VILLEGAGNON\\_2012.pdf](https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/en/files/upload/REVISTA_VILLEGAGNON_2012.pdf)

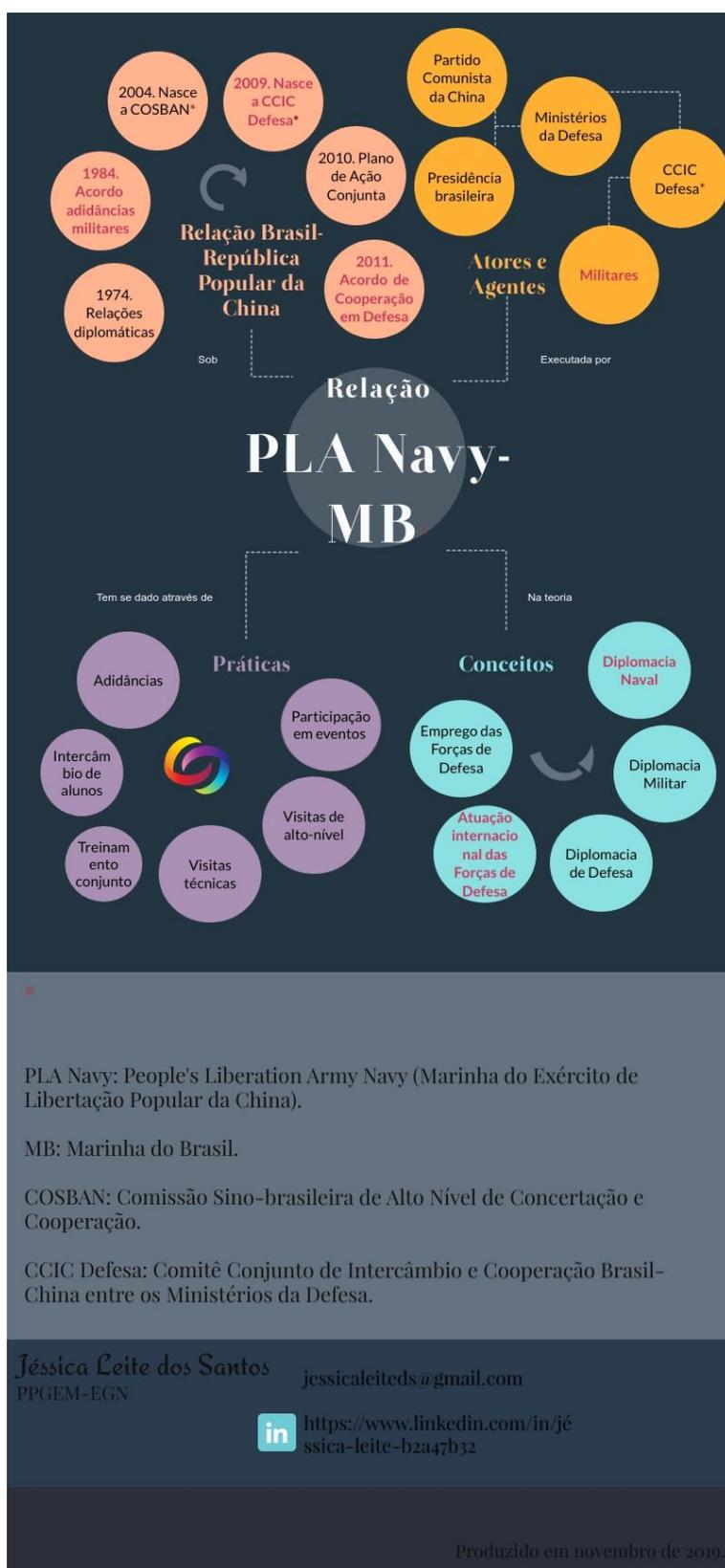
<sup>80</sup> Fonte adicional: Site de notícias Defesa.net. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/brasilchina/noticia/6880/Comandante-do-Instituto-de-Equipamento-Naval-da-China-visita-o-Arsenal-de-Marinha-do-Rio-de-Janeiro/>

<sup>81</sup> Fonte adicional: Site Defesa Aérea e Naval. Disponível em: <https://www.defesaareanaval.com.br/naval/exercicio-passex-entre-a-marinha-do-brasil-e-a-marinha-chinesa-pla-navy>

10	Designação de militares brasileiros para participar da Reunião V do Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação Brasil-China - V CCIC	2016, 14 a 18 de novembro	Reunião oficial periódica	<a href="#">Diário da União, Portaria N° 2.076/GM/MD, de 17 de Outubro De 2016</a>
11	Presença do Major Lu Shiqi, da Marinha do Exército de Libertação Popular da China, na palestra de abertura da XXV Simulação de Relações Internacionais da Escola Naval (SiRIEN), promovida pelo Grêmio de Relações Internacionais da Escola Naval.	2017, 14 a 14 de setembro	Evento acadêmico periódico	<a href="#">Site da Marinha</a>
12	72ª Regata Escola Naval da Marinha do Brasil recebe representantes da Marinha da China	2017, 10 de outubro	Evento desportivo periódico	<a href="#">Site Marinha</a>
13	Centro de Estudos Político-Estratégicos e Escola de Guerra Naval, ambos da Marinha do Brasil, realizam evento sobre "relações Brasil-China, a estratégia marítima chinesa e a presença da China na América do Sul", com presença de Adido militar e Embaixador chineses.	2017, 23 a 26 de outubro	Evento acadêmico pontual	<a href="#">Site Marinha</a>
14	Visita do Vice-Chefe do Estado-Maior da Marinha da China, Contra-Almirante Hu Zhongming e comitiva a instalações da Marinha do Brasil (Força de Submarinos, Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão e a Fragata “Independência”)	2017, 6 de dezembro	Visita técnica	<a href="https://www.marinha.mil.br/noticias/forca-de-submarinos-recebe-vice-chefe-do-estado-maior-da-marinha-chinesa">https://www.marinha.mil.br/noticias/forca-de-submarinos-recebe-vice-chefe-do-estado-maior-da-marinha-chinesa</a>

15	14º Simpósio de Oficiais Superiores da América Latina	2018, 6 a 25 de maio	Evento militar periódico	<a href="#">Diário Oficial da União</a>
16	4th China-Latin America High-level Defense Forum	2018 (novembro)	Fórum Alto nível	<a href="http://eng.china-mil.com.cn/view/2018-11/05/content_9332411.htm">http://eng.china-mil.com.cn/view/2018-11/05/content_9332411.htm</a>
17	Representantes da Marinha do Brasil na Comemoração do 70º Aniversário da Marinha da China	2019, 22 a 26 abril	Evento militar pontual	<a href="#">Diário Oficial da União</a>
18	15º Simpósio de Altos Oficiais Latino-Americanos, no Ministério de Defesa Nacional da República Popular da China	2019, maio	Evento militar periódico	<a href="#">Diário Oficial designação para 15º Simpósio de Oficiais Superiores da América Latina, MD da China, em Beijing, 2019. PORTARIA Nº 1.966/EMCFA-MD, DE 2 DE MAIO DE 2019</a>

## APÊNDICE B – Infográfico sobre a relação entre as Marinha da China e do Brasil



## APÊNDICE C – E-mail convite para contribuição com o TCM e acesso ao Delphi 1

Prezado,

Aqui é Jéssica Leite dos Santos, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, instituição de altos estudos militares da Marinha do Brasil.

Venho convidá-lo para fazer parte do grupo de peritos que contribuirão na feitura do meu Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM), em especial, através da participação nas rodadas de Delphi.

Neste mesmo e-mail já envio o link para o primeiro questionário, referente à primeira rodada. Peço, respeitosamente, que, esse, seja preenchido e enviado, preferencialmente, até o dia 20 de dezembro de 2019 (sexta-feira).

Ao respondê-lo, aconselho que se sinta a vontade para expor sua opinião, não se limitando a posições governamentais ou institucionais ou correntes teóricas específicas. Aqui a ideia é levantar as suas próprias interpretações, baseadas em experiências, conhecimentos e saberes adquiridos no decorrer de seu caminho até os dias de hoje.

Este é o link de acesso para o primeiro questionário: <https://forms.gle/PLqAdbFZQr4bHHmU8>

Seguem abaixo maiores detalhes sobre meu Trabalho, sobre a ferramenta Delphi e sobre a forma como a estou utilizando. Deixo, ao fim, um pedido de indicação de pessoas que também poderiam atuar como perito no estudo em questão.

Fico a disposição para qualquer dúvida ou ponderação!

Espero contar com sua valiosa contribuição!

Desde já,

Agradeço pela atenção!

### SOBRE O TCM

Ele é intitulado " Cenários Prospectivos para a relação entre as Marinhas da China e do Brasil até o ano de 2039: Uma abordagem holística e participativa para tomadas de decisão conscientes". Tendo como objeto a relação entre a Marinha do Exército de Libertação Popular

da China e a Marinha do Brasil, meu TCM tem como objetivo geral "contribuir para o alargamento das telas mentais dos tomadores de decisão do Brasil através do levantamento e tratamento sistematizado de dados, informações e conhecimentos acerca do presente e do futuro da relação entre Marinhas da China e do Brasil". Para atingir este fim, optei por empregar o método de Cenários Prospectivos com uma abordagem metodológica participativa e baseada em expertise - conhecimento prático adquirido através da vivência e dedicação a dinâmicas que envolvem determinado tema ou área. O método é exploratório e o recorte temporal vai até 2039.

A minha escolha por focar em uma abordagem metodológica participativa baseia-se, em primazia, no fato de que pessoas como o senhor detêm saberes, conhecimentos e percepções que podem contribuir de forma ímpar para uma maior conscientização de nossos decisores neste tema pouco explorado e de grande potencial aos interesses brasileiros dentro e fora do setor de Defesa. A construção do conhecimento sobre o futuro fica mais rica se considerar em seu processo de pesquisa os agentes que de forma direta ou indireta fazem parte das dinâmicas que compõem o objeto de estudo.

#### **SOBRE A FERRAMENTA DELPHI**

O modo de participação que venho propor se dá através da ferramenta de estudo de futuro chamada Delphi. Nela, busca-se o consenso de especialista ou pessoas de interesse acerca de questões apresentadas. As consultas são usualmente feitas de forma individualizada, com cada perito, permitindo uma maior liberdade de expressão, e as respostas não são vinculadas a seus autores quando publicizadas. Mais de uma rodada de Delphi (de perguntas) é feita quando necessário ao consenso ou refino das respostas.

#### **COMO EXECUTAREI O DELPHI**

Caso aceite meu convite e, logo, concorde em fazer parte do meu time de peritos, enviarei rápidos questionários através deste e-mail para o e-mail aqui destinatário (ou outro que me indique como melhor). Eles são feitos através do Google Forms e, em cada rodada, devem ser respondidos apenas uma vez cada um .

Fico aberta para qualquer tipo de ponderação ou dúvida acerca do formato e conteúdo dos questionários.

Está prevista a feitura de três rodadas de Delphi (sendo, portanto, três envios de questionário), que são executadas de forma consecutiva, contando com intervalos para tratamento de dados e informações.

Ratifico que as contribuições feitas serão mantidas em sigilo quanto a autoria e que serão empregadas com fins estritamente acadêmicos.

#### INDICAÇÃO DE PESSOAS DE INTERESSE

Aproveito a oportunidade para também fazer um pedido. Caso conheça alguém que detenha expertise na temática objeto de meu trabalho, seja de forma direta ou indireta, dentro ou fora da área de Defesa, peço que o indique a mim como potencial perito, assim vamos criando uma malha de profissionais no tema para o diálogo e troca de visões. Basta me enviar o nome e algum meio de contato.

Formalizo, então, meu convite.

Respeitosamente,

Jéssica Leite dos Santos

Mestranda PPGEM/EGN

Matrícula 2018.01.010

Site institucional: <https://www.marinha.mil.br/ppgem/>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/jéssica-leite-b2a47b32>

## APÊNDICE D – Questionários Delphi 1

### **Cenários para a relação entre as Marinhas da China e do Brasil até 2039: fase de seleção das variáveis de maior relevância**

O presente questionário refere-se à primeira rodada de Delphi realizado sob o projeto de Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) intitulado " Cenários Prospectivos para a relação entre as Marinhas da China e do Brasil até o ano de 2039: Uma abordagem holística e participativa para tomadas de decisão conscientes", desenvolvido por Jéssica Leite dos Santos no âmbito do Mestrado Profissional em Estudos Marítimos do Programa de Pós graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval.

Ao responder ao questionário, peço que se sinta confortável para expor sua opinião, não se limitando a posições governamentais ou institucionais ou correntes teóricas específicas, aqui a ideia é levantar as suas próprias interpretações, baseadas em experiências, conhecimentos e saberes adquiridos no decorrer de seu caminho até os dias de hoje.

Neste momento da pesquisa, visa-se selecionar as variáveis mais relevantes ao objeto de estudo (relação entre a Marinha do Exército de Libertação Popular da China e a Marinha do Brasil até o ano de 2039).

São apresentadas como variáveis possíveis as que foram identificadas em um procedimento prévio de levantamento e tratamento de dados e informações.

Por favor, sinta-se a vontade para contribuir com a indicação de outras variáveis que considere relevantes ao estudo.

Informações adicionais:

O Delphi é uma ferramenta de estudo de futuro que tem como finalidade atingir o consenso em algumas questões de pesquisa em aberto. Para tanto, é feita a coleta das opiniões de pessoas de interesse ao estudo. Seguindo as bases metodológicas da ferramenta, definiu-se que para o presente TCM as contribuições dos consultados (chamados peritos) serão coletadas de forma individualizada, as respostas não serão atribuídas a seus autores quando publicizadas e é provável que ocorra mais de uma rodada de Delphi, sendo enviado novo questionário.

**\*Obrigatório**

1. Endereço de e-mail \*
2. Com base na sua visão, experiência e conhecimentos, quando observamos a temática da relação entre a Marinha do Exército de Libertação Popular da China e a Marinha do Brasil qual é o grau de relevância das variáveis abaixo? \*

No final desta página há um infográfico com uma breve explanação sobre a atual relação entre Brasil-China no que se refere às interações entre suas Marinhas.



---

Política Externa Brasileira	<input type="radio"/>					
-----------------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

---

Conflitos regionais da China	<input type="radio"/>					
------------------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

---



3. Na sua opinião, existem variáveis de relevância à temática apresentada que não tenham sido listadas acima? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Pular para a pergunta 4*
- Não *Pular para a pergunta 7*

## A atual relação entre as Marinhas da China e do Brasil



COSBAN: Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação.

CCIC Defesa: Comitê Conjunto de Intercâmbio e Cooperação Brasil-China entre os Ministérios da Defesa.

Jéssica Leite dos Santos  
PPGEM-EGN

jessicaleiteds@gmail.com



<https://www.linkedin.com/in/jéssica-leite-b2a47b32>

Produzido em novembro de 2019.

Outras variáveis de relevância

Caso tenha respondido "Sim" para a questão anterior, responda a todas as perguntas abaixo, por favor.

4. Na sua opinião, quais são as variáveis de relevância que não foram listadas no presente questionário?

---

---

---

---

---

5. Por quê cada uma das variáveis listadas acima são de relevância ao estudo da temática?

---

- 
6. Na sua opinião, considerando a metragem empregada na primeira questão do presente questionário, qual é o grau de relevância de cada uma das variáveis que listou acima?

Lembro que os parâmetros usados para medir relevância são os seguintes:  
0% (nenhuma relevância); 20% (pouca relevância); 40% (relevância moderada);  
60% (relevância significativa); 80% (muita relevância); 100% (total relevância).

---

---

---

---

---

---

Muito Obrigada!

7. Agradeço por sua valiosa contribuição! Gostaria de saber se tem interesse em receber o resultado final do presente trabalho de cenarização. \* *Marcar apenas uma oval.*

Sim, tenho interesse!

Não, não tenho interesse!

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

**Google** Formulários

APÊNDICE E. E-mail envio Delphi 2 a peritos

Olá!

Dando continuidade ao Delphi de meu Trabalho de Conclusão de Mestrado, envio agora o resultado do primeiro questionário e o link para que contribua com o segundo levantamento.

Peço, respeitosamente, que o segundo questionário seja preenchido e enviado, preferencialmente, até o dia 12 de fevereiro de 2020 (quarta-feira).

Este é o link de acesso: <https://forms.gle/VPFEYt5bsKuE97dM7>

Neste momento da pesquisa serão levantados os principais acontecimentos futuros hipotéticos ligados às variáveis selecionadas e que sejam de interesse. Como "de interesse" entende-se aqueles que de alguma forma podem impactar ou estão ligados à relação entre as Marinhas da China e do Brasil e as tomadas de decisão da Marinha brasileira sobre e sob a mesma.

Caso conheça alguém que também possua conhecimentos e experiências que podem contribuir com esta fase da pesquisa, peço, por favor, que me passe contato ou envie o link para preenchimento do questionário.

Sobre os resultados do primeiro questionário, foram selecionadas como variáveis a serem exploradas as duas que receberam, em média, maior índice de relevância. Ao final desta mensagem encontram-se os detalhes sobre o que foi levantado.

Agradeço, mais uma vez, pela atenção e contribuição!

Fico à disposição para qualquer dúvida ou ponderação!

Que esteja tendo um dia de paz!

Respeitosamente,

Jéssica Leite.

---

DELPHI 1. Tivemos os seguintes resultados:

Práticas de cooperação e intercâmbio entre os Ministérios de Defesa (ou congêneres): 83,333 % (entre muita relevância e total relevância)

Práticas de cooperação e intercâmbio entre as Marinhas da China e do Brasil: 80% (muita relevância)

Tratados internacionais Brasil-China: 63, 333 % (entre relevância significativa e muita relevância)

Política e Estratégia de Defesa da China: 80% (muita relevância)

Política e Estratégia de Defesa do Brasil: 80% (muita relevância)

Conhecimento mútuo Brasil-China(língua, cultura, história, política,economia): 66,67 % (entre relevância significativa e muita relevância)

Política Externa Chinesa: 86,67% (entre muita relevância e total relevância)

Política Externa Brasileira: 80% (muita relevância)

Conflitos regionais da China: 46,67 % (entre relevância moderada e relevância significativa)

Variáveis com maiores índices de relevância: Práticas de cooperação e intercâmbio entre os Ministérios de Defesa (ou congêneres); e Política Externa Chinesa.

Encontra-se em anexo o gráfico do Google Forms com respostas atribuídas a cada variável apresentada.

## APÊNDICE F – Questionário Delphi 2

### **Cenários para a relação entre as Marinhas da China e do Brasil: principais acontecimentos futuros até 2039**

A presente etapa da pesquisa propõe a você, respondente deste questionário, uma viagem ao futuro. Peço que se imagine no ano de 2039 e, com base em suas experiências, conhecimentos e percepções, se permita pensar fora da caixa ao responder às questões que seguem.

Neste momento da pesquisa o objetivo é levantar os principais acontecimentos futuros hipotéticos de interesse que podem acontecer até o ano de 2039 e que estejam relacionados às variáveis selecionadas. Como "de interesse" entende-se aqueles que de alguma forma podem impactar ou estão ligados à relação entre as Marinhas da China e do Brasil e às tomadas de decisão da Marinha brasileira sobre e sob a mesma.

Como exemplo formal do que seria um acontecimento hipotético temos o seguinte: Maior computadorização das atividades burocráticas estatais chinesas.

Ao responder ao questionário, peço que se sinta confortável para expor sua opinião, não se limitando a posições governamentais ou institucionais ou correntes teóricas específicas, aqui a ideia é levantar as suas próprias interpretações, baseadas em experiências, conhecimentos e saberes adquiridos no decorrer de seu caminho até os dias de hoje.

#### Informações adicionais:

O presente questionário refere-se à segunda rodada de Delphi realizado sob o projeto de Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) intitulado " Cenários Prospectivos para a relação entre as Marinhas da China e do Brasil até o ano de 2039: Uma abordagem holística e participativa para tomadas de decisão conscientes", desenvolvido por Jéssica Leite dos Santos no âmbito do Mestrado Profissional em Estudos Marítimos do Programa de Pós graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval.

O Delphi é uma ferramenta de estudo de futuro que tem como finalidade atingir o consenso em algumas questões de pesquisa em aberto. Para tanto, é feita a coleta das opiniões de pessoas de interesse ao estudo. Seguindo as bases metodológicas da ferramenta, definiu-se que para o presente TCM as contribuições dos consultados (chamados peritos) serão coletadas de forma individualizada, as respostas não serão atribuídas a seus autores quando

---

publicizadas e ocorrerão mais rodadas de Delphi, sendo enviados novos questionários.

**\*Obrigatório**

1. Endereço de e-mail \*

Considerando o recorte temático da variável "Práticas de cooperação e intercâmbio entre os Ministérios de Defesa (ou congêneres)", responda à pergunta que segue:

2. Com base na sua experiência, conhecimentos e percepções, quais os principais acontecimentos futuros de interesse que podem se concretizar até o ano de 2039? \*

---

---

---

---

---

3. Caso se sinta a vontade para tanto, deixe abaixo, por favor, suas justificativas para as indicações acima:

---

---

---

---

---

---

Considerando o recorte temático da variável "Política Externa da China", responda à pergunta que segue:

4. Com base na sua experiência, conhecimentos e percepções, quais os principais acontecimentos futuros de interesse que podem se concretizar até o ano de 2039? \*

---

---

---

---

5. Caso se sinta a vontade para tanto, deixe abaixo, por favor, suas justificativas para as indicações acima:

---

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

APÊNDICE G – E-mail enviado aos peritos para acesso ao Questionário do Delphi 3.

Olá!

Envio o último questionário Delphi de meu Trabalho de Conclusão de Mestrado. É muito importante para a pesquisa que possa contribuir também com esta fase, pois ela servirá de insumo direto para a feitura de uma análise de Impactos Cruzados, sem a contribuição dos peritos esta análise torna-se inviável.

Nesta rodada de perguntas o objetivo é levantar a probabilidade de ocorrência dos acontecimentos hipotéticos (hipóteses) coletados no Delphi anterior, assim como o impacto que um acontecimento tem sobre o outro.

Como nas outras rodadas, peço que se sinta a vontade para expor sua própria percepção.

Peço, por favor, que o questionário seja preenchido e enviado, preferencialmente, até o dia 26 de fevereiro de 2020.

Este é o link de acesso ao questionário: <https://forms.gle/Ve52hg1sZd3W8r9b6>

Continuo à disposição para qualquer dúvida ou ponderação.

Agradeço enormemente por todo apoio até aqui, as contribuições do senhor tornaram possível que minha pesquisa se desenvolvesse como traçado no projeto.

Coloco-me em igual disponibilidade para o que eu puder ajudar nos caminhos da vida acadêmica e profissional do senhor.

Sigamos!

Desejo um ótimo restante de dia!

Respeitosamente,

Jéssica Leite.